



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
ÉTNICOS E AFRICANOS - PÓS-AFRO  
MESTRADO**

**DIOGO DOS SANTOS LESSA**

**COLONIALISMO E (IN) SALUBRIDADE:  
A QUESTÃO DA ACLIMATAÇÃO NAS COLÔNIAS AFRICANAS  
PORTUGUESAS**

**SALVADOR  
2021**

**Diogo dos Santos Lessa**

**COLONIALISMO E (IN)SALUBRIDADE:  
A QUESTÃO DA ACLIMATAÇÃO NAS COLÔNIAS AFRICANAS  
PORTUGUESAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia-UFBA, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni

Salvador  
2021

**COLONIALISMO E (IN)SALUBRIDADE:**  
**A QUESTÃO DA ACLIMATAÇÃO NAS COLÔNIAS AFRICANAS**  
**PORTUGUESAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia-UFBA, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni

Salvador, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni (Orientador)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

---

Prof. Dr. José Rivair Macedo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB),

---

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo  
Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Salvador  
2021

Biblioteca CEAO - UFBA

L638 Lessa, Diogo dos Santos.  
Colonialismo e (in)salubridade: a questão da aclimação nas colônias africanas portuguesas / . -  
2021.  
107 f.

Orientador : Profº Drº Valdemir Donizette Zamparoni.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais 2021.

1. Racismo científico. 2. História da África. 3. Colonialismo. I. Zamparoni, Valdemir Donizette.  
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos  
Afro - Orientais. III. Título.

CDD - 791

Em memória de

Pedro Alves dos Santos e Raimunda Ferreira Coelho; e  
Diogo da Costa Lessa e Valdelina Cunha Lessa; que  
estabeleceram as bases de tudo que é possível ser no  
presente.

As explorações, que, durante muito tempo foram consideradas marcos importantes da África no século XIX, pertencem na realidade à história intelectual, política, social e diplomática da Europa, mais do que à da África.

Elikia M'Bokolo (2011, p. 314).

## AGRADECIMENTOS

Um professor e velho amigo costuma dizer que construir agradecimentos é desculpar-se pela memória não dar conta de todas as pessoas que foram responsáveis por tornar um trabalho possível. Concordo com isso, mas acrescento que esses espaços são restritos demais para a dimensão da importância das pessoas nessa trajetória. Seria preciso mais uma centena de páginas para isso.

Início agradecendo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dessa pesquisa. E manifesto o meu desejo de que as instituições de fomento e amparo a pesquisa sejam mantidas, ampliadas e permitam que a ciência nacional continue a exercer o seu fundamental papel de transformação da realidade brasileira.

Para Valdemir Zamparoni, meu orientador desde a graduação, meu muito obrigado pela confiança durante todos esses anos, mesmo quando eu não tinha em mim, e por toda paciência e generosidade. Existem frases inteiras nesse texto que parecem ser a materialização de ideias tidas em conversas e aulas. Saliento, entretanto, que qualquer equívoco cometido é de responsabilidade única e exclusivamente minha, obviamente.

Sou grato pelas recomendações da Banca, a Fábio Baqueiro, Ivaldo Marciano e José Rivair Macêdo, pela generosidade com esse trabalho. Minha gratidão às professoras e professores do *PósAfro*, em especial a Patrícia Godinho, Claudio Furtado, Jamile Borges, Diego Marques, Maria do Rosário de Carvalho pelo aprendizado, acolhimento e pelos conselhos que me trouxeram até aqui.

Particpei da edição de 2018 do *Fábrica de Ideias*, conheci e compartilhei experiências com muita gente brilhante, isso me permitiu vislumbrar diversas oportunidades. Agradeço especialmente a Omar Thomaz, pelas considerações fundamentais sobre o projeto, e a Lívio Sansone, por tornar isso possível.

Às professoras e professores da graduação em História: Fátima Pires, Gabriela Sampaio, Muniz Ferreira, Wlamyra Albuquerque e Maria Hilda Baqueiro, agradeço pelo bom exemplo e pela base que me permitiu chegar a lugares que nunca imaginei alcançar.

Aos colegas da graduação em História: Hamilton Baraúna, Marcelo Bloizi, Thabata Requião, Gabriel Ramos, Alex Araújo, Lucas Duarte, Eduardo Pereira, Júlio Sandes, Igor Costa, obrigado pela companhia nos anos da nossa formação. Em especial a Juliane Mandu, por ser uma das pessoas mais solares que eu conheço, e Jessica Freitas, pelo nosso amor improvável.

Aos “velhos” companheiros de pós-graduação: Renato Lemos e Mariana Andrade, Guillermo Alvarado, Francisco Ramallo, Lorena Marques, Fatime Samb, Vilma Reis, Ricardo Sangiovanni, José Elias Santos, Itamara Damásio, Marcio Sales; e os “novos”: Vagner Rocha, Adriana Cerqueira, Cassia Maciel, João Mouzart, Isabele Baltazar, Lucas Nogueira e Andrea Souza, pela companhia nas aulas e nos bares.

Aos colegas de trabalho: Ernesto Ribeiro, Rejane Mira, Manuela Scaldaferrri, Néa Santos, Sheila Arandas e Bruno Sato, grato pela confiança e pela possibilidade de executar o que aprendi.

A Sandy Ferreira, por ajudar a colocar meus pensamentos no lugar, e fazer com que eu construísse uma convivência pacífica entre os tantos ‘eus’ que habitam em mim.

Eu nada seria sem meus pais, Graciete e Reinaldo. Agradeço por tudo, por permitirem que eu me tornasse alguém que, em muitos sentidos, foge à compreensão de vocês. Pela liberdade de ter minhas próprias escolhas e erros. Ao longo da minha trajetória acadêmica, tive que lidar com a perda de minha avó Valdelina, de meu avô Diogo, e, mais recentemente, de meu avô Pedro. Vocês são os meus maiores exemplos de inteligência, criatividade, coragem e companheirismo. O destino permitiu um encontro, mesmo antes de eu nascer, da família que acolheu a minha mãe, e depois a mim, e que é a maior referência sobre amor nesse mundo. Agradeço a minha avó Bela e meu avô Expedito, a Chico e Verônica por tanto.

Recentemente, recebi a missão e a responsabilidade de ser padrinho de uma nova vida que começava, então, agradeço à Débora Lessa e Val Bomfim pela confiança e pela esperança encadeada a partir dessa nova presença. Pedro Henrique, espero estabelecer as bases para a construção de um mundo onde seja possível se viver com autonomia, felicidade e respeito às pessoas e à natureza, e que tenha liberdade para ser o que quiser.

Sou grato a minhas tias: Rilma Lessa pelo exemplo enquanto professora; Rita Margarida por todo apoio antes, durante minha estadia na UFBA; e depois. A Rilza Lessa pelo amor incondicional desde sempre.

Aos amigos da vida: Debora Molina, Fernanda Soares, Kelly Leal, Bal (André Luiz), e Caleb Macedo, por tornarem a experiência de existir mais divertida e suave.

De todas as coisas boas que consegui durante minha estadia no PósAfro, a menos esperada foi ter conhecido minha companheira de aventuras, tristezas e alegrias imensas, a maior parceira que eu poderia ter. Você é o porto seguro desse viciado em tempestades, e isso é muito melhor do que eu poderia imaginar ter na vida. Aline Nascimento, obrigado, meu bem. Nós podemos fazer qualquer coisa.



LESSA, Diogo dos Santos. Colonialismo e (in)salubridade: a questão da aclimação nas colônias africanas portuguesas. 2021. Orientador: Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni. XX f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

## RESUMO

Nesse trabalho se analisa a participação das ciências enquanto produtoras de discursos que deram legitimidade e ajudaram a efetivar o colonialismo português no continente africano a partir de meados do século XIX. Nesse contexto, interessa saber como os conceitos de aclimação e insalubridade se entrelaçam com a construção das assimetrias entre as raças humanas que organizou todo esse processo. Para isso, são analisados os trabalhos de dois cientistas e pesquisadores portugueses que publicaram no final da década de 1870: Manuel Ferreira Ribeiro e Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Utilizando conceitos parecidos, como colonização, aclimação e (in)salubridade, esses autores propuseram projetos de dominação dos territórios do continente africano bem diferentes. Enquanto o primeiro acreditava na possibilidade de promover uma ocupação maciça de portugueses nas colônias, superando as dificuldades do meio ambiente considerado inóspito, verdadeiro “túmulo do homem branco”; o último propunha um modelo de exploração que buscava diminuir a presença portuguesa em territórios que considerava mortais. Apesar de divergentes, esses discursos deram sustentação ao colonialismo português em terras africanas, determinando a forma como a ocupação e exploração colonial se sucederam nas décadas seguintes.

Palavras-chave: Ideologia. Racismo científico. Colonialismo. Aclimação. Salubridade. Raça História da África.

LESSA, Diogo dos Santos. Colonialism and (un) healthness: the problem of acclimatization in the african portuguese colonies. Advisor: Valdemir Donizette Zamparoni. XXf. Dissertation (Multidisciplinary Master in Ethnic and African Studies) – Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2021.

### **ABSTRACT**

This academic work analyzes the role of the sciences as producers of speeches that legitimized and encouraged the portuguese colonialism in the african continent half of the XIX century. In this context, it's relevant knowing how concepts of acclimatization and unhealthiness bound themselves whit the asymmetrical construction between the human races that organized the whole process. Therefore are analyzed works of two portugueses scientists and researchers that published in the end of the decade of 1870: Manuel Ferreira Ribeiro e Joaquim Pedro de Oliveira Martins. Using similar concepts, as colonization, acclimatization, (un)healthiness, theses authors propused very different projects for the domination of the african continent territory. While the first believed in the possibility of promoting a massive occupation by portugueses in the colonies, overcoming the difficulties of the environment believed to be inhospitable, truly “white man grave”; the last propose na exploration model that seeks to narrow the portugueses presence in territories considered deadly. Although divergent, these speeches supports portuguese colonialism in african lands, by determining the way of the colonial occupation and exploration that succeeded in the next decades.

Keywords: Ideology. Scientific racism. Colonialism. Acclimatization. Healthness. Race. History of Africa

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONTEXTOS E CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA O EMPREENDIMENTO COLONIAL	19
1.1 Hegemonia dos saberes ocidentais: a negação de outras epistemologias	22
1.2 A construção da partilha	28
1.3 Viajantes, missionários, exploradores e médicos	32
1.4 Portugal e os contextos para produção e execução de um projeto colonial	35
1.5 Colonialismo: Ciência e Medicina	38
2. MANUEL FERREIRA RIBEIRO: INSALUBRIDADE, ACLIMATAÇÃO E AMBIÇÕES COLONIAIS	47
2.1 A interdisciplinaridade do discurso sobre aclimação	49
2.2 Intenções, convicções e propaganda	52
2.3 Objetivos e disputas	56
2.4 “Emigração, aclimação e colonização”	59
2.5 A missão	63
2.6 Um retrato deformado das populações nativas	69
3. PESSIMISMO E INTRANSPONIBILIDADE: A VISÃO COLONIAL DE OLIVEIRA MARTINS	73
3.1 Oliveira Martins e as Colônias Portuguesas	74
3.2 Colonização: categorias e hierarquias raciais	77
3.3 Tipos de colônia e projetos de colonização	87
3.4 Emigração: fluxos e trânsitos	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
FONTES	105
Fontes primárias	106
Livros e relatórios médicos:	106
REFERÊNCIAS	107

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Cor de Rosa - síntese das expectativas coloniais de Portugal no continente africano	
38	
Figura 2 - – Folha de rosto: A Provincia de S. Thomé e Príncipe e suas dependencias	51
Figura 3 - Capítulo XVI – Reino hominal	69
Figura 4 - O Brazil e as colonias portuguezas – 5ª edição – Folha de rosto	76
Figura 5 – Schema ethno-geográfico da África centro-austral- raça e localização	81
Figura 6 – Schema ethnogenico da África - separada por raças e grupos linguísticos	83
Figura 7 – Capacidade craniana dos tipos humanos	85
Figura 8 - Estatísticas da emigração portuguesa	97

## INTRODUÇÃO

As décadas finais do século XIX foi um momento de produção e circulação de ideias que deram legitimidade ao processo conhecido como colonialismo europeu no continente africano (BASTOS, 2011, p.25-33). Isso se deu a partir da ressignificação de imaginários que já vinham sendo construídos sobre esse território, mas que tomou outras proporções a partir do viés científico que passou a revestir essas questões (DIOGO; AMARAL, 2012, p.10). Nesse contexto, a criação de categorias e hierarquias raciais foi o que tornou possível que países ocidentais repartissem entre si, ocupassem e explorassem recursos e mão de obra de grande parte dos territórios do continente africano. Esses espaços eram vistos como mortais para os corpos dos homens e mulheres da Europa (SANSONE, 2014, p.393-412), o que fazia com que esse projeto exploratório precisasse levar em conta os cuidados que tornariam possível contornar os perigos que se apresentavam. Era preciso sobreviver ao clima hostil, e aos ares que traziam doenças, além das florestas e rios selvagens, de modo a tornar o espaço adaptável (AMARAL, 2012, p.131).

Para quem participou desse processo, era uma missão com ares de heroísmo: penetrar em lugares não tocados pela civilização ocidental, torná-los seguros para a produção de riquezas, explorar a mão de obra local e aproveitar, assim, um novo mercado consumidor dos itens produzidos pela Europa que vivia sua revolução industrial. Como recompensa, a glória dos conquistadores, além do domínio sobre os povos que lá viviam. A esses últimos cabia serem controlados e explorados através de discursos civilizatórios, onde era preciso, para os nativos, provar que eram dignos de serem transformados em humanos através dos processos de assimilação que incluíam aprender os idiomas do colonizador, jurar obediência a metrópole, realizar trabalhos forçados, se converter a fé cristã, e dentre outros (CRUZ, 2005; ZAMPARONI, 2005; MENESES, 2010).

Era de responsabilidade dos médicos e de outros cientistas construir as condições para esse empreendimento. Para tal, foi necessário convencer a opinião pública de que se aventurar pelo continente africano era possível e viável, tanto do ponto de vista da saúde, como dos lucros que poderiam ser conquistados com essa missão. No caso de Portugal, seria uma possibilidade de retomar uma glória que remetia ao período das grandes navegações (HENRIQUE, 2005). A diferença é que não eram mais os marinheiros e navegadores os sujeitos principais desse processo, mas os médicos e cientistas. O território africano, portanto,

se tornaria um laboratório para o desenvolvimento desses supostos homens brancos e superiores da Europa (GORDON, 1999)

Para essa missão lograr êxito, era preciso garantir que os sujeitos partícipes desse processo não fossem acometidos por doenças e outros males que os “territórios insalubres” das regiões subtropicais carregavam. Era preciso mapear a geografia, os rios, florestas e montanhas, além de promover cuidados que davam conta de aspectos muito específicos e microscópicos da vida privada, como: a posição das habitações, vestuário, alimentação, além de posturas e orientações de ordem moral e religiosa. Os sujeitos coloniais precisavam ser bem classificados e instrumentalizados, de modo a poder cumprir a sua missão (FOUCAULT, 2012, p.144-170), até mais que os dominados, que malmente eram figurantes nos textos produzidos para essa questão.

No contexto referido, alguns conceitos foram fundamentais para garantir a sustentação discursiva desses projetos de poder, são eles: aclimação, e salubridade. O primeiro se refere ao processo de adaptação de corpos a territórios ao qual não pertenciam originalmente (BASTOS, 2011, p.36); e salubridade é a condição de possibilidade de bem-estar dos corpos em um determinado lugar (FOUCAULT, 2012, p.163). Esses conceitos precisam ser articulados com outro que é fundamental: o de raça. É a ideia de raça que pressupõe que os diferentes climas do planeta contribuíram para o diferente desenvolvimento dos tipos humanos. Nesse sentido, o clima temperado da Europa ocidental seria o mais propício para o surgimento de um espécime superior intelectualmente, que foi capaz de construir a civilização. Por outro lado, nas regiões cortadas pelos trópicos, habitavam espécies que não se desenvolveram tanto, por conta da interferência do calor e da natureza (SANSONE, 2014, p. 399-400). Contornar essa realidade fazia parte da missão dos sujeitos superiores, já que era o domínio sobre a natureza que fazia com que eles pudessem se considerar enquanto tal.

\*\*\*

O objetivo principal para a construção desse texto foi o de investigar como alguns conceitos se articulam em diversas redes de produção, troca e ressignificação, de modo a serem a possibilidade de existência do sistema colonial. Principalmente como eles foram mobilizados de maneira diversa por autores contemporâneos, que apresentavam interpretações muito diferentes entre si sobre como o projeto de colonização portuguesa no continente africano deveria acontecer. Portanto, foi de nosso interesse compreender a multiplicidade desses discursos, suas contradições e limitações.

Existe uma corrente de estudiosas e estudiosos, como Maria Paula Diogo e Isabel Maria Amaral – organizadoras do livro *A outra face do Império: Ciência, tecnologia e medicina (sécs. XIX-XX)* – e Cristiana Bastos e Renilda Barreto – organizadoras de *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios* – que têm construído estudos que analisam as ciências enquanto mecanismos de poder fundamentais para o êxito do empreendimento colonial. Esses trabalhos são relevantes por considerar toda a complexidade que permeia a produção de conhecimento científico no período, que ultrapassa a ideia do uso da ciência apenas como uma ferramenta unilateral a serviço dos impérios (AMARAL E DIOGO, 2012; BASTOS E BARRETO, 2011).

Os autores aqui analisados não são necessariamente desconhecidos no campo das ciências sociais que analisam o desenvolvimento do colonialismo português em terras africanas. Cristiana Bastos fez uma excelente contextualização sobre os lugares de produção de conhecimento onde Manuel Ribeiro pertencia, revelando a sua posição incômoda e semianônima na intelectualidade colonial (BASTOS, 2011, p.33). Oliveira Martins foi objeto de análise por diversos autores, sendo ainda considerado um dos fundadores da historiografia portuguesa. Sobre a sua atuação para o desenvolvimento de uma mentalidade colonial, destaco o texto de Zamparoni (2007, p.45-63), que o situa como um dos principais sustentáculos desse projeto.

Sendo assim o que há de original para o desenvolvimento dessa pesquisa está na análise de como certos conceitos foram abordados - aclimação, salubridade e raça - que são mobilizados - e se interseccionam com outros – por esses autores portugueses na década de 70 do século XIX, de modo a revelar a elasticidade dos discursos e o seu papel na efetivação de um projeto de poder.

Essa análise foi construída após a leitura criteriosa de textos sobre salubridade e aclimação escritos por Manuel Ferreira Ribeiro e J. P. Oliveira Martins. Esses escritos são importantes para compreender o uso das ciências enquanto um braço fundamental para legitimação e implementação do colonialismo. Entre as fontes primárias sobre Manuel Ferreira Ribeiro e seus manuais de adaptação para os espaços coloniais, estão: “Algumas regras de higiene individual nas colônias portuguesas”, de 1907; “Archivos Medicos-Coloniaes”, de 1890; “A província de S. Thomé e Príncipe e suas dependências, ou a salubridade e insalubridade relativa as províncias do Brazil, das colônias de Portugal e de outras Nações da Europa”, de 1877 - sendo esse último objeto de análise mais detalhada. Em 1880, Oliveira Martins escreveu “O Brazil e Colonias Portuguezas”, onde abordava

pressupostos bastante diferentes a respeito da aclimatação das raças europeias ao continente africano. Esse trabalho busca entender a multiplicidade dessas visões, as similaridades e diferenças, paradoxos e contradições, e como elas foram implementadas enquanto política colonial.

\*\*\*

A metodologia utilizada para construção desse texto se situa entre perspectivas interdisciplinares. Essa pesquisa foi feita a partir da articulação de referências de campos da história social, antropologia, geografia e filosofia e outras ciências que contribuíram na construção deste trabalho. Essa conexão permitiu compreender contextos, mudanças e permanências no tempo referentes ao tema em questão, assim como a historicidade da elaboração de conceitos, terminologias e imaginários.

Parte das fontes consultadas faz parte do acervo pessoal do meu orientador – Valdemir Zamparoni – e outras foram coletadas em versão digital através de busca pelos títulos em plataformas como *google books* e *google drive*. Outros textos foram localizados e adquiridos em sebos que disponibilizam seu catálogo digitalmente.

Sobre a interdisciplinaridade, o maior problema quanto a sua aplicação, segundo J. Ki-Zerbo, é o de que as disciplinas utilizadas usam metodologias distintas e disputam por hegemonia epistemológica:

A interdisciplinaridade na pesquisa histórica é um tema em voga. Mas sua aplicação torna-se difícil, quer pela disparidade das metodologias próprias de cada disciplina, quer pela influência dos hábitos particularistas em que se acham enquistados os próprios pesquisadores, zelosos de manter uma soberania territorial epistemológica. Essa tendência à especialização já se faz sentir na apresentação dos próprios resultados da pesquisa. [...] (KIZERBO, 2010, p. 386).

Quanto à disputa dada por esta hegemonia, busquei diversificar o uso de fontes e métodos para construir um trabalho que dialogue com questões da realidade de uma forma mais ampla (JAPIASSÚ, 1994), A escolha do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos não foi em vão, já que esse é um programa referenciado no uso dos conhecimentos interdisciplinares como forma apresentar respostas a problemas relacionados principalmente sobre a questão racial para o Brasil e para o mundo (MALDONADO-TORRES, 2006). É necessário lembrar também que a utilização da interdisciplinaridade não é um capricho do pesquisador, mas uma ferramenta importante para



construção da História da África “A interdisciplinaridade, longe de ser um luxo, é um dos dados fundamentais do método” (KIZERBO, 2010, p. 390).

Compreende-se que o momento em que as ciências estavam produzindo material que justificasse o empreendimento colonial em África é uma parte importante da história intelectual europeia (M’BOKOLO, 2011, p.314). Além disso, pressupostos importantes para a constituição das relações de poder que foram investigadas são conceituadas em “O nascimento da medicina social” (FOUCAULT, 2012, p.143-169), como toda o entendimento sobre saúde pública, salubridade e como os miasmas foram determinantes para determinar a distribuição espacial das cidades e, no caso dessa pesquisa, da construção dos espaços coloniais.

Essa pesquisa se ampara no conceito de saúde pública desenvolvido por Foucault (2012, p.164), que, ao descrever o desenvolvimento da medicina social europeia, destacou que era preciso normalizar os agentes de poder antes dos próprios sujeitos que seriam dominados. Especificamente, no caso dessa pesquisa, médicos, militares e colonos seriam o primeiro objeto da normalização e classificação para um projeto de dominação. No último capítulo de “Em defesa da sociedade”, o filósofo francês vai caracterizar o século XIX como um momento de mudança nas relações de poder a partir de uma “estatização do biológico”. Essa mudança de paradigma acarretou na possibilidade de definir quem deve viver e quem pode morrer – e todo esse contexto está profundamente imbricado com a mobilização do conceito de raça enquanto determinante para tal. Posteriormente, o intelectual Camaronês Achille Mbembe, iria, a partir dos pressupostos estabelecidos de Foucault, constatar que esse aparato da biopolítica não determinava só quem vive e quem se deixa morrer, mas também estabelecia quem eram os corpos matáveis. A esse aprofundamento atualizado dessas questões a partir do estudo de realidades na África do Sul e em palestinos controlados por Israel, o autor define como “necropolítica” (2018). Os contextos de construção do aparato intelectual que estabeleceu um projeto de dominação dos países da Europa ocidental sobre o continente africano são um bom objeto para a análise da genealogia e aprofundamento da efetivação desses conceitos.

Os discursos de superioridade branca e europeia foram produzidos como uma via de mão única: esses pressupostos foram formulados sem interlocução com as populações africanas. Os recursos que permitiram isso, - estrutura, projeto, discursos, armas - eram compartilhados apenas entre os europeus. O colonialismo foi absolutamente arbitrário e desigual nas relações de poder, e é como isso se opera que deve ser objeto de interesse geral

dessa pesquisa. Aqui também se inserem o que eu defino a partir da análise dos documentos sobre aclimação e salubridade como **paradoxo colonial**. Se o corpo europeu era tido como superior, qual a necessidade de ser condicionado a tantos procedimentos para promover a aclimação. A existência de um imenso volume de publicações com esse objetivo sinaliza essa contradição. E isso opera como uma confissão de ineficácia desse projeto concebido com base na ideia de raça. Apesar disso, essa contradição não evitou que a efetivação desse projeto de dominação acontecesse.

\*\*\*

O primeiro capítulo buscou contextualizar como diversos estereótipos e caricaturas negativas sobre o continente africano se construíram ao longo do tempo, de modo a ressaltar as instituições, agentes e países produziram e contribuíram para a construção de uma imagem associadas a selvageria, barbárie, doença, vícios morais e outros. A partir disso, se tentou desenhar como os discursos foram, ao mesmo tempo, condição de possibilidade e a própria efetivação do projeto colonial – quando mobilizados através de um aparato científico militar. Também foi observado em quais termos esse conhecimento era produzido, e quem, entre viajantes, missionários, médicos, militares e investidores estava interessado em construir as bases epistemológicas que situaram o território e os povos africanos em um lugar de subalternidade e dominação a partir de ideias e assimetrias de raça. Com isso, se desenhou em que universos estavam inseridos os autores que tiveram sua produção intelectual analisada nos capítulos subsequentes.

No segundo capítulo tem como foco a produção intelectual de Manuel Ferreira Ribeiro. Em seu conjunto de textos, livros, relatórios e manuais, o autor buscava possibilitar a adaptação dos portugueses aos territórios considerados insalubres da África subtropical. Além dos pressupostos científicos e metodológicos utilizados por esse autor, também se observou os interesses políticos e as mentalidades presentes nos discursos que buscavam promover essa tarefa. Apesar da dificuldade apresentada pelo ambiente hostil, o autor acreditava na possibilidade de contornar esses desafios, de modo a restaurar a glória portuguesa e reposicionar o país entre as potências mundiais. A articulação entre os conceitos de colonização, aclimação, insalubridade e raça revelaram como a ideia de superioridade europeia e portuguesa se constituíram sobre a negação de qualquer ingerência que as populações locais poderiam ter sobre si. O volume e o nível de detalhamento sobre como o processo de aclimação dos corpos europeus deveria ocorrer era um sintoma paradoxal da

falência de toda a teoria do racismo científico de hierarquia entre as raças que o autor se amparava.

Por fim, analisamos o projeto de colonização proposto por Oliveira Martins, que entendia a adaptação dos europeus às regiões tropicais como sendo impossível aos povos das regiões temperadas. A partir dessa intransponibilidade, o autor irá propor sistemas de administração baseados na exploração de mão de obra da população local, como uma forma de diminuir custos financeiros e baixas entre os colonos. Esse modelo buscava também garantir que as populações africanas tivessem alguma supervisão no que se refere à condução do desenvolvimento das raças, que, segundo ele, iriam terminar por desaparecer no ambiente hostil e selvagem, caso não fossem geridas por esforços externos. Ele também criticava o viés missionário do projeto de colonização, e tinha uma visão bastante pessimista sobre o continente africano e dos povos que habitavam naquele território.

Na conclusão, se faz um balanço entre as formas como os autores utilizaram os conceitos de aclimatação e insalubridade; as contradições, convergências e divergências entre eles, e como essas ideias efetivamente se tornaram política e projeto de dominação nos anos posteriores, caracterizados pela ocupação militar e efetivação das políticas coloniais portuguesas e de outras potências europeias.

## 1. CONTEXTOS E CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA O EMPREENDIMENTO COLONIAL

Este capítulo tem como foco contextualizar o período inicial do estabelecimento do processo de colonização europeia na África, época na qual as representações sobre a África e os africanos, a partir de uma ideia de raça, foram consolidadas. Cabe ressaltar que tal processo foi produzido e legitimado pelas ciências do período. Teses amparadas em campos em campos como história natural, demografia, geografia, medicina e biologia estabeleceram hierarquias entre as raças humanas<sup>1</sup>, tendo sempre o arquétipo dos europeus brancos como referência de superioridade. (M'BOKOLO, 2011, p.321).

Compreender o momento político e científico que vivia a Europa e o mundo ocidental é essencial para entender os mecanismos pensados e desenvolvidos para efetivação da máquina colonial. O que estava sendo produzido no meio científico sobre a hierarquização das raças humanas, especialmente o lugar designado a europeus e africanos nessas escalas, dá-nos as ferramentas para entender as práticas e o sentido do colonialismo. Europeus e africanos eram pensados como estando nas antípodas da hierarquia racial, em posições assimétricas, que estabeleciam fronteiras entre os humanos: os europeus, civilizados, e os africanos, selvagens (COELHO, 2006). Como define Zamparoni: “o sistema colonialista como um todo pode ser perfeitamente definido como a “arte” de “separar, apartar, escolher; afastar, isolar, arredar, repelir, tirar, tomar, subtrair e privar” (2017, p. 14).

Essa produção intelectual era bastante diversificada no que diz respeito às origens e principais atributos de cada categoria da raça humana. Todas as correntes, de modo geral, diziam que negros representavam o mais baixo estágio de desenvolvimento humano, enquanto os brancos encontravam-se no ápice da evolução (OLIVA, 2007, p.72). Foi nesse período que ciências como a História Natural, Medicina e Antropologia se estabeleceram, e serviram para validar essas presumidas diferenças entre as raças humanas<sup>2</sup> (SCHWARCZ, 1995). Assim, ao mesmo tempo em que construíam discursos científicos, os europeus empreenderam o projeto

---

<sup>1</sup> O discurso religioso também serviu para legitimar a assimetria entre raças, como no caso das hipóteses Camíticas sobre a origem das mesmas. Essas teorias não estão necessariamente dissociadas dos campos científicos que legitimaram o processo colonial.

<sup>2</sup> Essas teorias não encontram valor algum entre as ciências contemporâneas. Não existe, do ponto de vista biológico, diferenças entre humanos de fenótipo diferente, muito menos uma hierarquia entre eles. Portanto, o conceito de raça possui um significado social e é utilizado, enquanto tal, por intelectuais para explicar as desigualdades em que se encontram os indivíduos enquadrados nessas categorias.

colonial, ao estudar, dividir, ocupar e dominar o continente. Lívio Sansone destaca a importância da racialização das diferenças enquanto legitimador das relações de poder e dos discursos que sustentaram a dominação:

Foram determinantes na criação desta geografia racial do mundo tanto cientistas como o antropólogo físico Paul Broca e o sociólogo Herbert Spencer, além dos grandes eventos que redefiniram a geopolítica do mundo, como o Congresso de Berlim, que se realiza de 1884 a 1887, e as várias e muito bem visitadas exposições nacionais e universais que acontecem, com enorme êxito, em quase todos os países ocidentais de 1840 a 1940. Nesses eventos se divulgam e corroboram novas representações do Outro, por exemplo, que os Trópicos são “túmulo do homem branco” por serem inerentemente insalubres, o processo colonizador seria o fardo do homem branco, o mundo é dividido em regiões temperada/salubre e tórridas/insalubres. Por exemplo, devida a esta suposta insalubridade, no império holandês um funcionário público (branco) contabilizava dois anos de aposentadoria por cada *Tropenjaar* (ano passado nos Trópicos). Estas expressões sugerem que, desde o ponto de vista ocidental, o grau de desenvolvimento do Outro estava associado, de alguma forma, a uma série de outras diferenças, sobretudo em termos de clima, fenótipo, geografia, higiene e salubridade. Nesse longo processo de racialização que acompanha o colonialismo, dão-se duas interpretações de como lidar com as diferenças entre supostas raças: as raças podem ser melhoradas para aproximá-las dos costumes da raça branca ou as diferenças tem que ser mantidas? De alguma forma essas interpretações andavam juntas com as duas ênfases do colonialismo: reeducar ou explorar (2015, p.399-400).

Do ponto de vista histórico e analítico, amplia-se a lente para compreender os contextos em que instituições médicas e científicas desenvolveram os conhecimentos que tornaram possível a legitimação e efetivação da dominação colonial. As organizações que investigavam e publicaram sobre a adaptação dos europeus aos climas e doenças do continente africano – a exemplo dos institutos de medicina tropical, um braço importante do colonialismo em diversos países – são objeto de grande interesse para esta pesquisa. Desenhar esses contextos se faz necessário para que se possa analisar processos e personagens específicos que serão tratados nos próximos capítulos, como: Manuel Ferreira Ribeiro e Oliveira Martins.

Todas as questões tratadas a seguir fazem parte de uma teia de relações de poder e significados que constituíram o colonialismo (BASTOS, 2011, p.25-55). Seria uma tarefa impossível almejar atribuir uma hierarquia entre os diversos fatores que compõem esse processo. Mais interessante – de uma perspectiva científica – é tentar perceber como essas complexidades históricas são mobilizadas de acordo com os contextos em que aconteceram, e com isso superar dicotomias como império *versus* colônia, e entendendo as relações de poder

a partir da realidade de onde elas se estabelecem. Nesse direcionamento, no caso desta pesquisa, será enfatizado o lugar diferenciado e específico de Portugal em relação aos outros países da Europa, levando em consideração o contexto geopolítico referente às condições de execução do colonialismo no continente africano (HENRIQUES, 1997).

### **1.1 Hegemonia dos saberes ocidentais: a negação de outras epistemologias**

O processo de descobrimento e contato com territórios para além da Europa, ao longo da Idade Moderna, e também as revoluções industriais, produziu um isolamento no pensamento europeu, fazendo com que o Ocidente considerasse que apenas o conhecimento produzido entre os grandes países do velho mundo possuía utilidade, negando assim as outras epistemologias não-ocidentais (ZAMPARONI, 2011).

O etnocentrismo europeu ganha contornos mais amplos e com maior potencial destrutivo a partir do final do século XIX, quando as ciências passam a orientar a interpretação da diferença entre europeus e o restante da humanidade. Maria Paula Diogo e Isabel Maria Amaral descrevem essa mudança de paradigma na produção de alteridade europeia e o papel da ciência nesse contexto:

Fora da Europa, o encontro com o “outro”, com o “selvagem”, com o “bárbaro”, passa a reger-se, também, pela lógica do Iluminismo. A medida civilizacional transfere-se da esfera do sagrado para o mundo profano e material da ciência e da técnica. O missionário é substituído, primeiro pelo explorador e, depois, no século XIX, pelo engenheiro e pelo médico. Os relatos das viagens de exploração, embora possam incluir passagens de deslumbramento perante a flora, a fauna e grupos humanos desconhecidos, são, antes de tudo, descrições precisas das zonas exploradas. A ideia romântica do explorador intrépido pertence mais a Hollywood do que à realidade histórica: embora, naturalmente, nele houvesse uma parcela de coragem para afrontar o desconhecido, o explorador do século XVIII é, essencialmente, um anotador do que vê. A investigação e o inventário tem um papel fundamental nas missões realizadas às terras longínquas dos impérios europeus em África, na Ásia e na América, mesmo que, paradoxalmente, o explorador fosse, frequentemente, assaltado pelo êxtase perante as paisagens avassaladoras ou a miríade de cores e sons dos animais e das plantas. Esta fina fronteira entre a visão do sublime e a capacidade de descrever de forma objectiva as novas experiências, conjuntamente com o facto da ordenação da realidade ser sempre feita de um ponto de vista necessariamente eurocêntrico, fazem da viagem de exploração um verdadeiro laboratório de reflexão sobre o papel da viagem na formação dos corpos cognitivos científico, tecnológico e médico. (DIOGO, AMARAL, 2012, p. 8-9)

O não reconhecimento dos saberes dos povos africanos, a partir dos seus próprios termos e das realidades diversas em que estavam inseridos, teve repercussões. Essa negação fortaleceu a construção de estereótipos a respeito de como os mesmos não estavam inseridos na dinâmica da história da humanidade, também que o território onde viviam era povoado por selvagens primitivos que necessitavam de tutela europeia para se desenvolverem e alcançarem o auto presumido status superior dos colonizadores. Isso remeteu os povos colonizados a um lugar de inferioridade, submissão e necessidade de tutela pelos autoproclamados “civilizados”.

Segundo os princípios do racismo científico, os negros africanos eram o estágio mais baixo do desenvolvimento humano, e, para as instituições coloniais era papel delas civilizar essas pessoas através da tutela, do trabalho compulsório (ZAMPARONI, 1998) e da imposição do modo de pensar ocidental, o que vai ter como resultado a construção posterior da figura jurídica do “assimilado” (MENESES, 2010), um entrelugar para aqueles que se adaptam ao modo de pensar colonial e tornam-se mais “humanos” que os selvagens nativos que mantiveram-se apegados a suas próprias epistemologias e cosmovisões (COELHO, 2009).

A partir do século XVIII, as representações preconceituosas e etnocêntricas sobre a África e os africanos, aprofundadas no século XIX, passaram a ser legitimadas pelas ciências que estavam se constituindo nesse período. Diversas teses pautadas no evolucionismo estabeleciam hierarquias entre as raças humanas. A relação dos europeus com a alteridade ganha contornos científicos nesse momento (DIOGO, AMARAL, 2012).

Campos científicos como a História Natural incluíam os povos extra-europeus como extensão da própria natureza. No século XIX, floresceram diversas instituições museológicas que se amparavam na biologia e em parâmetros evolucionistas de interpretação das diferenças (SCHWARCZ, 1993, p.87). A ciência médica estipulou as fronteiras da “normalidade” dos corpos e também as “doenças sociais” no quadro do higienismo (FOUCAULT, 2012, p.143-70). Antropologia, por sua vez, fez uso de uma tipologia evolucionista de sociedades humanas a partir da tríade selvageria-barbárie-civilização para chegar a tentativas de definição de critérios “objetivos” de classificação racial-criminal, como a fisionomia, craniometria, dentre outros.

Outra construção do colonialismo foi a de que a África e os africanos não possuíam consciência histórica e de si. Os elementos culturais locais – trabalho, religião, alimentação, economia, relação com a natureza – foram enquadrados em uma concepção engessada sobre o

que vem a ser “tradição” (HOBSBAWM, RANGER, 1984, p.219-69). Essa interpretação do tradicional caracterizava as culturas africanas de modo estático e imutável, e as isolava do movimento vivo e dinâmico das mudanças que fazem parte do curso da história de uma forma geral (ZAMPARONI, 2007b, p.48), negando historicidade, e, conseqüentemente, humanidade aos povos africanos.

Portanto, existiu um esforço para mobilizar as ciências do período, de modo a demonstrar que os africanos não possuíam um lugar próprio na história humana, como se fizessem parte apenas da fauna. Também atribuíam a todos os grandes feitos realizados por eles – pirâmides, monumentos, grandes obras de agricultura e irrigação – origens estrangeiras. Ou ignoraram, ou negaram deliberadamente toda a complexidade das dinâmicas sociais, políticas, econômicas, religiosas, dentre outras. Isso, supostamente, comprovaria a insignificância, ou mesmo ausência, da contribuição africana para o desenvolvimento da humanidade. Sendo assim, a História da África seria apenas um apêndice da História europeia<sup>3</sup>, só importando quando esses últimos entram em cena (ZAMPARONI, 2007b, p.46).

Entre as décadas de 70 e 80 do século XIX, um intenso processo de reconfiguração na geopolítica do continente africano se iniciou, quando diversos países europeus passaram a disputar a legitimidade da posse e colonização desses territórios. A partir de então, foram desencadeados os eventos que caracterizam o colonialismo europeu sobre a África. Dois momentos desse fenômeno se destacam: entre 1880 e 1900, quando o continente é estudado a partir de uma visão de hierarquia entre as raças humanas, além de disputado, dividido e ocupado a partir da virada de século até meados da década de 1930, momento em que o projeto de colonização dos territórios africanos se consolidou (BOAHEN, 2010, p.3).

Até 1880, a relação entre africanos e europeus não era tão assimétrica, tendo esses últimos um restrito domínio sobre regiões litorâneas que serviam de entrepostos comerciais, cuja mercadoria principal, até meados do século XIX, eram pessoas escravizadas. Nesse momento, a ampla maioria do continente era controlado pelas diversas autoridades locais, por homens e mulheres que dirigiam entidades políticas de tamanho e formas de organização social diversas, que iam de potentados, pequenas comunidades, líderes de linhagens – e

---

<sup>3</sup> Vale, a título de registro, mencionar que existiram intelectuais modernos do século XIX nascidos no continente africano. Temos como exemplo James Africanus Horton (1853-1883), médico, escritor e líder político, com atuação em Serra Leoa; também John Farrell Easmon (1856-1900), Cientista e médico oeste-africano nascido em Freetown, formado em medicina em Bruxels, médico e sanitariano na Costa do Ouro, a serviço dos ingleses. Em 1884 ele escreveu um estudo que propunha alternativas para o tratamento de doenças tropicais decorrentes da Malária, intitulado *The nature and treatment of Blackwater fever* (Natureza e tratamento da febre da água negra).



seguiram dinâmicas próprias e autônomas. “Cerca de trinta anos depois, apenas os territórios da Libéria e Etiópia não estavam sob o controle de poderes europeus.” (BOAHEN, 2010, p.3).

Esse processo intenso e complexo veio a modificar diversas estruturas sociais dos povos africanos, transformando variadas esferas da vida daquelas pessoas: economia, política, costumes cotidianos, dentre outros. O colonialismo deixou profundas marcas que persistem ainda hoje nas estruturas dos Estados e povos africanos. A dominação colonial também teve uma grande influência na construção da representação sobre a África pelo Ocidente, ao longo dos últimos séculos – um lugar predominantemente hostil, selvagem, sujo e repleto de doenças (ZAMPARONI, 2007b, p.46; OLIVA, 2007, p.66).

A exploração, ocupação e divisão do continente africano se deu em um intervalo de tempo relativamente curto. Entre 1880 e 1935, aconteceram mudanças significativas nas diversas estruturas que compõem a miríade de povos e culturas do continente africano. Abruptamente, muitos poderes locais foram removidos, territórios ocupados, povos deslocados de seus locais de origem, além da brutal exploração do trabalho forçado, dentre outros. A citação de Ferhat Abass, a respeito da colonização da Argélia pela França, sintetiza um processo que ocorreu, de forma semelhante, em praticamente todo o continente:

A colonização constitui apenas uma empreitada militar e econômica, posteriormente defendida por um regime administrativo apropriado; para os argelinos, contudo, é uma verdadeira revolução, que vem transtornar todo um antigo mundo de crenças e idéias, um modo secular de existência. Coloca todo um povo diante de súbita mudança. Uma nação inteira, sem estar preparada para isso, vê-se obrigada a se adaptar ou, se não, sucumbir. Tal situação conduz necessariamente a um desequilíbrio moral e material, cuja esterilidade não está longe da desintegração completa. (ABASS, 1931, apud BOAHEN, 2010, p. 5).

Esse período apresenta uma ruptura sem precedentes na história africana e mundial. Foi um momento de reconfiguração geopolítica e aceleradas mudanças em diversas estruturas, marcado pelo fim da autodeterminação dos poderes locais e a submissão imposta militarmente pelas metrópoles coloniais. Elikia M’Bokolo ressalta a complexidade do processo ao afirmar que nem a escravidão tinha causado tamanho impacto em tão curto tempo, além de destacar a fugacidade na qual o regime colonial se instaurou e encerrou a autonomia que os povos africanos possuíam até aquele período:

As três décadas que vão de 1880 até as vésperas da primeira guerra mundial constituem um ponto de virada importante, sem dúvidas um dos mais importantes na história do continente africano, revelando-se como anos sombrios que concentram, num período relativamente curto, uma soma

inédita de catástrofes. É certo que a África anterior a 1880 não estava fechada ao mundo exterior, para qual foi obrigada a exportar milhões de homens, que levaram consigo saberes, modos de vida, crenças e ideias que haveriam de sobreviver nos países de acolhimento. Embora marginal, a presença estrangeira – europeia e árabe – era mais ou menos antiga, segundo os lugares, espalhando influências econômicas, políticas, religiosas e culturais. Mas, na sua grande maioria, os africanos eram independentes. O desaparecimento brutal dessa independência, por ação e para proveito exclusivo dos estados europeus, constitui a primeira característica desse período. A segunda prende-se a violências que acompanharam a aceleração da penetração estrangeira: sucederam-se as guerras de conquista e de resistência, as migrações, as epidemias, as fomes e as catástrofes ecológicas – nunca os africanos tinham sofrido num período tão curto de tempo tantos e tão terríveis choques. (M'BOKOLO, 2011, p.329)

Nas décadas iniciais da conquista, existiu uma “corrida” dos europeus para firmar acordos que submetessem os chefes locais ao poder dos seus respectivos impérios. Nesses tratados eram impostas algumas práticas e costumes ocidentais aos recém submetidos pelos colonizadores manter – segundo concepções externas – os ambientes limpos, fornecer mão de obra para obras públicas, empreendimentos privados e para o serviço militar, pagar os impostos, etc. – além do estabelecimento do regime de administração colonial, que funcionava, por via de regra, com algum tipo de apoio dos poderes locais, já que não seria possível colonizar territórios tão grandes e diversos sem a utilização de estruturas pré-estabelecidas<sup>4</sup>. O reforço de hierarquias internas pré-existentes era uma estratégia de manutenção de poder, como descreve Betts:

Pouco depois de conquistada e ocupada pelas potências imperialistas europeias, ou quase ao mesmo tempo, a África foi envolvida em uma rede administrativa colonial que, embora pouco uniforme e um tanto complexa, unificava-se com base em algumas ideias e crenças comuns. Fenômeno único quer na história, quer no mundo submetido à dominação europeia, a política colonial tomou na África o sentido de “política indígena”. Entendendo-se que a expressão correspondia a inúmeras definições diferentes da administração dos “indígenas” – termo geralmente empregado para designar os africanos – também se admitia, tanto em teoria como na prática, que o poder colonial não estaria efetivamente assegurado senão com a ajuda do pessoal e das instituições autóctones, desempenhando uma função complementar ou auxiliar. (BETTS, 2010, p. 352)

O empreendimento colonial não se resumiu à conquista territorial, mas também se caracterizou pela narrativa segundo a qual era dever dos colonizadores a imposição de um “modo de vida” europeu. Era necessário fazer crer que colonizados iam se civilizar pelo

---

<sup>4</sup> Isso está presente em diversos editais da administração colonial dos distritos de Luanda, Cambambe e Dondo, entre 1906 e 1912.

trabalho, de modo a disciplinar corpos e mentes à rotina capitalista (THOMPSON, 1998, p.267-304), assim como obrigá-los a cumprir trabalhos (ZAMPARONI, 2005) e seguir um estatuto de normas impostas pelos poderes da Europa (MENESES, 2010), (CRUZ, 2005). Na verdade, esse era apenas o aparato discursivo utilizado para legitimar a dominação e o sistema colonial, já que essa imposição não pretendia se transmutar em mudanças que trouxessem melhorias ao modo de vida das populações locais, pelo contrário, apenas mascarava a exploração do trabalho e de recursos dos territórios colonizados (ZAMPARONI, 2007a).

Além disso, o entendimento dos povos africanos sobre noções como tempo, trabalho, saúde, doença, natureza, corpo, dentre outras, construídas em bases epistemológicas diversas, não se enquadrava no modo de pensar capitalista e imperialista imposto pelos colonizadores – que buscavam sustentar a exploração da mão de obra das pessoas colonizadas e impor formas de viver presumidamente superiores para os povos africanos. Esse choque entre interpretações distintas sobre a realidade produziu variados conflitos e resistências, manifestados através de embates violentos, boicotes, sabotagens ao projeto colonial, dentre outros.

Até o século XIX, nunca houve projeto tão ambicioso quanto o de ocupar e controlar territórios inteiros – que correspondiam à quase totalidade do continente africano. Por isso a necessidade de situar historicamente quando a partilha do continente passa a ser pensada, e em que momento começa a disputa rumo a anexação dos territórios. A resposta para essas questões é importante para orientar a delimitação dos recortes temporais que serão tomados nas seções posteriores, de modo a entender a importância dos indivíduos e instituições que estavam produzindo conhecimento a respeito do continente africano – viajantes, médicos, militares e dentre outros – situados nesse contexto.

Existiram alguns catalisadores para que os países europeus se mobilizassem rumo à divisão do continente e posterior ocupação colonial. Por volta da década de 70 do século XIX, o espaço africano se tornou alvo de disputas sobre a legitimidade de quem controlaria seu território. Nesse contexto, os viajantes, pesquisadores e aventureiros, financiados por Estados europeus, cumprem o papel de “desvendar” os espaços africanos para as autoridades, e em nome delas (M'BOKOLO, 2011, p.318-321). Esses embates tornavam os territórios africanos um lugar de experimentação, disputa e produção de conhecimento, como relata Elikia M'Bokolo:

A partir dos anos 1870, a bacia do congo concentrou uma grande parte das energias e iniciativas: as competições imperialistas marcaram por seu turno os exploradores, cada um dos quais operava por conta de uma nação europeia e se apressava a assinar com os chefes africanos tratados de

concessão de territórios. Nada traduz melhor essa realidade do que a rivalidade crescente entre Pierre Savorgnan de Brazza e Henry Morton Stanley, que agiam segundo métodos muito diferentes: o primeiro – italiano de nascimento e francês por naturalização – por conta da França, o segundo – nascido britânico, mas cidadão dos Estados Unidos da América – por conta pessoal de Leopoldo II, rei dos belgas. (2011, p.320)

Livros e relatos, em versões populares, dessas viagens eram publicados na Europa, atraindo o interesse e o fascínio do público. Textos de literatura, baseados em narrativas e experiências no continente africano, também faziam bastante sucesso, a exemplo do clássico na literatura ocidental: *Heart of Darkness* de Joseph Conrad – publicado como uma série de três partes em 1899, e como um livro em 1902 – onde se descreve uma perigosa missão de resgate na bacia do Congo, em um território completamente desconhecido, hostil, e, aparentemente, com poderes de tirar a sanidade, até dos indivíduos de espírito mais forte. É uma narrativa ficcional, mas que aparenta ter sido inspirada na experiência do autor, quando trabalhou como marinheiro na mesma região.

O texto, porém, possui altas doses de exagero e caricaturas a respeito do ambiente e das pessoas, do mesmo modo como os relatos de viagem do período eram, costumeiramente, construídos. A empreitada em direção ao interior do rio e da floresta parece sinalizar um mergulho cada vez mais profundo em um ambiente natural assustador e sufocante – onde pessoas, a floresta e o rio compõem uma atmosfera onde a sanidade não tem lugar. Esse livro teve uma circulação imensa, sendo traduzido em diversos idiomas, e influenciou a mídia de massa mundial<sup>5</sup>. Uma outra referência importante é o lançamento do primeiro livro de Julio Verne que fez enorme sucesso comercial, em 1863. O romance *Cinco semanas num balão* narra as aventuras de um explorador inglês sobrevoando a África de Zanzibar a Saint-Louis e é baseado na literatura científica disponível na época.

Pouco depois de Conrad publicar *Heart of Darkness*, surge o primeiro livro de Tarzan (*Tarzan of the Apes*, 1912). Em 1936, o Fantasma (*The Phantom*) surgia como personagem. Esses são dois marcos para se pensar a construção do imaginário em torno da selva e do controle sobre ela. Isso tudo mostra a centralidade e a longevidade da ideia de adaptação e domínio sobre o ambiente natural inóspito, ainda que a temporalidade esteja mais dissociada. Tarzan e Fantasma representam um triunfo do homem branco sobre o espaço africano,

---

<sup>5</sup>Em 1979, Francis Ford Coppola dirigiu uma adaptação da obra chamada '*Apocalypse Now*', diferentemente do livro, que é ambientado na Bacia do Congo, o Coração das Trevas se localiza no sudeste asiático, durante a guerra do Vietnã.

enquanto o Capitão Kurtz, de Conrad, é dragado por ele, e passa a ser cultuado pelos nativos como uma espécie de deus.

## **1.2 A construção da partilha**

O crescente interesse do Rei Leopoldo I, da Bélgica, na região do Congo, fez com que ele passasse a investir em expedições de viajantes e na exploração do território. Em 1876 ele convocou a Conferência de Bruxelas para que as questões referentes à posse do território africano fossem tomadas. A partir do que foi deliberado naquela reunião, diversos países passaram a adotar posições expansionistas em relação ao território africano, como o caso da França em relação ao Egito, Tunísia, parte do Congo e Madagascar, a partir de 1879. Essas ações levaram a Alemanha e o Reino Unido a buscarem o controle efetivo de territórios na África austral, central e no oeste do continente, exercendo um controle distinto da autoridade indireta que estabeleceram anteriormente (UZOIGWE, 2010, p.32-3).

A conferência de Berlim – de 1884 a 1885 – se não foi responsável por delimitar as fronteiras do continente africano, intensificou as disputas pela posse de territórios em direção ao centro do mesmo. Ela também foi um espaço de discussão a respeito dos métodos para a divisão da África (DÖPCKE, 1999, p.83-5). Há um imenso debate a respeito da importância da Conferência nas disputas pela ocupação do continente, mas o principal motivo que a torna relevante nesse contexto se dá pela popularização da ideia de ocupação territorial perante a opinião pública, mais do que a delimitação do espaço colonial e dos métodos para tal. Wolfgang Döpcke explica o papel da Conferência de Berlim ao desconstruir os mitos acerca das fronteiras do continente africano:

Popularizou a ideia colonial junto à opinião pública e, assim, acelerou a corrida pela África. O princípio da “ocupação efetiva”, que a Conferência limitou à costa, adquiriu certa importância durante a partilha do interior do continente. O princípio, portanto, não foi inventado pela conferência. Há muito existia. No entanto, ainda que só houvesse sido formulado para o litoral, a aplicação do princípio estendeu-se, na prática, ao interior da África e aos protetorados.” (DÖPCKE, 1999, p.84)

Uma conferência em que países estrangeiros decidem acerca da posse de territórios de outro continente inteiro é um fato sem precedentes na história. O destino da África foi decidido em sucessivas reuniões e em encontros científicos entre poderes europeus, onde se

debatia as melhores formas de se adaptar aos territórios, enfrentar as doenças locais e empreender projetos coloniais.

Entre 1885 e 1902, houve uma corrida pela busca de legitimação da posse dos territórios ocupados através da construção de postos comerciais, estabelecimentos missionários, ocupação física de zonas estratégicas e tratados que atestassem a submissão de potestados africanos aos poderes das metrópoles. Mais imposições do que negociações bilaterais, esses documentos eram escritos em línguas europeias, o que causava uma imensa diferença de interpretação entre os autores e as autoridades africanas que o assinavam, que nutriam outras expectativas em relação a esses acordos (UZOIGWE, 2010, p.37). Essas fraudes ficaram evidentes na declaração de Frederick Lugard, que foi um administrador colonial que representava a Inglaterra, sobre esses tratados:

Nenhuma pessoa sensata o assinaria, e pretender que se tenha convencido um chefe selvagem a ceder todos os seus direitos a companhia em troca de nada e de uma desonestidade óbvia. Se lhe disseram que a companhia o protegeria contra os inimigos e a ele se aliaria nas guerras, mentiram. A companhia jamais teve essas intenções e, mesmo que as tivesse, não dispunha de meios para concretizá-las (PERHAM & BULL, 1963. *apud* UZOIGWE, 2010, p.37)

A partir dessas negociações fraudadas, imposições e venda de falsas promessas, experimentou-se nos espaços dos territórios africanos os métodos e instituições que viriam a fazer parte da estrutura da burocracia colonial, como salienta Raymond F. Betts, em seu capítulo sobre as formas de administração dos regimes coloniais europeus no continente africano:

Ao “retalhamento teórico” da África, verificado nas duas últimas décadas do século XIX, seguiu-se um período de conquista e dominação militar que determinaria a maior parte dos métodos de controle administrativo empregados desde antes do final do século. Como resultado, o período de entre guerras foi aquele em que inúmeras dessas antigas práticas se estruturaram em política oficial e no qual o oportunismo administrativo foi elevado ao nível de teoria bem articulada. Retrospectivamente, esse período surge claramente como o da burocratização da administração colonial. (BETTS, 2010, p.356)

Após as disputas políticas entre Estados europeus pelos territórios africanos, e a posterior institucionalização das regras para conquista e ocupação das regiões, o próximo passo foi a campanha militar para a ocupação. Vejamos os motivos que fizeram essa

empreitada lograr êxito: superioridade da tecnologia de guerra; o conhecimento mais amplo sobre os territórios, adquirido através de diversas expedições; acordos geopolíticos estabelecidos para promover a cooperação entre países europeus em nome de um objetivo comum, além da tácita combinação a respeito da não agressão entre países europeus em disputa no continente africano; e a fragmentação política existente em diversas regiões do território africano.

Com o aperfeiçoamento das armas de fogo – recargas mais rápidas e metralhadoras – a disputa bélica se tornou bastante desigual. O fornecimento delas para os africanos era muito restrito, como sinaliza M´Bokolo:

Apesar de tudo, o recurso cada vez mais frequente às armas de fogo, das quais os europeus só forneciam aos africanos modelos ultrapassados, reservando ciosamente para si próprios os últimos aperfeiçoamentos, tornou a África perigosamente dependente das potências que a cobiçavam, remetendo-a para uma posição de perpétua inferioridade. (2011, p.346)

A utilização de armas de fogo de tecnologia superior, se não foi o único fator para o êxito do empreendimento colonial, foi talvez o principal deles. As viagens de exploradores eram caracterizadas pelo uso indiscriminado das armas, tornando esses viajantes conhecidos entre os povos, por portarem esses instrumentos, como relatado por Isabel Maria Amaral e Maria Paula Diogo:

Em finais do século XVIII e princípio do XIX, nas expedições que preparavam as grandes intervenções técnicas de infraestrutura no terreno, as armas continuavam a ter um papel fundamental. Francois le Vaillant, um francês educado nas Índias Holandesas especialmente interessado em ornitologia, descreve, no seu contacto com os célebres e temidos Cafres, o efeito de maravilhamento causado pelos seus fuzis e pistolas. Segundo Heinrich Barth, na sua obra monumental *Travels and discoveries in North and Central Africa*, Mungo Park, o explorador escocês, era conhecido entre as tribos autóctones do Níger, pela sua ferocidade e uso indiscriminado das armas, como *táwakast*, ou seja animal feroz, denominação que os nativos estendiam a todos os europeus. Henry Morton Stanley, o explorador britânico que se encontrou, perto do lago Tanganhica, com o famoso médico, missionário e explorador David Livingstone, saudando-o com a célebre frase “Doctor Livingstone, I presume?”, usava massivamente armas contra as populações nativas. (AMARAL, DIOGO, 2012, p. 10-1)

A desigualdade econômica entre os continentes fazia com que a balança pendesse para a Europa. Depois de séculos de escravidão, parte significativa dos Estados africanos encontrava-se, por diversos motivos, enfraquecida. Enquanto países europeus possuíam capital e recursos para empreender a conquista, muitas regiões em África não tinham infra

estrutura para se manter resistindo por muito tempo. O fim do tráfico atlântico acentuou turbulências internas no continente africano, já que diversos Estados que nutriam seu poder com a venda de pessoas escravizadas perderam sua principal fonte de renda – e, dentre outras coisas, acesso a armas – passando a ter a hegemonia sobre territórios e pessoas contestada por vizinhos e vassallos.

O não entendimento do quadro geral desse projeto de dominação impossibilitou que houvesse uma resistência ampla e organizada ao colonialismo. As lutas intestinas entre povos africanos facilitaram a tomada de poder. Os europeus investiram em conflitos locais com objetivo de enfraquecer resistências. Não havia uma noção de unidade africana entre os povos, enquanto os europeus mantinham acordos e não lutavam entre si, além de dar suporte a poderes locais contra outros africanos, mas nunca os apoiando contra outros Estados europeus, como ressalta Betts:

Ao contrário, a conduta dos países africanos foi assinalada não só pela falta de solidariedade, de unidade e de cooperação, mas também pelo fato de alguns deles não hesitarem em se aliar aos invasores europeus contra seus vizinhos – apenas para se verem vencidos um pouco depois. Os Baganda aliaram-se aos ingleses contra os Banyoro, os Barotse aos ingleses contra os Ndebele, e os Bambara aos franceses contra os Tukolor. Em consequência, as lutas heroicas e memoráveis travadas pelos africanos contra os invasores europeus foram quase sempre ações isoladas e descoordenadas, mesmo no plano regional. O fator mais decisivo foi, evidentemente, a esmagadora superioridade logística e militar da Europa. Enquanto esta empregava exércitos profissionais bem treinados, poucos Estados africanos possuíam exércitos permanentes e menos ainda dispunham de tropas profissionais. Na sua maior parte, faziam recrutamentos e mobilizações *ad hoc* para as necessidades de ataque e defesa. Ademais, as potências europeias – como sustentam A. Isaacman e J. Vansina –, independentemente dos exércitos próprios, podiam engajar mercenários e recrutas africanos, o que lhes dava, quando necessário, superioridade numérica. (BETTS, 2010, p.45)

Além das armas, todo o processo de produção de conhecimento, construção de estereótipos e de hierarquias entre raças favoreceu o processo de dominação do continente africano, já que apenas com força física não é possível empreender e manter um projeto de dominação. A ciência esteve à disposição da tecnologia da guerra e da promoção da saúde dos indivíduos, já que as doenças se apresentavam como um inimigo maior do que as batalhas pela conquista.



### 1.3 Viajantes, missionários, exploradores e médicos

As viagens de exploração, feitas por europeus, no continente africano compõem uma parte importante da história intelectual europeia (M'BOKOLO, 2010, p.314). Elas possibilitaram o surgimento do racismo científico e da mobilização da ciência enquanto ferramenta para efetivação do colonialismo, servindo como elemento produtor de conteúdo – livros, relatórios, manuais, textos em jornais, artigos de medicina e dentre outros – fontes e discursos que seriam utilizados enquanto ferramentas para justificar, legitimar e orientar o empreendimento colonial e as teorias racistas a respeito dos espaços, povos e corpos africanos.

É necessário entender quem foram os viajantes e exploradores do continente, assim como uma mudança no perfil deles a partir de um interesse cada vez maior em descobrir, conhecer e ocupar a África. Viajantes como David Livingstone realizaram diversas empreitadas pelo continente e produziram bastante material utilizado posteriormente para justificar o projeto colonial. Com o crescente interesse nessas explorações, pessoas passaram a ser financiadas para isso, como foi o caso de Henry Morton Stanley, que, financiado diretamente pelo Rei da Bélgica, realizava expedições com grande infraestrutura – centenas de carregadores, ajudantes europeus, tropa negra armada, dirigida por europeus, que às vezes travavam combates com os povos locais, relutantes em permitir o avanço da caravana por seus territórios.

Alguns desses viajantes eram cientistas, mapeavam fauna, flora, climas e povos, enquanto outros eram autodidatas, que andavam à busca de paisagens e situações que considerassem exóticas, chamando a atenção do público europeu. Os relatos produzidos por tais viajantes, não raro, eram publicados em periódicos e folhetins e, se fizessem sucesso, convertidos em livros que viravam *best-sellers* na Europa.

Tanto o trabalho dos viajantes ‘cientistas’ quanto dos autodidatas partilhavam a mesma visão de mundo e faziam parte da epistemologia racista e etnocêntrica do século XIX, que caracterizava povos não-europeus como inferiores e o lugar onde viviam como ambientes hostis e problemáticos para o homem branco – além de serem absolutamente míopes para a possibilidade do “outro” possuir um sistema de pensamento diferente do seu, que pudesse ser diverso, complexo e apto para dar conta das questões do universo em que estavam inseridos.

Ao percorrerem o interior do continente e coletarem informações sobre a paisagem natural – que incluía descrições e, por vezes, coletas de exemplares da fauna, flora, topografia,

clima, navegabilidade dos rios e da paisagem social, descrição dos povos, sua densidade populacional, seus hábitos, meios de vida e, sobretudo, “índole” e capacidade bélica – forneceram elementos para a penetração e conquista e para dar legitimidade às reivindicações territoriais das potências europeias, como foi o caso dos viajantes portugueses da Sociedade de Geografia de Lisboa que buscavam identificar e registrar o que existia entre a costa angolana e moçambicana:

As expedições organizadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, com claros objetivos geográficos, contribuíram com dados de natureza zoológica, botânica e geológica para o conhecimento científico das colônias de Portugal em África, permitindo, ainda, elaborar a carta geral de Angola, preenchendo um mapa que apresentava ainda largas áreas em branco. Para além das bacias hidrográficas do rio Zaire e do rio Zambeze, interessava também delimitar um caminho comercial entre as províncias de Angola e Moçambique. (AREIAS, 2012, p.36).

Bastante multifacetados, esses relatos eram produzidos por indivíduos de matrizes intelectuais e interesses distintos. Por mais diversa que fosse a matriz intelectual desses exploradores, o preconceito, exagero e a fantasia eram o ponto em comum, e contribuíram para construir caricaturas que permanecem até hoje nas representações que ainda imperam entre senso comum ocidental sobre o continente africano. Vejamos o que Elikia M’Bokolo ressalta sobre essa produção:

A imagem da África dada por esses novos especialistas do continente negro variava, também ela, muito em função do autores: rigorosa, simpática, objetiva, baseada em observações exatas e numa análise séria, naqueles que haviam recebido uma formação intelectual de alto nível (Heinrich Barth, Koele e Schön) e tinham uma boa formação em linguística e em filologia; superficial, sensacional, simpática e caricatural, plena de preconceitos na maioria dos outros. (M’BOKOLO, 2011,p.320-1)

E o autor prossegue, usando o caso específico da atuação de David Livingstone, um dos maiores exploradores ingleses do continente africano no século XIX, produtor de diversos *best sellers* sobre suas expedições, e fonte bastante bebida pelos ideólogos do colonialismo:

Os militares, os médicos e os missionários viam-se muitas vezes numa posição ambígua, e Livingstone é a perfeita ilustração disso. Excelente observador, frequentemente caloroso relativamente aos africanos, acontecia-lhe com não menos frequência fazer suas caricaturas da época. Por exemplo, a caricatura do “bom selvagem”, que o levou a exclamar num célebre discurso pronunciado na Universidade de Cambridge, durante a sua viagem à Inglaterra, em 1856-1858: “nessas regiões românticas, os homens desenvolvem-se no estado selvagem. É aí que vive o preto, o filho proscrito

da natureza”. Caricatura também tingida de racismo, evidente em afirmações como esta: “Os prazeres da vida animal estão sempre presentes no espírito do africano como bem supremo”, ou nessa outra, a propósito das terras ngwato que visitou em 1842: “a população está mergulhada no mais baixo estado de degradação simultaneamente mental e moral, a um ponto tal, que é **impossível aos cristãos dos nossos países formar uma ideia precisa da dimensão das trevas em que se encontram mergulhados os seus espíritos**” acontecia-lhe também associar essa “degradação” dos africanos à pretensa maldição de Cam. Por último, partindo dessa visão dos africanos, o explorador britânico tornou-se um dos promotores mais escutados da ideologia dos “três C” (a civilização dos africanos pelo “cristianismo e comércio”). Foi ainda ele que proclamou aos estudantes de Cambridge: “esses dois pioneiros da civilização – o cristianismo e o comércio – devem permanecer sempre inseparáveis.” (M’BOKOLO, 2011, p.321, grifo nosso).

Os escritos de David Livingstone tiveram a função de promover o interesse da Europa em plena revolução industrial em explorar um mercado consumidor descoberto a partir das suas viagens de exploração. Através do ideal civilizatório materializado pela ideologia colonial, seria possível dar vazão ao excedente de panos produzidos nas fábricas inglesas. Nas palavras de Oliveira Martins, Livingstone: “revelara a Inglaterra manufactureira e bíblica a existência de vinte ou trinta milhões de homens que andavam nus, e podiam vestir-se de algodão de Manchester; que adoravam *fetiches*, e deviam aprender a Bíblia” (OLIVEIRA MARTINS, 1920, p.260, no original). Esse trecho é importante para salientar a plena consciência que os idealistas desses projetos coloniais possuíam sobre os seus interesses a respeito da promoção do colonialismo em terras africanas.

#### **1.4 Portugal e os contextos para produção e execução de um projeto colonial**

O caso de Portugal e o colonialismo é único. Suas particularidades não encontram simetria em nenhum outro tipo de colonização realizada pelos outros países europeus. Existem componentes ligados às mentalidades e identidades do povo português, que tem como base um passado onde Portugal foi um império ultramarino pioneiro no descobrimento e exploração das Américas e de territórios ao longo do oceano. (HENRIQUES, 1997). A posição portuguesa diante da geopolítica ocidental também se localizava em um status de subalternidade. Portugal era um país com baixo grau de industrialização, e que mantinha nas colônias africanas uma espécie de esperança de restauração do status da grande potência que foi na idade moderna.

O contato português com muitas regiões do litoral africano remonta os séculos XV e XVI, onde foram construídos entrepostos comerciais que serviram, sobretudo, como zona de envio de pessoas escravizadas através do Atlântico para as Américas. Por conta disso, também existe uma produção documental, em língua portuguesa, significativa a respeito desses territórios – que é anterior ao período de dominação colonial. Esse material contribuiu, em muito, para a construção de estereótipos e caricaturas a respeito dos povos africanos que estiveram em contato com portugueses ao longo do tempo.

O fator da economia portuguesa no século XIX é igualmente importante para que se compreenda os motivos da implantação do projeto colonial. O seu desenvolvimento industrial estava muito aquém ao de outros países europeus; Portugal encontrava-se enfraquecido por diversas guerras civis e também pela perda do Brasil enquanto colônia – sua maior fonte econômica, e lembrança de uma era de grande opulência. O seu reduzido domínio em algumas regiões da África só sobreviveu graças à tolerância das outras potências europeias, sobretudo a Inglaterra, que preferia um frágil império colonizador a uma nova força industrial disputando mercados com eles. Apesar disso não ter diminuído as tensões entre Portugal e Inglaterra na disputa por certos territórios através da região central do continente africano (TEIXEIRA, 1987). Essa conjuntura também fazia com que Portugal fosse forçado a efetivar o projeto colonialista através da ocupação efetiva, já que, caso contrário, sofreria pressão de outros impérios. E isso se deu através da utilização da medicina tropical como ferramenta:

Portugal era o país mais pobre dos países imperialistas no século XX e o que tinha maior território ocupado em África. Por este motivo, após a resolução da Conferência de Berlim (1884-1885), o país teve de mostrar-se capaz de ocupar efetivamente os seus territórios, cobiçados sobretudo pelo império alemão e britânico. Esta ocupação não poderia ser apenas uma ocupação militar, mas também uma ocupação científica e médica, sendo a medicina tropical, uma das principais ferramentas utilizadas no contexto do design das políticas de saúde pública nacional, num período que conheceu três regimes políticos distintos: a Monarquia Constitucional, a Primeira República e o Estado Novo. (AMARAL, 2019, p. 151)

Sem recursos financeiros, ou produtos para exportar, baixo poder bélico, e um restrito contingente disposto a empreender o projeto colonial, de posse apenas da memória de um passado glorioso como império ultramarino (HENRIQUES, 1997), Portugal se lançou numa disputa que conflitou com os interesses de outras nações. Não obstante, internamente, a opinião pública não era sensível ao empreendimento, como destaca Cristiana Bastos:

Convém relativizar a importância dos lugares coloniais e do próprio projecto de império para Portugal no Século XIX: as colónias não são ao tempo prioridade para os governos e tão pouco se constituem como cenário apetecível para o comum cidadão. Pelo contrário, são ainda vistas como lugares de febres, perigos e contaminações que corrompem os corpos e devoram as vidas de quem lá chega; servem de fundo longínquo para onde se enviam degredados; aos poucos que escolhem lá viver fazem-no numa lógica de progressão de carreira ou oportunidade de negócios de algum risco, muita aventura e pouco controle legal. (BASTOS, 2011, p.29)

Apesar de ainda possuir uma boa relação comercial com o Brasil, a perda deste, enquanto colônia, ainda afetava o imaginário português. Para os defensores da empreitada no continente, os territórios africanos representavam um “terceiro império colonial” – os outros dois eram Brasil e Índia. Como uma forma de ressuscitar a glória de outrora, buscavam construir um “novo Brasil”, uma terra de acolhimento de emigrantes e de financiamentos coloniais, fonte de exploração de riquezas nas minas e plantações, através de um regime de mão-de-obra servil baseado na obrigatoriedade de trabalhos forçados para a população local<sup>6</sup>. Ainda assim, era um país em crise, sem recursos para colonizar efetivamente os territórios que possuía, que tinha como objetivo retomar sua credibilidade diante do cenário geopolítico europeu, como resume Bastos:

Em suma, nos entrepostos de colonização está-se bastante longe da acção que mobiliza os interesses dos políticos portugueses da época: nem os países está atendo às colónias, nem estas se organizam nas dinâmicas imperiais que se desenvolvem nos espaços circundantes de África e Ásia. A geopolítica mundial e colonial do século XIX definitivamente não tem em Lisboa um centro de relevo. É nesse contexto, longe da acção que mobiliza a política, distante das influências que moldam destinos e rumos, fundam instituições e fomentam transformações, que os nossos agentes de saúde se encontram: alienados de uma capital distante, por sua vez longe e alienada das grandes tomadas de decisão. (BASTOS, 2011, p.30)

Além das condições econômicas desfavoráveis, Portugal não estava no centro dos interesses geopolíticos referentes ao continente africano, em relação às outras potências europeias. Isso fica claro no momento do *ultimatum britânico*, que é quando os portugueses são demovidos da ideia de ocupar o imenso espaço interior, ligando Angola a Moçambique, de leste a oeste, incluindo territórios que correspondem atualmente a Zâmbia, Zimbábue e Malauí, essa pretensão estava explicitada no amplamente conhecido Mapa Rosa (TEIXEIRA, 1987). E é esse um dos principais contextos onde se encontram os pesquisadores e cientistas

---

<sup>6</sup> Mesmo não sendo mais colônia portuguesa, o Brasil ainda era destino de quantidade significativa de portugueses que buscavam riquezas para além dos limites do país europeu.

portugueses que estavam produzindo conhecimento a respeito de medicina e saúde, em território africano, como descreve Isabel Maria Amaral:

Na sequência da Conferência de Berlim, e sobretudo a partir da assinatura do ultimato de 1890, Portugal viu-se obrigado a considerar as várias componentes da colonização para uma ocupação efectiva das colônias. Como aconteceu com as outras potências coloniais, a saúde ocupava um papel importantíssimo na eficiência de uma colonização digna desse nome. (AMARAL, 2014, p.132)

A cifra de cidadãos de Portugal dispostos a migrar para as colônias em África era bastante reduzida (ZAMPARONI, 2007a). O fantasma da África enquanto o “túmulo do homem branco” (SANSONE, 2014, p.399), ou como destino de desterro para criminosos e indesejáveis, ainda permeava a mentalidade das pessoas. Mesmo entre os apologistas da emigração, predominava o entendimento de que os territórios africanos eram insalubres para os brancos. De certa forma, eram, já que a maioria das baixas de colonos em África se dava por conta de doenças e não de guerras (DIOGO, AMARAL, 2012, p.132). Portanto, se fazia necessário mudar essa imagem que se tinha para conduzir a emigração para lá.

Figura 1 – Mapa Cor de Rosa - síntese das expectativas coloniais de Portugal no continente africano



Fonte: Wikipedia – Busca: Mapa Cor-de-rosa ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Mapa\\_Cor-de-Rosa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mapa_Cor-de-Rosa))

Essa necessidade de reverter a opinião pública desfavorável, além de adaptar os colonos aos ambientes diferentes gerou uma vasta produção documental a respeito de climas, ambientes, povos e corpos africanos. Todo esse material foi sendo construído tendo como base a epistemologia racista do período, mas a produção e experimentação científica estavam permeadas por contradições e complexidades que tem a ver com as idiossincrasias do mundo colonial, assim como os sujeitos, locais de pesquisa, experimentação e produção desse conhecimento.

### 1.5 Colonialismo: Ciência e Medicina

Diante da complexidade do sistema colonial, a ciência, tecnologia e a medicina compunham as ferramentas da sua efetivação e eficácia. É preciso entender como o colonialismo usou desses artifícios para apropriação de territórios coloniais. Outro ponto interessante a ser analisado é como a ideia de saúde pública foi modificada a partir de diversas experimentações na África colonial (CORREA, 2013). O território africano foi frequentemente usado como laboratório para experimentos que posteriormente foram utilizados em outros sistemas de poder e dominação no ocidente. A experiência do nazismo talvez tenha sido o exemplo mais claro dessas experimentações, já que campos de concentração existiram em alguns contextos no continente africano, muito antes dos que aprisionaram judeus na Segunda Guerra Mundial. Robert Gordon deixa isso claro ao tratar do caso da colonização alemã no território que atualmente corresponde a Namíbia:

Like the machine gun which was first tested in the colonies and then used with devastating effect in World War I, important tests and preparatory work for the Holocaust are, I argue, to be found not only in European history, but also in the colonies: especially in regard to colonial policy concerning those labelled by the colonisers, 'Bushmen'. (GORDON, 1998, p.27)<sup>7</sup>

Antes do século XIX, o contato europeu com o “outro”, a criação de fronteiras e as relações coloniais de dominação, eram mediadas exclusivamente por uma noção de cristandade (DIOGO, AMARAL, 2012, p.8). Na idade média, temos a Europa fechada em si mesma diante dos avanços expansionistas do inimigo islâmico, perseguindo povos árabes e

---

<sup>7</sup> “Como a metralhadora foi testada primeiramente nas colônias e depois teve seu efeito devastador utilizado na Primeira Guerra Mundial, importantes testes e trabalhos preparatórios para o Holocausto devem, argumento, serem buscados não só na História europeia, mas também na das colônias: especialmente no que diz respeito à política colonial concernente àqueles rotulados pelos colonizadores como ‘Bosquímanos’.” (tradução nossa).

judeus. Posteriormente, com impulsos missionários em relação aos povos que mantinham contato nas Américas e na África, produzindo hierarquias e sistemas de dominação a partir de justificativas religiosas (OLIVA, 2007).

A partir do século XVIII, com o advento do Iluminismo, da Revolução Industrial, e uma nova ética capitalista fundada na noção de progresso, as relações identitárias europeias ganharam um novo contorno, e a forma como lidavam com a alteridade passou a ser influenciada por noções técnico-científicas. Os missionários, que operavam em uma lógica baseada no sagrado, foram sucedidos por exploradores, e, no século XIX e XX, por médicos, militares e engenheiros (DIOGO, AMARAL, 2012, p.8).

As descrições da realidade perderam o caráter de deslumbramento dos relatos anteriores ao século XVIII, tornando-se mais descritivos e técnicos. A forma como os viajantes e exploradores relatavam o que viam, sob uma ótica em que a Europa está posta como centro do universo, vão formar o mundo cognitivo que criou as bases da ciência, tecnologia e medicina europeia. Essa ambição em categorizar, classificar, contabilizar, não só o “outro”, mas os próprios empreendedores do projeto de dominação, com destaque para médicos e cientistas (FOUCAULT, 2012, p.143-70), passa a definir as relações de poder entre a Europa e as colônias controladas por países europeus. Esse momento influencia em muito a forma como um imaginário sobre a África passa a ser fixado no ocidente, como aponta Anderson Oliva:

Um dos momentos de maior impacto na construção da idéia de África no imaginário Ocidental e no próprio imaginário africano, reativo e confluyente às imagens chegadas de outras temporalidades e de diversos espaços, estava por chegar. O final do século XVIII e o decorrer do XIX se apresentam como um recorte temporal de extrema significância para a compreensão do atual conjunto de espectros mentais e reflexivos que carregamos sobre o continente e suas populações.” (OLIVA, 2007, p.66)

A mudança de perspectiva sobre as relações de alteridade da Europa com o resto do mundo não passa por uma sobreposição de uma relação científica e profana em detrimento de um formato centrado na religiosidade e no sagrado. Esse processo é muito mais complexo e cheio de nuances do que a substituição de uma forma de interpretação da realidade por outra. Essas formas de analisar o mundo não eram antagônicas ou excludentes, e caminhavam juntas em diversos momentos. No caso português, as visões religiosas também vão ter um papel preponderante para a legitimação do projeto colonial. Muitas vezes, essas narrativas caminham lado a lado, tendo como exemplo a obra do missionário suíço Henri Junod, que fez



uma etnografia a respeito dos povos do sul de Moçambique, descrevendo práticas religiosas da população local a partir de um prisma cristão, mas com relatos recheados das caricaturas do racismo científico do período (GAJANIGO, 2006).

A medicina e a ciência serão ferramentas para uma tentativa de conversão forçada dos colonizados a um modo de vida europeu, como destacam Maria Paula Diogo e Isabel Maria Amaral, ao falar do papel da ciência e da medicina para manutenção do sistema colonial:

Nos territórios coloniais, a relação com o “outro”, bem como a exploração dos recursos à luz de uma lógica imperial europeia, torna-se claramente tecno-científica. A *mission civilizatrice* tem como elemento axial a integração dos povos colonizados, ainda o “outro”, na matriz civilizacional europeia, organizada em torno dos saberes e das práticas de ciência, da tecnologia e da medicina. Trata-se de um poderoso mecanismo de dominação e de controle, que implica, seja por imposição, difusão ou apropriação, uma assimilação de uma cultura exterior que se considera superior, civilizandando o indígena e convertendo-o num cidadão europeu.” (2012, p. 9).

A expansão dos saberes médicos científicos europeus, em diversos momentos, entrava em confronto com noções diferentes de medicina, saúde pública e doença dos povos africanos (WAITE, 1992). As diversas concepções sobre “saúde pública” locais abarcavam elementos distintos dos sistemas de pensamento da presumida racionalidade europeia, e abrangem significados amplos e diversos, englobando outras questões referentes a noções de saúde e doença, como descreve Alcinda Honwana:

A saúde é tida como um estado natural de todos os seres humanos. Por isso, estar com falta de saúde indica um estado de anormalidade, de desequilíbrio, não só físico, mas também social. A saúde é, por conseguinte, abordada mais em termos de um processo de vida do que simplesmente em termos de um processo corporal e, logo, adquire uma dimensão mais ampla em relação aos conceitos biomédicos. Saúde define-se, assim, pelas relações harmoniosas entre os seres humanos e o meio ambiente, entre eles e os seus antepassados e entre estes e o meio ambiente. Mais do que esferas rigorosamente definidas, o mundo social e o natural estão unidos num universo cosmológico mais vasto. (HONWANA, 2002, p.208-9)

A interlocução com os ancestrais e a interferência dos espíritos e elementos da natureza possuem um lugar de destaque nessa percepção, caracterizada por ser muito mais sociais e comunitárias, onde as relações de causalidade que explicam as doenças estão em desencontro com as percepções individuais e classificatórias da biomedicina ocidental (GRANJO, 2009, p. 569). Essa falta de compreensão mútua vai caracterizar as tensões entre

os povos africanos e os colonizadores europeus, onde o mal-entendido vai ser a norma desses atritos. (WHITE, 2000).

A organização dos territórios africanos e de suas fronteiras também se insere em bases muito mais diversas e sutis, já que, para as populações nativas, o mundo dos vivos está em constante interlocução com o dos mortos, que possuem um papel fundamental na delimitação dos espaços e das fronteiras (HENRIQUES, 2003, p.159).

Obviamente que as relações de alteridade se apresentavam de forma diferente de acordo com os contextos e com os povos com os quais os colonizadores estavam lidando. Mas essas relações estiveram sempre marcadas pela imposição de um modo de vida europeu em detrimento das práticas culturais locais. Em um momento em que as raças humanas estavam sendo hierarquizadas, tendo o homem branco europeu se colocado em uma posição de domínio nessa hierarquia, enquanto os negros africanos eram tidos como inferiores, o confronto entre saberes e práticas operava, na lógica europeia, a partir de binarismos como: civilizados contra selvagens; limpos contra sujos, saudáveis contra doentes, dentre outros (ZAMPARONI, 2017).

Tal processo também marca a globalização de saberes europeus exportados para as colônias, mas esse conhecimento, muitas vezes, era aprendido na prática em território africano, enviado para instituições de ensino através de relatórios médicos, e ressignificado nas instituições que pesquisam sobre saúde e medicina tropical ou institutos de geografia. Portanto, o olhar colonial não deve ser visto como um modelo engessado de interpretação do mundo, apesar de eurocentrado, essas percepções são vastas, multifacetadas, interligadas e, muitas vezes, caóticas.

Como dito anteriormente, apesar do poderio bélico ter sido bastante importante para as explorações no continente africano, para efetivação do empreendimento colonial e defesa das colônias estabelecidas, a execução de um projeto de dominação a longo prazo, carecia de muito mais do que apenas armas de fogo e violência física. Foi necessário possuir conhecimento a respeito dos territórios, desenvolver uma agricultura nas colônias, explorar recursos naturais, criar redes de logística para comércio de mercadorias – através de caminhos de ferro e portos – e sobretudo, adaptar os colonos ao ambiente. A função que cumpre a medicina aqui se fez fundamental, como sinalizado por Maria Diogo e Isabel Amaral:

Finalmente, a medicina exercida nos trópicos pelos médicos navais assume-se como indispensável aos impérios, na medida em que lhe competia uma prática experimental e científica capaz de tornar colonizável um território inóspito e recheado de doenças devastadoras para os europeus e

para colonos. Sem uma higienização do território do ponto de vista da saúde pública, a colonização tornar-se-ia impraticável. É nesse contexto que a medicina tropical, como nova área de especialização no seio da medicina generalista, se afirmará como crucial no controlo efectivo das colônias pela minimização dos riscos de contracção de doenças desconhecidas na Europa e que vitimizavam em larga escala os colonizadores. A aliança ciência, tecnologia e medicina assume-se como eixo orientador do progresso das ciências médicas nas metrópoles e nas colônias, centrado no intercâmbio de conhecimentos e práticas entre duas realidades estruturais.” (2012, p.12)

Era preciso catalogar as doenças exóticas e buscar meios de enfrentá-las. Desse modo, os territórios coloniais se tornaram locais de experimentação dos saberes médicos, e tanto a população nativa quanto os colonos se tornaram objetos de investigação. Sob o manto discursivo de “promoção do desenvolvimento”, a experimentação de novas tecnologias de gestão da vida e da morte (MBEMBE, 2018) marcou esse processo (GORDON, 1998). As colônias se tornaram, portanto, grandes laboratórios a céu aberto. Nessa vereda, a ciência colonial foi um braço importante para desenvolvimento do colonialismo, não só para Portugal, mas para outros poderes, como a Alemanha:

Durante o colonialismo alemão na África (1884-1919) havia no horizonte das expectativas a construção de uma ‘ciência colonial’ (*kolonialwissenschaft*). Tratava-se de um conjunto de saberes que buscava resolver, cientificamente, os problemas identificados como inibidores do desenvolvimento das colônias ultramarinas do Segundo Reich. Dentre os principais empecilhos ao projeto colonial, destacavam-se as doenças tropicais. Por isso os investimentos, tanto na medicina quanto na higiene tropical, foram imprescindíveis ao colonialismo. Escusado lembrar que a premência a institucionalização da medicina tropical na Europa tem a ver com algumas epidemias que assolaram cidades portuárias como Hamburgo, Liverpool e Marselha. (CORREA, 2013, p. 72-3)

Depois dos poderes alemães serem apresentados, na Conferência de Berlim, às vantagens de uma empreitada colonial em África, houve um debate interno a respeito de como realizar esse empreendimento. Nesse contexto, as doenças tropicais se mostraram um forte entrave para efetivação do projeto. Isso pode ser visto no texto de Silvio Marcus de Souza Correa, sobre como a imprensa alemã noticiou o combate às doenças tropicais - mas vale ressaltar que esse era um problema enfrentado por todos os países que desejavam colonizar os territórios africanos, como pode ser observado no excerto a seguir:

Poucas semanas depois da conferência de Berlim, o doutor Rudolph Virchow (1821-1902) fez um discurso no Reichstag (16 mar, 1885) que causou grande impacto entre os parlamentares favoráveis à expansão colonial. O médico e deputado duvidava da possibilidade de aclimatação dos alemães em regiões

tropicais. Outros médicos alemães acreditavam que as condições mesológicas dos trópicos concorriam para a degenerescência da raça ariana. No entanto, a conferência de Berlim havia assegurado vantagens à participação alemã na Partilha da África. Nesse sentido, a experiência alemã no Brasil meridional poderia ser útil para as pretensões expansionistas do Segundo Reich. Cabe ressaltar que muitos médicos alemães, como Ernst Below (1845-1910) e Robert Koch (1843-1910), aderiram ao projeto colonial do Segundo Reich e defenderam a expansão germânica em zonas tropicais. (CORREA, 2013, p. 70)

A noção de salubridade vai ter um lugar importante no contexto da dominação colonial europeia. Michel Foucault define bem esse conceito ao falar sobre o desenvolvimento da medicina social na Europa, especialmente na França, Alemanha e Inglaterra. Apesar disso, essa conceituação de salubridade, enquanto algo que organiza a sociedade e as instituições que detém o poder de caracterizar e controlar corpos e espaços, também é bastante útil para que se possa pensar os usos da medicina em contextos do colonialismo português e europeu de uma forma geral:

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer, ou, o contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político- científico do meio. (FOUCAULT, 2012, p.163)

Em ambientes considerados bastante hostis e inseguros, no qual as doenças atingiam e amedrontavam e as pessoas, a busca pela salubridade tornou-se fundamental. Ao interpretarmos a ciência colonial, como um estudo da migração de corpos a ambientes diferentes dos seus locais de origem, entendemos o papel central desse conceito no contexto do empreendimento colonial.

O impacto ambiental produzido pela exploração colonial provocou crises ecológicas em diversas regiões africanas, contribuindo também para a proliferação de doenças. A extração de minerais, como cobre e diamante, a agroexportação das *plantations* e a pecuária extensiva afetaram os ambientes de uma forma nunca antes vista. Também desregulou ecossistemas, colocando diversas espécies animais e vegetais em risco de extinção. Essa interferência fez surgir novas zonas endêmicas e o aumento de epidemias. Além disso, o

aumento na circulação de pessoas potencializou a transmissão de enfermidades que já existiam, mas que não tinham um raio de impacto tão intenso (CORREA, 2013, P.81).

Fruto da intersecção entre necessidades científicas e políticas, a medicina tropical surgiu a partir de uma maior especialização nas ciências biológicas e na bacteriologia (AMARAL, 2012, p.131), e pela substituição de um saber médico livresco por um baseado em experimentações. Nesse contexto, é pertinente frisar que Portugal marca posições importantes no contexto colonial através da produção de conhecimento da medicina tropical. Com a recusa de civis de emigrarem para as colônias e pelas baixas militares se darem mais através de doenças do que por conflitos, as doenças tropicais representaram um perigo real à colonização. A descoberta do tratamento do paludismo<sup>8</sup> com sais de quinino se constituiu em ponto de virada para a opinião pública, no que diz respeito à ideia do território colonial como um lugar incontornável de doença e morte, por se mostrar uma solução eficaz a um mal que afligia muitos colonos (LOBO, 2012 p.184-95).

Por mais que o racismo científico tenha pautado o desenvolvimento de uma medicina tropical, é necessário entender que ela foi arquitetada também através da apropriação, negação e transformação de saberes locais. Diferente de como Foucault interpreta as instituições em função do imperialismo, de uma maneira muito pouco contextualizada, como se essas agissem de “cima para baixo” e apagassem todos os conhecimentos dos povos, é preciso entender a produção de conhecimento da medicina tropical no contexto em que as instituições, que serviam para os projetos coloniais, estavam intrincadas em redes de transmissão de conhecimento muito mais complexas do que se supõe o atropelamento das práticas africanas pelas europeias.

A superação desses problemas, através do enfrentamento de doenças, permitiu que o projeto colonial lograsse êxito. Entretanto, é necessário frisar que esse processo não se deu de maneira simples e linear. Os pesquisadores que tratavam de tais temas, muitas vezes, encontraram situações adversas, ou não eram necessariamente membros do panteão das grandes instituições.

O conhecimento produzido nas colônias foi marcado pelo experimentalismo, falta de estrutura de pesquisa e por todo o tipo de dificuldades. Vale ressaltar que os espaços coloniais não são o primeiro objeto de desejo de médicos que queriam construir carreira no campo da medicina, os que estavam lá eram escaladores que desenvolviam trabalhos nessas regiões apenas para progredir em suas trajetórias profissionais – ou entusiastas com objetivos

---

<sup>8</sup> Malária

inalcançáveis, que passam a vida brigando com as autoridades da metrópole por não darem o devido valor a seus projetos de colonização, como no caso de Manuel Ferreira Ribeiro (BASTOS, 2011), que vai ter a sua passagem por territórios africanos e sua produção mais aprofundada no capítulo subsequente.

Como já mencionado, a produção e circulação desses saberes é marcada por uma complexidade de sentidos e tensões. Desvendar quem são as pessoas que estão diretamente ligadas à produção de conhecimento no continente é fundamental para analisarmos como o colonialismo se estabeleceu. Cristiana Bastos fez um trabalho de reconstituição da trajetória pessoal, acadêmica e profissional desses indivíduos, assim como da forma que eles produziram conhecimento em meio a diversas redes de interlocução e toda a sorte de dificuldades e possibilidades:

Os produtores de conhecimento a que me refiro são todos médicos, falam português e nalgum momento das suas vidas são funcionários coloniais. É nessa condição que escrevem relatórios, comentários, folhetos e livros que nos permitem aceder aos modos como utilizam, produzem e fazem circular elementos cognitivos sobre saúde, tratamentos, administração do corpo, adaptação dos corpos a climas diferentes daqueles que os moldaram no nascimento e crescimento. No conjunto dos seus escritos reúnem-se compilações estatísticas, recomendações, relatórios sanitários e reflexões gerais de conteúdo sociológico, antropológico e político.” (BASTOS, 2011, p.26)

Em condições difíceis, médicos e pesquisadores desenvolveram estratégias para produzir conhecimento, de modo a circular por espaços, adotar métodos não convencionais e construir saberes experimentais ao beber de fontes diversificadas. São formados em medicina, mas autodidatas na forma como lidavam com as doenças e problemas encontrados nas colônias. A falta de uma interlocução com a metrópole e os grandes centros de produção de saber fazia com que produzissem os próprios relatórios e manuais. Eles também liam publicações em outras línguas, buscando contato com pesquisadores ligados a outras metrópoles coloniais que trabalhavam em contextos parecidos. Além disso, possuíam uma prática multidisciplinar, e faziam das suas descobertas ferramentas do aparato colonial, como descreve Cristiana Bastos:

As nossas personagens sabem que não estão na posição ideal para fazer passar ao estado de “ciência” os saberes com que lidam no quotidiano, que vão se afinando, ajustando e empiricamente testando na medida das suas limitações- as quais, aliás, nunca deixam de mencionar. No entanto, a sua relativa marginalidade não os cerceia de discorrer, pensar e escrever sobre o que acham relevante e pertinente para promover a saúde e bem desempenhar

as suas funções. Nas suas notas e relatórios ocasionais opúsculos, artigos e livros, podemos encontrar o estado da arte mobilizado para a prática, como que um retrato em movimento da ciência em ação, num cenário de trânsitos assimétricos em que dos livros e artigos emanam fluxos de princípios, fórmulas e narrativas criadas em lugares de melhor posição nas redes e nós de validação do conhecimento; da prática emergem novas formações, complexidades e fluxos que dificilmente se afirmam para lá do local e circunstancial, de tão entrelaçadas se encontram as hierarquias políticas e as hierarquias de afinação e credenciação dos saberes. (BASTOS, 2011, p.32)

Mesmo fazendo ideia de que não ascenderam ao panteão dos cânones intelectuais, esses médicos também se esforçaram em divulgar suas pesquisas em jornais e outros meios de divulgação, afinal, os seus trabalhos de pesquisa estavam em função de um projeto em que acreditavam. Os resultados, porém, nem sempre tiveram a repercussão devida ou ganharam eco em uma metrópole em mudanças constantes e rápidas. Os indivíduos que produzem conhecimento dessa forma são denominados, por Cristiana Bastos, de autores/anônimos:

De uma forma geral, estes praticantes e produtores de conhecimentos não têm lugar na história convencional da medicina; não constam na grande narrativa de feitos, descobertas e heróis assente em cronologias lineares e pontuadas por descobertas. Tão pouco estão diluídos numa estrutura de forças sociais e políticas em que não há espaço para agência, iniciativa e individualidade. Estão algures no meio desses dois extremos: são os que praticam a medicina, utilizam o conhecimento e produzem-no nas circunstâncias diárias da clínica, da saúde pública e da prestação de contas ao poder político. Usam e reformulam o conhecimento, testam e validam-no pela prática. Não sendo figuras lendárias da medicina, nomes de rua ou quadros em galerias de famosos, tão pouco são anônimos genéricos intercambiáveis com qualquer outro dos seus contemporâneos. Têm nome, escrevem, pensam, criam; são produtores de conhecimento sem reconhecimento, inventores sem consagração, utilizadores que na sua prática testam e modificam o conhecimento circulante. Em síntese, ultrapassam a contradição autor/anônimo: são ambos.” (2011, p.33)

O discurso colonial se processou em diversos níveis de apreensão, se inserindo em um conturbado contexto geopolítico. Muito mais que os binarismos metrópoles x colônias, europeus x africanos, é necessário entender como as pessoas estão mobilizando discursos, disputando territórios, saberes, entre hierarquias, negociações, frustrações e interligados com diversas áreas de conhecimento e territórios que extrapolam as zonas coloniais.

Este capítulo buscou contextualizar o lugar científico e político – e suas intersecções – europeu, com destaque para Portugal, no contexto da epistemologia do racismo de finais do século XIX, sendo esse o momento em que se situam os personagens que serão abordados nos capítulos subsequentes.

## 2. MANUEL FERREIRA RIBEIRO: INSALUBRIDADE, ACLIMATAÇÃO E AMBIÇÕES COLONIAIS

Quando se trata do tema da insalubridade das regiões tropicais e aclimação das pessoas a esses espaços, Manuel Ferreira Ribeiro talvez tenha sido o autor português do século XIX mais prolixo a respeito. Na sua trajetória intelectual, produziu mais de vinte publicações sobre esses assuntos, frutos da sua experiência nos territórios coloniais portugueses por onde transitou diversas vezes como médico, ao liderar missões vacínicas, como médico de expedição, ou como diretor do Instituto de Medicina Tropical.

Aclimação, ou aclimação<sup>9</sup>, são os termos atribuídos aos procedimentos que buscavam garantir que as pessoas não ficassem doente ou morressem em ambientes que não eram originalmente os seus. Para a colonização, que em Manuel Ferreira Ribeiro podia ter o sentido de trânsito de corpos de um lugar a outro, a aclimação era fundamental para o seu sucesso (BASTOS, 2011, p.36). Em um contexto onde a percepção da origem das doenças encontrava-se na transição da ideia dos miasmas para um tímido entendimento da bacteriologia, a geografia médica praticada por Ribeiro fornecia um conteúdo amplo sobre esses contextos.

Seus textos incluem imensos relatórios que buscavam dar conta de toda a dimensão dos territórios tropicais e seus perigos como: “*A Provincia de S. Thomé e Príncipe e suas dependencias, ou a salubridade e insalubridade relativa nas Provincias do Brazil, das Colonias de Portugal e de outras nações da Europa*” (1877), e “*A colonização Luzo-Africana: Zona Occidental*” (1884). Também desenvolveu manuais voltados para os colonos: “*Regras e Preceitos de Hygiene colonial ou Conselhos praticos aos colonos e emigrantes que se destinam ás nossas colonias no ultramar*” (1890); “*Princípios Elementares de Hygiene colonial, ou máximas, sentenças, dictados e indicações práticas sobre o que mais convém fazer para se conservar a saúde e para melhor resistir em qualquer das colônias portuguesas*” (1890b); e “*Algumas regras de Hygiene individual nas colônias portuguesas*” (1907), em menor número de páginas e linguagem simplificada, onde buscava difundir os meios para a garantia de uma estadia segura em territórios onde as doenças pairavam no ar – segundo as concepções vigentes. Esses detalhavam inúmeros aspectos da vida cotidiana, orientavam comportamentos e posturas que deviam ser seguidos à risca para uma vida segura

---

<sup>9</sup>Ao longo dos textos de Manuel Ferreira Ribeiro, esses dois termos aparecem. Como não houve espaço para investigar a origem de cada um deles, e nem é o objetivo dessa dissertação, considera-se que sejam sinônimos.



nas colônias. Esses detalhes incluíam a posição que as construções deveriam estar para evitar os ventos, conselhos sobre alimentação e tratamento de água, vestuários e também comportamentos de ordem moral que deveriam ser adotados.

Além das orientações voltadas para a normalização do comportamento dos colonos em territórios insalubres, os seus escritos também abordam questões políticas e de mentalidades em relação a Portugal e a missão colonial. Ribeiro era um entusiasta da ideia de efetivar a colonização no continente africano, e dedicou sua vida a construir possibilidades para isso. A promoção da migração de portugueses que iriam explorar as colônias africanas representava um desafio que buscava reposicionar Portugal no panteão das grandes potências mundiais. Todo o histórico de presença portuguesa no continente africano desde o século XV, só fortalecia a ideia de que esse era um destino a ser retomado. Mas em contextos do século XIX, não cabia mais a navegadores e exploradores cumprir essa “missão divina”, mas, sobretudo aos médicos e cientistas que estavam promovendo a aclimação das pessoas.

Em diversas passagens dos seus textos, o autor parece demonstrar um certo isolamento e frustração por ver que suas ideias não eram atendidas, como esperava. Ele, que sempre enfatizou a necessidade de formação de mais médicos e profissionais para cuidarem dos colonos, teve que lidar com toda a sorte de problemas relacionados à falta de material e recursos para a execução desse projeto. Também nunca foi alçado ao status dos grandes viajantes e intelectuais que produziram conteúdo a respeito da colonização portuguesa no continente africano (BASTOS, 2011, 33-42).

O volume de publicações a respeito das questões sobre insalubridade e aclimação também revelam um sintoma da relação paradoxal entre a superioridade branca defendida pelo projeto colonial, e a necessidade de controlar todo e qualquer aspecto da vida cotidiana das pessoas nas colônias para que esses corpos não parassem de funcionar.

## **2.1 A interdisciplinaridade do discurso sobre aclimação**

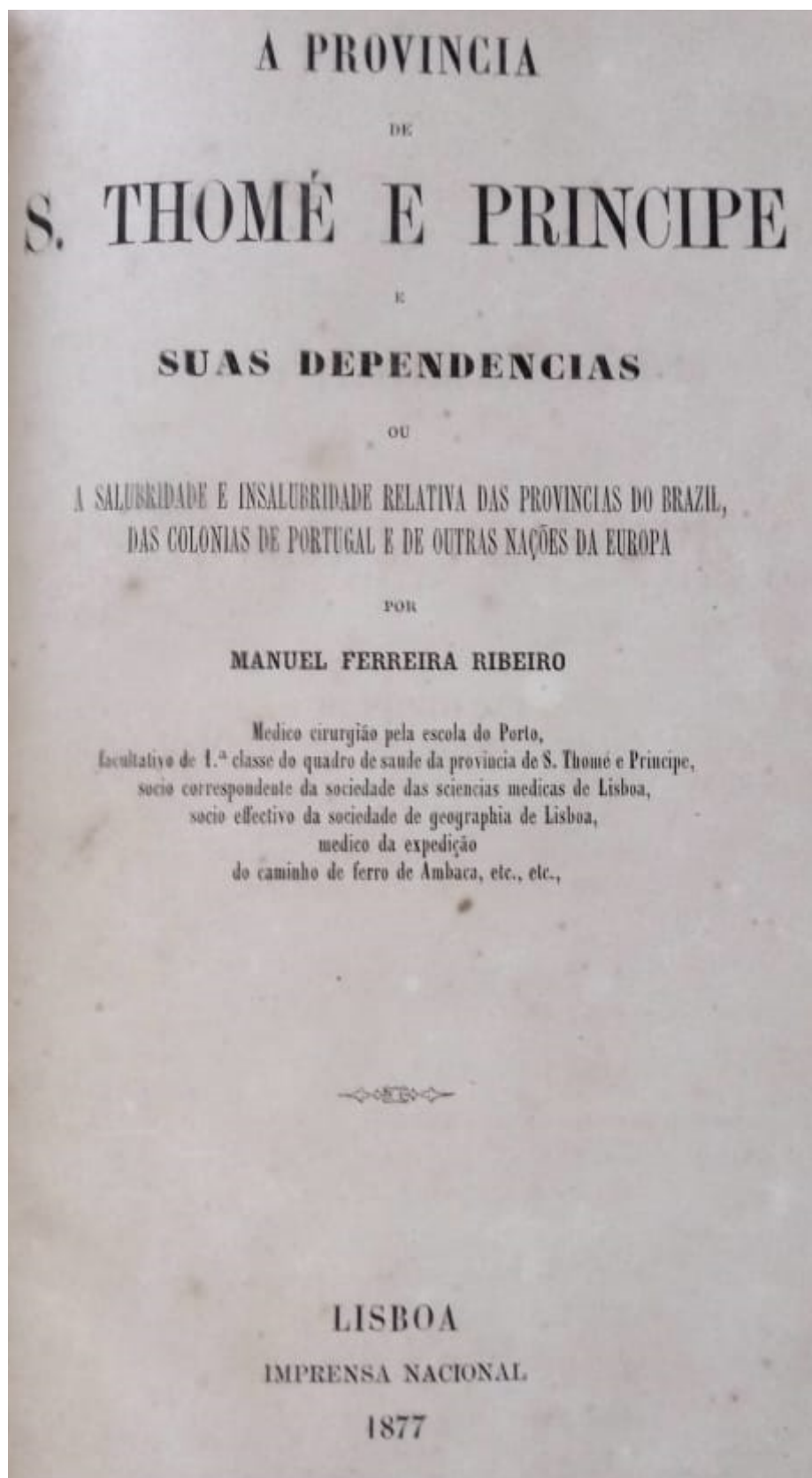
O livro *A província de S. Thomé e Príncipe e suas dependências, ou a salubridade e insalubridade relativa às províncias do Brazil, das colônias de Portugal e de outras Nações da Europa* começou a ser escrito em 1871, a partir da experiência de Manuel Ferreira Ribeiro, enquanto aspirante a médico facultativo na região de São Tomé e Príncipe. É igualmente destacável que Ribeiro, também, prestou apoio para os colonos como médico da expedição dos caminhos de ferro em Ambaca, Angola; foi médico-cirurgião da escola do Porto; e

correspondente da Escola de Ciências Médicas e da Sociedade de Geografia, ambas em Lisboa.

Denominado pelo autor como “*Ensaio Medico-Estatístico*” (1877, p.XXX), o texto descreve questões pertinentes ao empreendimento do projeto colonial português em terras africanas. Em suma, tratou de propor meios e técnicas de adaptação para facilitar a migração para territórios vistos como hostis aos corpos europeus. Esses lugares, apesar disso, reuniam diversas riquezas a serem descobertas e exploradas, e o autor considerava que eram, sim, passíveis de serem conquistados, uma vez que, com os devidos cuidados, fossem adotadas técnicas que propiciassem boa aclimação e higiene naquelas terras tropicais.

Contando com um espesso quantitativo de mais de 700 páginas, sendo estas acompanhadas de mapas e gráficos estatísticos, o texto se propõe ao trato de múltiplas temáticas. A primeira parte é composta por quatrocentas páginas – correspondendo a pouco mais da metade do livro – dedicadas à ampla descrição da geografia do território de São Tomé e Príncipe, além de outras regiões consideradas insalubres, como a bacia do Níger, as Províncias de Angola e Moçambique, além de regiões tropicais e equatoriais. Nesse primeiro segmento do texto, é feito um detalhamento sobre rios, ilhas, topografia, roças e fazendas. O segundo bloco dedica cinquenta de suas páginas a “*considerações físicas e moraes dos habitantes da ilha*”; trata-se de uma descrição do funcionamento da colônia e das atividades exercidas pelos colonos. Em seguida, são abordados temas referentes a “*Hygiene pública*” – mais cinquenta páginas sobre o funcionamento e disposição geográfica da cidade, da insalubridade relativa e quem compõe a população da ilha, além das providências higiênicas a serem tomadas para o bom funcionamento da região. Depois, em trinta e cinco páginas, trata da “*Flora Pathologica*”, que diz respeito às principais doenças identificadas nos hospitais do território. No bloco seguinte são dedicadas cerca de setenta páginas para a história natural da região, que é dividida em reinos: Mineral, Vegetal, Animal e Hominal. Por último, Meteorologia e Climatologia são descritas em sessenta páginas: o regime das chuvas e as particularidades do clima. Esses, no entendimento do autor e de médicos e cientistas do período, são tópicos importantes para o entendimento da origem das doenças que afligem as regiões, maior causa das mortes de colonos (AMARAL, 2012, p.132).

Figura 2 - – Folha de rosto: A Provincia de S. Thomé e Príncipe e suas dependencias



Fonte: acervo pessoal

Uma análise preliminar, sobre a disposição dos assuntos tratados, revela o caráter interdisciplinar do texto de Manuel Ferreira Ribeiro (BASTOS, 2011, p.33). Todos os tópicos, apesar de variados, compõem uma miríade de temáticas que o autor julgou pertinentes para o entendimento e execução de um projeto de colonização. A escolha da quantidade de páginas dedicada a cada assunto também não pode ser vista como arbitrária, pois é onde se pode observar obsessões, negligências e silêncios.

A descrição da geografia legitimou a posse dos territórios e promoveu o projeto colonial perante a opinião pública. O objetivo era mostrar espaços ricos, que podiam ser conquistados, apesar dos problemas – notadamente, as doenças e os climas. Também demonstrou o desejo de classificar e normalizar todas os aspectos referentes ao cotidiano no território colonial, o que seria essencial para o empreendimento desse projeto. O autor ressalta diversas vezes que se aventurar naquelas terras sem o devido cuidado e conhecimento seria uma atitude arriscada e contra produtiva, que poderia acarretar danos à saúde dos indivíduos e à ocupação frutífera daqueles territórios.

## **2.2 Intenções, convicções e propaganda**

No prefácio da obra é possível captar as principais intenções do autor de forma mais clara. Desse modo, logo na parte inicial do texto, Manuel Ferreira Ribeiro defendeu e justificou suas convicções políticas e intelectuais referentes à colonização dos territórios africanos. Assim, é-nos possível afirmar que essas passagens são um convite para que o público metropolitano tome consciência da possibilidade de efetivação do projeto colonial e dos caminhos para seu empreendimento. Trata-se de um esforço para convencer outros médicos, autoridades e pessoas comuns a se aventurar – e ajudar a efetivar – essa missão. Por último, é possível compreender os principais conceitos e referências mobilizadas pelo autor no conjunto da obra, assim como as escolhas que fundamentaram a estruturação dos blocos que a dividem.

Esse livro resulta da experiência de Manuel Ferreira Ribeiro enquanto aspirante a médico facultativo em São Tomé e Príncipe, em 1871, mas foi publicado somente seis anos depois. O autor assinou o prefácio de Mossamedes, no sul de Angola, mas a redação do texto aconteceu enquanto acompanhava a construção dos caminhos de Ferro em Ambaca, ao norte da mesma província (1877, p.XXVIII). Na ocasião, lamentava não tratar de todas as questões pertinentes à boa execução do que ele entendia ser o projeto colonial, sem o devido detalhamento que elas demandavam. A jornada dupla de trabalho como médico colonial,

pesquisador e escritor fez com que o autor não pudesse se debruçar sobre todas os aspectos da ciência da colonização com a especificidade que pretendia. Essa operação exigiria a produção de uma obra muito mais extensa do que as mais de setecentas páginas que compõem o livro.

No excerto, posto a seguir, estão os objetivos e principais temas tratadas no livro. É uma espécie de manual de instrução que reúne detalhes sobre geografia, meio ambiente, saúde coletiva, entre outros:

O livro que vae dar-se à estampa compreende informações tão exactas quanto minuciosas sobre o commercio, agricultura e salubridade da província de S. Thomé e Príncipe. Servirá de guia segura e indispensavel a todos aquelles que desejarem conhecer tão útil possessão de alem-mar, ou a ella se achem ligados por algum interesse ou relações de qualquer ordem. Reuniram-se n'este livro assumptos que encheriam duzentas paginas cada um. Muito de indústria se procedeu assim. Tratava-se de uma região equatorial, e onde, a par de grande fertilidade, está um clima quente sob o qual se requerem cuidados que não se têm muitas vezes, com grave prejuízo de saude, por se desconhecerem. (1877, p.XXVI)

Apesar das decisões editoriais e do esforço em fazer recortes necessários à publicação, de modo que todas os assuntos coubessem em um único volume, Manuel Ferreira Ribeiro salientava que os tópicos referentes à “salubridade” – a manutenção do bem estar geral das pessoas, e, nesse caso específico, dos colonos (FOUCAULT, 2012, p.163) – não tiveram seu conteúdo reduzido.

As pretensões do autor eram a de analisar os climas e geografia de São Tomé e Príncipe e demais províncias – ou “províncias de além-mar”, nas palavras do mesmo – e diversos outros lugares do continente africano onde se pudesse fundar novas colônias. Isso fica explícito no trecho posto a seguir:

Attendeu-se, como no proposto se promettêra, ao que se referia ao commercio, agricultura e salubridade, não só da província de S. Thomé e Príncipe, como também de todas as nossas províncias de alem-mar, comparando-as com as das outras nações colonizadoras do século XIX. (1878, p.XXIX)

A província de São Tomé e Príncipe seria um lugar muito importante a ser explorado, porém, sua exploração representava um empreendimento bastante complexo. A proximidade com diversos rios e, sobretudo, com a linha do Equador, demandaria cuidados específicos para a adaptação física dos europeus ao clima e ao ambiente da região. Estar perto do delta do

Niger e das margens do rio Benin fazia com que esse fosse um dos “lugares mais insalubres do mundo” (1878, p. XXVI).

Essa região se encontrava em uma posição estratégica em relação a África Ocidental e ao Golfo do Benin, tendo servido como porto de envio de pessoas escravizadas através do Atlântico, rumo às Américas e ao Caribe continuando, nos tempos pós-tráfico, a ser um importante entreposto para o trânsito dos produtos coloniais que teriam a Europa como destino final.

O entendimento de que as regiões equatoriais e tropicais eram lugares especialmente nefastos, incluía não só a África, mas vastas áreas cortadas pelo paralelo do Equador nas Américas, sobretudo o Brasil<sup>1</sup>, além de lugares da Ásia e Oceania. Também áreas intertropicais do hemisfério sul, como as províncias de Angola e Moçambique, eram consideradas zonas de perigo. Isso se estabeleceu através do estudo comparado e leitura de produções intelectuais de outras nações europeias, como França e Inglaterra, e evidencia que esse conhecimento foi produzido a partir de redes transnacionais de pesquisadores contemporâneos (BASTOS, 2011, p.31). O clima e a localização geográfica distintas, do universo de Portugal e da Europa, seria como um contraponto aos lugares onde a civilização ocidental se construiu.

Nesses trechos do prefácio se evidenciam as tensões geopolíticas entre países europeus no que diz respeito à posse desses territórios, no contexto da corrida para a África. Isso pode ser visto na defesa feita por Ribeiro sobre a colonização portuguesa no território de São Tomé e Príncipe, que era vista pelos franceses como uma ocupação de entrepostos comerciais, apenas (1878, p. XXX). Esses conflitos sobre a legitimidade de cada país europeu sobre os territórios do continente africano, eram decididos sem a participação dos povos locais.

O contexto em que o livro foi escrito corresponde ao da corrida entre potências europeias para adquirir conhecimento e reivindicar posse sobre lugares do continente africano. O mapeamento do continente não foi apenas um trabalho de descoberta científica, mas de reivindicação de direitos de propriedade sobre aquele espaço. Além das justificativas relativas a um suposto direito histórico, havia também a ideia de que o contato contínuo e antigo com os povos locais garantia alguma posse sobre aqueles lugares (UZOIGWE, 2010, p.37). Quanto mais recuado no tempo se pudesse provar que houve um contato com esses lugares e pessoas, maior a certeza sobre esse direito. Outro caminho era pelo estabelecimento de contratos de amizade, que na verdade eram de submissão e vassalagem das lideranças locais para com determinada metrópole. Por último, foi o conhecimento sobre terras e climas

o que permitiu e justificou uma colonização de sucesso. E como Ribeiro, por diversas vezes, ressalta: os médicos foram peça-chave nesse processo.

Manuel Ferreira Ribeiro via os médicos coloniais como atores fundamentais para a efetivação do projeto colonial, fato que o levou a militar pela inclusão de disciplinas na formação de médicos, disciplinas essas que dotassem os futuros médicos de conhecimentos específicos sobre o meio colonial para que se pudesse assegurar a saúde dos colonos. Também reivindicou a necessidade de que médicos em missões em terras africanas produzissem conteúdos que amparassem a ação colonialista:

Ao fazermos estas considerações cumpre-nos lembrar o que já dissemos no relatório da junta de saúde de 1871. É necessário que se aumente uma cadeira de pathologia e hygiene tropical nos cursos das escolas medico-cirurgicas. E alem d'isso os facultativos do ultramar devem escrever memorias sobre os seus trabalhos clinicos, a respeito da climatologia e hygiene, havendo prêmios e louvores para aquelles que mais se distinguirem. Estes e outros meios servirão de estímulo, e não faltarão escriptos especiaes em que se descrevam minuciosamente todas as nossas terras do ultramar. (1878, p.XXXI)

A citação supracitada demonstra o quanto Manuel Ferreira Ribeiro entende a colonização enquanto um projeto de estado, que demandava pessoal capacitado para realizá-lo. Tal fato dialoga diretamente com o que Michel Foucault trata em relação ao nascimento da Medicina Social (2012, p.143-70) e às apropriações da medicina enquanto instância de poder, que organizava e classificava as sociedades a partir das suas demandas.

Nesse contexto, a formação de pessoas, assim como a normalização e classificação dos variados sujeitos envolvidos nesse processo, é um componente fundamental para o sucesso desse arranjo médico-político, como ele enfatiza no parágrafo a seguir:

Desenganemo-nos; é preciso repetir muitas vezes, que sem estudos médicos, bem dirigidos, não é fácil estabelecer colônias agrícolas, nem promover a emigração para as nossas vastíssimas possessões na Africa tropico-equatorial. (1878, p.XXXI)

A colonização também era vista, pelo autor, como uma forma de restaurar a glória portuguesa dos tempos das Grandes Navegações, que estavam na raiz da identidade portuguesa, sendo o colonialismo uma forma de reafirmar identidades nacionais no século XIX (ANDERSON, 2008, p.127-62). Ribeiro apela para o imaginário do leitor ao glorificar o passado e instigar a ação no presente:

E mostremos que não somos para a colonização menos competentes do que fomos nos séculos XV e XVI para os descobrimentos e conquistas de tão extensas e longínquas regiões. (1878, p.XXXI)

O olhar voltado para o passado glorioso, enquanto se promove um plano de conquista de territórios ricos, porém hostis, que demandam por serem domados, verteu-se no estímulo, utilizado por Ribeiro, para convencer as pessoas. Essa é uma síntese muito precisa sobre o lugar no qual os portugueses se imaginavam no mundo. A “missão civilizatória” almejou, também, construir um arquétipo do novo sujeito português, amparado na ideia paradoxal de ser de uma raça superior, mas necessitados de um esforço imenso, digno dos heróis da mitologia clássica, para se adaptar e ocupar os territórios das colônias africanas.

### 2.3 Objetivos e disputas

É na introdução da publicação que o autor apresenta os seus principais objetivos e os conceitos utilizados para embasar o seu texto. Manuel Ferreira Ribeiro imaginava as posses de Portugal no continente africano como algo muito mais amplo do que o que realmente viria a corresponder ao território colonial pós Conferência de Berlim. Essa percepção se originou na ideia de que a metrópole portuguesa detinha uma espécie de direito histórico sobre regiões próximas a São Tomé e Príncipe, pois ali existiram entrepostos comerciais fundados durante o tráfico transatlântico de pessoas. Segundo ele, além de São Tomé e Príncipe, São João Batista de Ajudá e parte ocidental do Golfo do Benin também faziam parte do que ele chama de “*uma das mais antigas colônias portuguesas*”.

Todo o mapeamento de rotas nesses territórios era feito a partir da comparação com outras regiões que também eram consideradas insalubres. Esse estudo comparativo foi um recurso bastante usado pelos intelectuais que estavam escrevendo sobre aclimação. Consta, nesse trecho, que elas se encontravam “*próximo a um centro miasmático*”, pela proximidade com diversos rios, sobretudo com o delta do Niger. Evitar miasmas, águas e ares impuros, era algo de fundamental importância para médicos que tratavam da salubridade de determinado lugar.

Foucault, no capítulo sobre o Nascimento da medicina social, em *Microfísica do poder*, descreveu os miasmas como o efeito da circulação ou retenção de determinadas águas e ares sobre os corpos, e enquanto agentes propagadores de doenças:



A medicina urbana tem um novo objeto: o controle da circulação. Não da circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar. Era uma velha crença do século XVIII que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar, então, era considerado um dos grandes fatores patógenos. (2012, p.159)

O entendimento de como os ares circulam, de onde vem e para onde vão, era, no entendimento dos estudiosos da aclimatação, fundamental para prever o desenvolvimento de doenças e se precaver contra elas. Por isso a atenção a esses ares e a necessidade de um amplo conhecimento a respeito da geografia, de climas, mares, rios, índice pluviométrico e dentre outros.

O reino do Daomé era visto pelo autor como mais um território português, o que seria justificado pela presença e construção de fortes lá desde a escravidão, porém, lamenta que existiam poucos pesquisadores portugueses escrevendo sobre a região, e temia a perda desse território para os colonizadores franceses, como visto abaixo:

Muitos estrangeiros têm feito viagens à região dahomeana, publicando descrições mais ou menos interessantes, mas de portuguesas poucas possuímos. A nossa incuria, n'este ponto, tem sido tão grande, temos cuidado tão pouco em promover o progresso colonial e em proteger as feitorias e estabelecimentos commerciaes, que alguns escriptores francezes, fallando a respeito de Dahomé, dizem: *Os portugueses nunca possuíram cousa alguma ao S. do reino de Dahomé, e, apesar do rei de Dahomé lhes dar terrenos para eles construírem uma fortaleza, não a haviam começado pelos anos de 1730; e foi o capitão de um navio francez o primeiro europeu que ali desembarcou, exclamando os indígenas ao verem uma branco pela primeira vez: <<Zagoué>>, isto é <<Elle chegou>>.*

Taes asserverações, aliás erroneas, e outras, não devem passar sem reparo. Insinua que não foram os portugueses os primeiros descobridores da costa de Benim, e que fora um francez o europeu que primeiro chegou áquella região!

É contra semelhantes asserções que nunca deixaremos de protestar, e faltaríamos a um dever se, fallando do afamado reino dahomeano, não pugnássemos em prol da verdade, e não nos esforçássemos por divulgar o que se acha demonstrado em memorias e obras portuguesas de grande valia. (1872, p.4-5)

Essa preocupação revela que o impedimento da metrópole portuguesa de tomar posse de qualquer território do continente africano se dava pela ineficiência e descaso dos portugueses em construir as bases para a colonização desses espaços, e isso ficava mais evidente se observado em comparação à atuação dos outros países europeus que também tinham interesse em colonizar essas regiões. Em uma das primeiras – entre as pouquíssimas –

menções a algum africano no livro, o Rei de Daomé é mencionado, mas prevalece a visão de que os habitantes locais desses territórios são meros coadjuvantes, compõem mais a paisagem, ou a natureza, do que o mundo dos humanos, onde são tomadas as decisões.

A defesa de uma ocupação ampla e efetiva é evidenciada no momento em que Ribeiro cita o caso exitoso dos franceses no Gabão. Eles já estavam no território há trinta e quatro anos – e colhendo os frutos dessa empreitada. Isso era um sinal de que Portugal estava ficando para trás nessa corrida. Para reverter essa desvantagem, Portugal deveria ter promovido mais pesquisas de mapeamento sobre as condições climáticas e de higiene dos territórios que desejavam colonizar. A execução dessas tarefas ficaria a cargo dos médicos coloniais, que precisavam ler todas as fontes possíveis sobre os territórios onde iriam trabalhar, de modo a reunir todo o conhecimento possível, e cumprir o seu papel como peça chave para a efetivação do colonialismo:

O medico, porem que não deve ignorar todas estas circunstancias, tem que examinar outra ordem de factos não menos importantes. Cumpre-lhe estudar a natureza das doenças endêmicas e os meios mais adequados para as debelar. É esta a sua missão. O campo é vasto e o assumpto difficil, mas o médico colonial tem por norma trabalhar para a conservação da vida e da saúde dos colonos, não se poupando para isso a sacrificios, por maiores que elles sejam (1878, p.6).

Para a missão civilizatória e a colheita da glória trazida pelo projeto colonial, alguns sujeitos precisariam se colocar na linha de frente, se sacrificar e, dentre eles, estavam os médicos. Era, supostamente, um esforço a ser feito para a grandeza de Portugal, e mesmo para o bem da humanidade.

Nas citações a seguir, fica ainda mais evidente que o autor se refere às populações africanas encontradas ao longo dos territórios descritos, como algo análogo à paisagem. Ao detalhar a importância portuguesa nessa missão civilizatória – e em outras entre as poucas menções sobre os africanos – Ribeiro falava em tirar das trevas os povos locais. Os colonizadores, humanos, teriam essa auto atribuída missão divina, civilizatória, de fazer esses povos ascenderem para o campo da humanidade. Para isso, é claro, seria preciso adotar diversos cuidados de saúde e higiene em nome do progresso e da civilização que eles, europeus, representavam. Aqui se encontra o paradoxo, os povos locais, supostamente imersos nas trevas da barbárie, estavam bem adaptados ao ambiente, mas os seus pretensos salvadores, não:

A província de Cabo Verde, com as suas variadas ilhas, e o vasto território de Guiné que mais devia ser província independente, como a de S. Thomé, do que subordinada ao governo geral de Cabo Verde; a larga região de Angola e Moçambique, de entre as quaes se deve fazer desaparecer as trevas em que estão envolvidos os povos que as habitam, **o que é um dever da nação portuguesa e um empreendimento altamente civilizador, reclamado pelo progresso e interesse da humanidade**, todas estas regiões, dizemos, offerecem, diversos climas e condições de vida muito especiaes; e é sem duvida grande temeridade chamar para ali a emigração sem que se indiquem as localidades mais favoráveis à saúde. Não se vive impunemente n'um clima como o da Benguella, na África tropical, nem deixa de ser grande o tributo que se paga ao das províncias do Brasil. Mas o progresso no seu variado movimento, sairá triumphante da luta estabelecida para a colonisação dos paizes intertropicaes. (1878, p.6-7, grifo nosso)

Em seguida, resume, mais ou menos, quais eram as ambições expansionistas de Portugal; a posse de um território que fosse de Angola até Moçambique, de Mossamedes a Lourenço Marques (1878, p.7). Essa pretensão foi apresentada na Conferência de Berlim - e ficou popularmente conhecida como Mapa Cor-de-Rosa (TEIXEIRA, 1987). Além disso, propunha o avanço para São João Batista de Ajudá, que seria um lugar estratégico para o estabelecimento português na África equatorial, e dependia do convencimento dos Reis de Daomé e de documentos supostamente incontestáveis sobre a anterioridade da presença e ocupação portuguesa nesses territórios.

Os colonos deveriam saber distinguir as vantagens e oportunidades das diferentes localidades que o império português entendia como suas províncias. Acima de tudo, eles deveriam conhecer “*a natureza dos climas parciais da Africa portugueza e das províncias do Brazil*” (1878, p.7) e para tal sua obra pretendia ser útil para “*todos os portuguezes, especialmente dos que pretendam ir para aquellas regiões*” (1878, p.7). Considera o seu livro uma ferramenta a serviço do empreendimento colonial:

Não é, pois, um livro de sciencia especulativa que apresentâmos ao publico, é um trabalho pratico, onde se mostra a grandeza e importancia das nossa colônias, onde se patenteia a salubridade ou insalubridade de muitos paizes intertropicaes, e onde, finalmente, se trata da colonizaçãõ de uma importante província do ultramar, da qual fazemos minuciosa descripção. (1878, p.7)

## 2.4 “Emigração, aclimação e colonisação”

Os principais conceitos que embasam o livro são: “*Emigração*”, “*Aclimação*” e “*colonisação*”. Para os definir, o autor lançou mão de referências a outros autores: Jules Durval, Visconde de Paiva Manso e Leroy Beaulieu. Como Manuel Ferreira Ribeiro não

reservou um espaço no seu livro para as referências bibliográficas, e apenas citou os autores quando precisava lançar mão de algum conceito desenvolvido por eles, fica difícil saber exatamente quais os livros consultados. No entanto, esses autores, de diversas vertentes intelectuais, como direito, geografia e medicina, eram considerados clássicos do pensamento colonial. Eles deram, de uma forma ou de outra, sustentação legal, política, filosófica e científica para que os projetos de colonização do continente africano tivessem êxito.

Segundo Ribeiro, emigração era um conceito bastante amplo e teria sob seu guarda-chuva diversos aspectos que o caracterizariam, sendo eles: o econômico, político, etnográfico, humanitário e cosmogônico. O aspecto econômico da emigração se definia através da exportação de capital, trabalho e inteligência de um lugar para outros. Pode ser caracterizado como a ciência do transporte de pessoas de uma região a outra, com fins de exploração e desenvolvimento dos novos territórios ocupados. O elemento político da emigração se caracterizava pela “*difusão pacífica do sangue, da língua, dos sentimentos, dos costumes, das ideias, das instituições*” Poderia ser definido nos termos pelo que se entende como colonização atualmente, visto como um elemento produtor de assimetrias regionais, de raças, classe e gênero pelas ciências sociais contemporâneas. No contexto da colonização do continente africano, era uma forma de ampliar o poder das metrópoles, que cresciam ao conseguir vencer os elementos do clima e do ambiente que pretendiam ocupar (p.8).

A emigração etnográfica seria a própria reprodução dos povos colonizadores nas novas terras. A incapacidade de promovê-la seria um sinal de impotência e de falha de um projeto, sendo esse outro resumo do paradoxo colonial. Os europeus precisavam emigrar, mas não de qualquer forma, senão ficavam sujeitos à possibilidade de morrer no processo – e daí a necessidade de se desenvolver uma ciência colonial, que teria no estudo de climas e doenças a sua principal ferramenta para o êxito do empreendimento. Apenas corpos saudáveis, que precisavam ser cuidados e/ou tratados para assim permanecerem, seriam capazes de se reproduzir. Os povos nativos já adaptados, além de não estarem tentando fatiar o mundo e anexar o maior número de lugares possível, eram vistos como inferiores.

A ordem humanitária seria caracterizada pela correção dos denominados “flagelos” da natureza. Basicamente, vencer o ambiente hostil e adaptar as pessoas. O que caracterizaria a espécie humana, nesse caso, seria a capacidade de subjugar a natureza aos próprios interesses. Nesse aspecto, se encontram elementos que definem bem as pretensões do projeto colonial, além do imaginário de heroísmo produzido a partir dessas missões:

É na ordem *humanitaria* a exploração do globo, progressivamente purificada dos flagelos dos reinos animal e vegetal. O clima e a hygiene melhoram quando a mão intrépida do colono faz seccar os pântanos, entrar os rios nos seus leitos, e fructificar o deserto; trabalhos heroicos, immortalizados nos mythos de Hercules e de Theseu, e que, approximando as raças, fundem as suas diferenças e antipatias em alianças de sangue e de interesse (1877, p.9).

Esse impulso colonizador desconsiderava completamente o desequilíbrio ambiental causado por tais atos, assim como as dinâmicas próprias que os povos locais tinham em relação à natureza e às doenças. O colonialismo produziu violência, fome, dispersão populacional e desmatamento, fazendo com que doenças endêmicas que afligiam a população de modo localizado e com pouca intensidade tomassem amplas proporções (CORREA, 2013, p.81). A própria ingerência desses sujeitos nos espaços coloniais era um catalisador que intensificava problemas já existentes entre os povos africanos, ou criava outros. Esses eram os empreendimentos heroicos dos que buscavam subverter a natureza como se ela fosse uma barreira para o progresso e a civilização, e reafirmariam a pretensa superioridade dos homens europeus, aqueles que descendem de Hércules e Teseu.

A pressa em efetivar o projeto colonial fez com que a paisagem natural desses territórios se degenerasse de maneira acelerada. Quantas florestas, pântanos e savanas não foram desmatadas em nome dessa visão megalomaníaca de progresso? Dá para mensurar o número de espécies animais que foram afetadas? E quantos povos mudaram a forma como lidavam com o mundo natural, ou foram removidos de territórios que consideravam sagrados e que pertenciam aos seus ancestrais? Essas questões não vão encontrar respostas nos textos de Manuel Ferreira Ribeiro, já que a natureza, os climas e os povos locais só vão aparecer como algo a ser domado, convertido, resgatado das trevas. Não há, em parte alguma, qualquer coisa que possa ser considerada como a vontade dos povos locais em relação ao projeto colonial, pois, para o autor, eles não eram capazes de tomar tal decisão – e os portugueses estavam fazendo um favor ao levar o progresso via colonização.

Ironicamente, o último aspecto do conceito de emigração mobilizado pelo autor é o cosmogônico, que diz respeito a circulação das pessoas como um reequilíbrio de diversos elementos que constituem as leis da natureza. É como se o meio ambiente e o clima precisassem ser domados e controlados. Nesse contexto, o equilíbrio não seria encontrado a partir de uma correlação de forças opostas e iguais em intensidade se anulando, mas pela submissão da natureza à arbitrariedade expansionista da humanidade, representada, obviamente, pela interpretação de mundo europeu e ocidental.

É na ordem *cosmogônica* finalmente, uma expansão da força inteligente, que é o homem, e que, como todas as forças, tende ao equilíbrio. Circulação de sangue, dilatação dos fluidos, marés do cosmo e da atmosfera, vibrações do ether, curso dos astros, são aplicações variadas d’esta lei da natureza, que estabelece o *cosmos* sobre a harmonia dos movimentos, regulando-se e ponderando-se por *atrações recíprocas*. (1877, p.8)

É como se o mundo natural necessitasse da ingerência dos colonos para se reestruturar, ou que as pessoas que vivem nesses ambientes não fossem capazes de restaurar essa ordem supostamente perdida, ou viver em comunhão com esse universo. A harmonia com o ambiente parece ter sido sinônimo de tornar o ambiente produtivo e extrair riquezas da terra, e esse resultado seria conseguido ao se domar os climas hostis que vitimizavam os colonos.

Sobre aclimação, praticamente nada diz, a não ser que é um dos ramos mais importantes da ciência médica, mas sem detalhar exatamente o que vem a ser isso – e o motivo de sua relevância. Essa fuga de escrever uma definição parece se dever ao fato de esse ser um tema óbvio para os leitores do período. Sem determinar o que isso vem a ser, ele prossegue com a sua defesa:

Sem pretender entrar n’uma questão que tão vasto campo oferece à discussão, ou seja com relação à hygiene ou por estar ligada a questões econômicas da mais alta gravidade, é certo, como diz Jules Rochard, que é muito complexa, e deve ser estudada em relação ao individuo e em relação a raça. (p.9)

Nessas duas facetas que se interseccionam com o conceito de aclimação, além do aspecto individual, a relação entre o efeito do clima e a criação das categorias e hierarquizações de raça nos interessa em especial (SANSONE, 2015, 199-200). Os ambientes diferentes do clima temperado europeu parecem ser o contraponto à civilização, que necessitam ser domados pelos brancos em nome de uma missão expansionista e civilizatória. A Europa teria sido fundamental para o desenvolvimento da sociedade ocidental, enquanto as regiões tropicais e equatoriais não gozaram da mesma sorte. Como a maldição de Cam (MACEDO, 2011), para os habitantes do mundo não branco, além das regiões temperadas, só restava a submissão a aqueles racialmente superiores.

Por fim, o termo colonização – “*colonização*” – é mobilizado como um movimento unilateral, no qual as regras são estabelecidas entre as nações civilizadas. Entendendo a organização da sociedade como uma matéria médica, Ribeiro diz que a colonização é um dos “*fenômenos mais complexos e delicados da physiologia social*”. À ciência, notoriamente branca e europeia, caberia formular as leis que regulam as colônias que nascem a partir da

expansão dos europeus pelo mundo (p.9). Novamente, os povos colonizados não são considerados para determinar se desejavam ou não que esse processo ocorresse.

A colonização seria a continuação de ações de conquistadores de séculos anteriores, como D. Henrique, Pedro Álvares Cabral e dentre outros. Diferente desses, o objetivo dos colonizadores do século XIX não deveria ser o de promover ações violentas para fecundar os novos territórios, mas desenvolver a agricultura e fomentar as bases que permitiriam o estabelecimento do cultivo da terra e a produção de riquezas que surgem a partir disso. Esse trecho sintetiza bem o papel que deveria ser cumprido pelos que se aventuraram na experiência colonial, assim como as referências ao passado glorioso:

Sulcaram os nossos antepassados mares desconhecidos, descobriram ilhas, cabos, rios e largas regiões, assinalado com suas maravilhosas viagens os últimos anos do século XV e principio do XVI; no ultimo quartel do XIX cumpre-nos **fecundar**, não com a espada, mas com o arado as terras incultas e **abandonadas**, abrindo estradas e tirando das entranhas do solo as imensas riquezas que ali jazem sepultadas.(p.9, grifo nosso)

Aqui, novamente, a ideia de abandono, de que o território das colônias seria um espaço despovoado, vazio, que precisa do impulso dos colonizadores para ser fecundado. Desconsidera que existiam e existem pessoas vivendo nessas regiões, que plantam, colhem, caçam, pescam, criam animais, comercializam produtos e dentre outros. E mesmo que se considerasse que já havia pessoas vivendo nesses lugares, é como se elas não soubessem reconhecer as riquezas e potencialidades da terra.

Também há de se ressaltar o uso do termo “fecundar” enquanto sinônimo de desenvolver e tornar produtivo. E esse é um verbo absolutamente masculino, que indica que a mentalidade colonial concebia esses empreendimentos como majoritariamente masculinos, assim como eram os ofícios relacionados a esse processo: marinheiro, médico, militar, etc. (GORDON, 1999)

Assim como os climas hostis, as florestas, os pântanos e os animais, os povos africanos eram algo a ser enfrentado, remodelado, moldado, convertido à civilização. É preciso ver como essa percepção vai se transmutar em políticas coloniais e em criação de status diferentes para a população local, com o estabelecimento de diferenciações como entre indígenas e assimilados, por exemplo (MENESES, 2010), (COELHO, 2009).

## 2.5 A missão

O projeto de conquistar a denominada “*Africa portuguesa ao S. do equador*” deveria ter a atenção de todos os portugueses, segundo Ribeiro. As ambições por controle de território ficam evidentes quando defende a construção de uma estrada de ferro que vá do extremo sul de Moçambique até a parte oriental da província de Angola. Essa ambição pode ser considerada a raiz do “Mapa Cor-de-Rosa” (TEIXEIRA, 1987), projeto ambicioso de dominar um território que englobava boa parte da região central da África Austral, da costa do Atlântico até a costa do Índico. Essa proposta foi apresentada na Conferência de Berlim e foi frustrada por se chocar com os interesses de outra metrópole mais poderosa: a Inglaterra. Mais uma vez, os destinos do continente africano foram decididos pelo conflito entre países europeus, e não pelos interesses das populações locais que foram subjugadas pela megalomania colonial.

O passo a passo do projeto de colonização é apresentado pelo autor, que acredita que as colônias africanas seriam o caminho para retomar o prestígio perdido por Portugal. As colônias seriam os novos Brasis (CRUZ, 2006, p.65-77). Um passado mítico a ser retomado. Na verdade, as colônias produziram uma glória maior do que a de outrora. Essa narrativa ufanista é o fio condutor da obra, que, ao propagandeada, incentivaria as pessoas a se aventurarem nesse empreendimento. Não esconde as dificuldades, mas sempre ressalta as recompensas; além da riqueza material, a glória da conquista e a de erguer a nação:

A par das communicações rápidas, levantar-se-hão colônias agrícolas, estabelecimentos commerciaes e plantações dos generos das zonas tropico-equatorial mais procurados nas praças da Europa, e n'estes primeiros delineamentos da colonização dos vastíssimos terrenos que possuímos na Africa meridional, desde o tropico ao equador, serão derrubadas as florestas, agricultadas as planícies e semeados os campos. Trocar-se-hão depois os produtos naturaes e industriaes, estabelecendo a acelerada navegação entre os portos de Portugal e os da Nova Africa, e formando-se assim uma corrente de riqueza que levará esta nação ao seu **tempo dourado, ao século da sua maior gloria.** (p.10, grifo nosso)

Segundo o autor, o continente africano encontrava-se perdido entre guerras intestinas e povos que não se submetiam à civilização ocidental. Uma intervenção nesse lugar, visto como abandonado, era necessária para garantir a sobrevivência dos seus habitantes, já que esse ímpeto destrutivo dos povos parecia estar os levando para o seu fim. Portanto, a missão colonial buscava não só trazer glória aos conquistadores europeus, mas também civilização e



progresso aos povos africanos colonizados. A Europa, enquanto símbolo absoluto desse modo de vida, não poderia se omitir desse papel:

Não póde durar por muito tempo semelhante estado. A Europa, a cabeça e o coração da humanidade, levará ao seio d'esses povos os principios da justiça, da rectidão e da liberdade. O christianismo enlaçará os individuos, as familias, as provincias e as nações, finalmente, que se levantarem n'aquella zona privilegiada; celebrar-se-hão contratos politicos e commerciaes que serão respeitados. A familia não será um mytho, nem as nações um foco de immoralidade. Aparecerão, emfim, escolas nos logares onde se fazem os horriveis sacrificios de victimas humanas. (p.47)

Para Ribeiro, a colonização era algo incontestável, não necessitando, naquele momento, de maior defesa (p.10), apesar do fato de que ainda prevalecia na opinião pública a visão do continente africano enquanto hostil e cheio de perigos, o “túmulo do homem branco” (SANSONE, 2015, p. 399-400). E tudo sobre o livro parece girar em torno do convencimento dos sujeitos de que promover o projeto colonial era algo positivo – no âmbito pessoal e para o destino do império português.

Para obter êxito, o Estado precisava promover obras que gerassem crescimento e ampliassem o interesse das pessoas em se comprometer com o projeto colonial. Além disso, estimular a “aclimação” dos colonos seria o primeiro passo, já que a boa saúde seria a garantia necessária de efetivação de uma iniciativa que demandava tantos braços e cérebros:

Aos poderes públicos cumpre promover, pela sua parte, a abertura de estradas e caminhos de ferro, e premiar a iniciativa particular, não se envolvendo directamente em contratos para o estabelecimento de colônias. Não se levantam cidades onde falta a agricultura e o commercio, e onde não póde realizar-se a aclimação (p.10).

O caminho para tornar os territórios coloniais menos insalubres era através da promoção da agricultura, de modo a modificar espaços considerados perigosos para a saúde das pessoas, como pântanos, rios e florestas. A agricultura e a plantação de determinadas árvores úteis para esse processo cumpririam o duplo papel de promover higiene e aclimação, além de produzir bens que seriam comercializados entre as metrópoles europeias. Nesse trecho, Ribeiro cita o exemplo do Reino de Daomé como um lugar que estava sendo adaptado de forma positiva para os propósitos coloniais através da agricultura e do cuidado especial com pântanos, brejos e charcos:

Vastas florestas, em que dominam as palmeiras, cobrem aquellas, terras. As principaes aldeias são rodeadas de boas culturas, e as cercanias de Abomé e do Caná são muito férteis. Introduziram-se ali diversas arvores que se aclimaram bem. O que demonstra com evidencia a boa qualidade dos terrenos, o que já era indicado pela grande quantidade de palmeiras. A capital do reino é reputada salubre em relação aos povoados proximos à costa. É, porém, de esperar que, com a civilização e progresso introduzido entre aquelles povos, desapareçam na maior parte os brejos, pantanos e charcos que há no paiz, completamente abandonado das obras de arte e da agricultura, a qual sendo feita segundo o estado dos terrenos e processos agronomicos modernos, é um dos mais poderosos meios para sanear as terras de qualquer localidade insalubre. (1877, p.46)

A colônia de São Tomé seria o ponto de partida, devia ser um exemplo de boa colonização a ser tomado, servindo como referência para todas as outras colônias. Parte da descrição da geografia, condições físicas e morais dos habitantes, higiene pública, flora patológica, história natural, meteorologia e climatologia, e os diversos quadros estatísticos sobre essa província são como o início de um projeto, mas esses tópicos deixavam transparecer um interesse muito mais amplo, que abarcava territórios muito maiores do que o das regiões insulares de São Tomé e Príncipe.

Tudo pode ser resumido em, basicamente, construir uma descrição ampla dos climas e dos territórios, de modo a derrubar mitos e preconceitos de que os espaços das colônias eram zonas inóspitas que não poderiam ser ocupadas e nem exploradas comercialmente:

Distinguem-se os climas equatoriaes dos que se acham sob os trópicos, e mostra-se quanto é errônea a crença popular de que o calor da zona tórrida é prejudicial á saude e improprio para os trabalhos agricolas (p.11).

Após a descrição da geografia e dos lugares com melhor capacidade de plantio de itens que poderiam ser comercializados na Europa, o autor descreveu as “*condições físicas e moraes dos habitantes*” (p.12). Aqui, não trata das populações locais, mas dos europeus que imigraram para a região para empreender o projeto colonial. Esse tópico diz respeito aos “*funcionarios publicos, negociantes, agricultores e trabalhadores*”. No caso, são eles o objeto fundamental da atenção dos médicos coloniais. Nas palavras dele, seria: “*assás complexa esta parte do nosso trabalho, e uma das mais uteis para aquelles que desejam viver em tão longinquas paragens*” (p.12). Os brancos eram, portanto, os primeiros a serem analisados acerca da interferência dos climas nos corpos. Em seu texto, tratou pouco da saúde dos povos locais, ficando estes relegados a outros tópicos mais específicos do texto.

Os referenciais bibliográficos do autor eram de variados campos disciplinares, e ultrapassavam as fronteiras das colônias e metrópoles. Ribeiro cita referências do Brasil, como Padre Anchieta, viajantes do continente africano, como David Livingstone, além de botânicos como F. Welwitsch:

Os paizes intertropicaes como o Brazil, Angola e Moçambique têm sido o teatro de valiosas explorações sob o ponto de vista das sciencias naturaes. Os trabalhos de Livingstone para a geografia, os de F. Welwitsch para a botânica e os de Anchieta para a zoologia, são muitos uteis, aproveitando com elles o commercio, a agricultura e o progresso colonial portuguez; mas não são menos importantes os trabalhos dos médicos, examinando os climas e as diversas causas que produzem as doenças, combatendo aqui as anemias, mais alem o paludismo, n'uma parte a febre amarella, em outra a cholera, e ensinando constantemente as regras e preceitos da hygiene publica e individual. (p.12-13).

Apesar de interdisciplinar por excelência, com referências de autores de diversos campos, Ribeiro entende o papel do médico colonial como o de linha de frente para a construção da aclimação dos colonos, e também o de propagar a possibilidade de ocupação dos territórios africanos entre a opinião pública, cabendo a eles reverter o imaginário de que as colônias são territórios hostis.

O médico colonial occupa realmente um dos primeiros logares entre os obreiros do progresso e da civilização das terras de Africa. Cumpre-lhe destruir os erros e preconceitos, e dizer quaes são as colônias menos insalubres e as condições em que ellas se acham. (p.13)

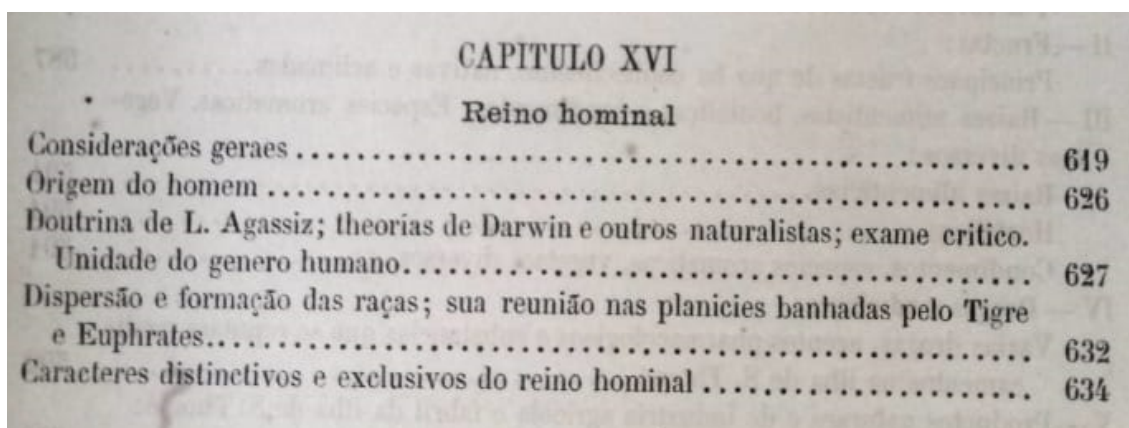
Em momento algum o autor parece querer levar em conta os aspectos sociais e culturais dos povos que habitaram os territórios coloniais. Estes eram descritos em categorias pertencentes ao campo da natureza. Talvez fossem vistos enquanto objeto de estudo de biólogos ou zoólogos, constando em seções similares às daquelas que mostram os reinos vegetal e animal, ficando portanto, sob o guarda-chuva de “história natural”.

Apesar disso, a população local não consta na categoria que compõe os seres do reino animal, contrariando a tendência do darwinismo da época, mas tendo uma própria, o “*reino hominal*”. Isso não significa um reconhecimento da humanidade dos povos locais, ou o fato deles integrarem o campo da cultura e da civilização. Se assim fosse, estariam descritos nas seções referentes a análise das categorias físicas e morais, reservadas para os colonos que habitam em São Tomé e Príncipe – ou esse livro nem teria existido. Aqui, o autor explica o motivo para tal escolha dessa classificação:

Não collocamos o homem no reino animal, nem acceitâmos a doutrina do sábio naturalista Darwin a semelhante respeito. Para nos o homem forma um reino á parte, e tem origem própria e unica.  
Não nos propomos a dizer a ultima palavra de sciencia, mas tratâmos de pôr em relevo os factos que nos levam a admitir distincção entre o reino animal e hominal (p.14).

É interessante observar a pretensão do autor por não questionar o famoso naturalista, mas discordar dele mesmo assim. Essa postura tecnicista, com um verniz imparcial e despretensioso, também pode revelar a forma como os povos africanos eram vistos pelo autor. Um bom exercício a ser feito é o de imaginar se, em um livro de história de Portugal, os homens constariam em uma categoria similar a que descreve os animais. Essa escolha se dá pelo choque entre visões científicas e religiosas sobre a origem da humanidade e das raças. Quando Ribeiro fala de origem própria e única está se referindo, sem mencionar, a tese criacionista, bíblica, que discordava completamente da tese evolucionista. Concordar com o darwinismo seria romper com os dogmas da Igreja Católica.

Figura 3 – Reino hominal



CAPITULO XVI	
Reino hominal	
Considerações geraes .....	619
Origem do homem .....	626
Doutrina de L. Agassiz; theorias de Darwin e outros naturalistas; exame critico.	
Unidade do genero humano.....	627
Dispersão e formação das raças; sua reunião nas planicies banhadas pelo Tigre e Euphrates.....	632
Caracteres distinctivos e exclusivos do reino hominal .....	634

Fonte: A província de S. Thomé e Príncipe e suas dependências - acervo pessoal

Essa separação é, portanto, muito mais uma discordância em relação a teorias racistas de caráter variado, como as monogenistas, poligenistas, inspiradas no Darwinismo ou não (M'BOKOLO, 2011, 322-23) (SCHWARCZ, 1993, 57-86) (SANSONE, 2015, 393-411), que discordavam sobre as origens da humanidade. O debate era se todas as raças foram geradas de um único referencial em comum ou a partir de vários.

Essas visões, além de origem científica, também possuíam raízes religiosas, como no mito de origem de Cam e Sem (OLIVA, 2007, MACEDO, 2001) No entanto, esse tipo de discussão sobre a gênese da humanidade parecia discordar apenas nesse detalhe. Em relação à superioridade da raça branca e do seu direito de subjugar as demais, todas parecem convergir para a garantia desse auto atribuído direito natural, ou divino, a depender da referência consultada.

Para concluir a introdução da obra, Manuel Ferreira Ribeiro ressaltava a missão que buscou alcançar ao tê-lo escrito: uma boa recepção perante a opinião pública, já teria cumprido sua função. Era a sua contribuição para o empreendimento colonial, o que indica o caráter missionário do texto:

E por bem pagos nos daremos se, no meio das dificuldades com que lutâmos, fizemos obra digna da atenção publica, e que possa ser útil a todos aquelles que desejam conhecer a província de S. Thomé e Príncipe e o clima da Africa portuguesa. (p.15)

## **2.6 Um retrato deformado das populações nativas**

Como já dito, o texto de Manuel Ferreira Ribeiro reúne um conjunto de informações de natureza bastante múltipla. São mais de setecentas páginas detalhando climas, geografias, curso dos rios, caminho dos ares, montanhas, florestas, pântanos e dentre outros. Nesse universo descritivo, há poucas menções às populações locais. Dedicaremos esse tópico para analisar alguns dos raros momentos onde elas são citadas em tópicos que não são reservados a elas, sendo necessário analisar, também como são retratados quando aparecem. Nessas ocasiões elas são referidas de formas variadas: ora são usadas como expediente para justificar o projeto colonial; também como detalhes da paisagem, como árvores ou montanhas; ou é ressaltado o exotismo de determinado povo, sendo essa diferença usada como contraponto entre eles e a civilização europeia; eventualmente aparecem como meras ferramentas utilizadas pelos grandes viajantes – esses sempre tratados como heróis e aventureiros – como carregadores, remadores, guias, e dentre outros.

Para os europeus, a tarefa de desbravar o continente e reunir informações é um projeto de uma raça inteira, supostamente pelo progresso de toda humanidade. Os viajantes e cientistas que perderam a vida são lembrados, um a um, como mártires desse empreendimento civilizatório:

O rio Niger ou a *Cruz dos Geographos*, como lhe chama Malte Brun, tem sido o objecto de grandes discussões entre os sabios da Europa. Mas não appareceu a luz sem o sacrificio de numerosas victimas. Era indispensavel observar o curso dos rios, os usos e costumes dos povos, a fertilidade e riqueza d'aquella região desconhecida. Não faltaram ousados exploradores. A morte de um não fazia desanimar os outros. Merecem todos homenagem, e citaremos Mongo Park, Denham, Peddie, Oudney, Ritchie, Clapperton, Caillé, Gray, Olefield, os irmãos Landers, como beneméritos da humanidade, não esquecendo Allen, Beecroft, Trotter, Richardson, Overweg, dr. Barth e T. Hutchinson, porque, assim como os primeiros, se empenharam na solução de uma questão tão debatida entre os geographos e a qual dependia somente das observações feitas nos logares de que tratava. (1877, p.29-30)

Em contrapartida, os povos africanos são sempre retratados como instrumentos para a execução de uma missão; como remadores, guias ou carregadores. Aqui, fazendo referência a um relato de viagem, Ribeiro ressalta a disposição dos negros em socorrer um barco que estava prestes a atracar próximo aos bancos de terra da costa de Ajudá, que eram obstáculos que ofereciam perigo no momento do desembarque naquelas regiões:

Na praia estavam, como disse, centenas de negros que, quaes destemidos tritões, se achavam já em posição de se lançarem ao mar quando fosse preciso dar soccorro, e por isso é bem de suppor que, se n'esta occasião alguma embarcação se virasse, não houvesse a lamentar caso fatal; comtudo bom foi que não se fizesse a experiencia.

O silêncio sobre as populações locais se faz perceber na grande maioria do texto, fato que só se modifica em ocasiões onde se reafirma caricaturas e estereótipos sobre os povos africanos. Ao descrever a Baía de Boni, no rio Níger, Ribeiro dedica sua atenção para falar sobre uma prática religiosa, vista como exótica e assustadora, aconselhando os viajantes, que passassem por aquela região, a não desrespeitar as divindades reverenciadas por aquele povo:

Tanto o rio Boni como o Novo Calabar são ramos do Niger. Os Naturaes navegam até 73k,3 em grandes canoas, percorrendo os differentes braços d'aquelle rio, a fim de obterem azeite de palma. Adoram os lagartos e crocodilos que consideram divindades, e em que não se pode tocar sem attrahir as iras d'aquella gente. (1877, p.27-8)

Em uma longa descrição sobre os caminhos entre Ajudá até a capital de Dahomé, Ribeiro faz uma digressão na qual reafirma caricaturas referentes ao continente africano enquanto lugar de abandono e atraso. Essas descrições aparecem sempre como contraponto

com a civilização europeia, cuja missão seria levar o progresso para os que sofrem com sua falta:

Quando se attenta no miseravel estado em que se acha um paiz tão fertil como o de Dahomé, não podemos deixar de lamentar aquelles povos. Mas não somente os Dahomeanos que habitam uma região tão abandonada, a maxima parte dos povos da Africa estão nas mesmas circunstancias. Se olharmos para as regiões da Africa equatorial, poderemos dizer que ainda não raiou para ellas a luz da civilização, nem têm os beneficios do progresso moral e material de que gosam todos os paizes da Europa e quasi todos os das duas Americas. (1877, p.46-7)

Logo no parágrafo seguinte, sintetiza o motivo de tratar os povos africanos como parte da natureza. Sua descrição os retira completamente do campo da cultura e da humanidade, já que, segundo Ribeiro, eles não se preocupavam em acumular riqueza e seriam sempre guiados pelo imperativo da lei do mais forte. A disposição para o conflito parece ser um impulso natural que precisa ser freado, já que qualquer coisa seria motivo para que emprendessem uma guerra que tinha como resultado a escravização dos vencidos – esquecendo a responsabilidade europeia no aumento exponencial da escravização de pessoas no continente africano. A métrica para avaliar essa presumida inferioridade africana era a dos parâmetros europeus, que tem no direito e nas instâncias das leis e dos contratos como a forma de mensurar os níveis de civilização entre os povos:

Os povos da Africa contentam-se com fructos espontaneos que a terra lhes offerece em abundancia, e occupam-se em se destruirem uns aos outros. Quando Lhes falta o pretexto da religião , aproveitam causas futeis e rasões frivolas para talar campos, queimar cidades e escravisar populações inteiras. É o direito do mais forte que impera; não se respeitam as leis nem a fidelidade dos contratos. (1877, p.47)

Esse trecho parece ser uma paráfrase do que Hegel fala em relação a África nas “Lições sobre a filosofia da história universal”, quando diz que esse continente é impossibilitado de crescer. Supostamente, sua população teria grande força muscular, bastante animosidade e crueldade insensível (p.256). O filósofo alemão enxergava a África como um país fechado, sobretudo as regiões subsaarianas, e todo o desenvolvimento ao norte tinha sido resultado do contato com povos europeus através do mediterrâneo. A “África propriamente dita” (p.257) seria um lugar sem história, que poderia significar “humanidade” sem muita perda de sentido se trocados os termos. O que estava em jogo era a não conferência da condição histórica e do status de humanos para os povos africanos:

El África propiamente dicha es la parte característica de este continente. Comenzamos por la consideración de este continente porque en seguida podemos dejarlo a un lado, por decirlo así. No tiene interés histórico propio, sino el de que los hombres viven allí en la barbarie y el salvajismo, sin suministrar ningún ingrediente a la civilización. Por mucho que retrocedamos en la historia, hallaremos que África está siempre cerrada al contacto con el resto del mundo; es um Eldorado recogido en sí mismo, es el país niño, envuelto en la negrura de la noche, allende la luz de la historia consciente. Su aislamiento no depende solo de su naturaleza tropical, sino principalmente de su estructura geográfica. Todavía hoy es desconocido y no mantiene relación ninguna con Europa. (HEGEL, p.259)

Ainda analisando as palavras de Hegel, dedicadas ao continente africano, vale ressaltar a relação com o atraso, o fechamento para o curso da história e a animalização do continente africano está diretamente atrelada a uma relação com o meio ambiente e a localização geográfica sob os trópicos, que era a condição e causa para toda a situação em que se encontrava o continente africano.

Sempre que descreve aspectos de ordem física (geográficos, climáticos, etc.) do continente africano, cita os autores que lhe servem de referência, entretanto, quando trata dos sacrifícios humanos no Reino de Abomé, não indica fonte alguma, mesmo que a citação esteja entre aspas, como abaixo se indica. A narrativa parece ser fantasiosa e advir de narrativas antigas sobre o continente africano, como um lugar povoado por assustadoras práticas bárbaras. Essa descrição serve para justificar o empreendimento colonial, de modo a fazer com que, após a intervenção europeia no continente africano, para que esse tipo de prática, supostamente corrente no cotidiano dos povos locais, fosse abolida:

Em Abomé estão os jazigos dos reis defuntos, e ali se fazem as inaugurações dos novos reis que lhe sucedem. A prática usada em taes ocasiões é a seguinte:

<<No centro d'aquelle palacio há um grande subterraneo de 22 metros em quadro, para receber os cadaveres dos reis. Logo que um morre, colloca-se no meio d'esta catacumba uma especie de peça feita de grades de ferro, sobre a qual se põe um ataude de barro, AMAÇADO COM SANGUE DE CEM CAPTIVOS FEITOS NAS ULTIMAS GUERRAS, os quaes n'este acto são degolados para irem servir no outro mundo o fallecido rei, cujo cadaver se deposita n'este caixão sanguineo, tendo por cabeceira a caveira de algum rei vizinho por elle vencido em guerra; e as ossadas e caveiras de todos os outros reis, que elle similhantemente tiver feito morrer, se collocam como trophéus debaixo da peça: depois d'isto assim disposto, obrigam a descer ao subterraneo oitenta mulheres dansadeiras do reis, chamadas abaiás, e cincoenta soldados da sua guarda, que o devem acompanhar na viagem, e para todos se provê de mantimentos. E, o que é de pasmar, não faltam pessoas de ambos os sexos que voluntariamente se offereçam a tão horrorosa emigração, e para as quaes se conserva por tres dias aberta a estreita entrada



da catacumba; findo este praso, se lhe impõe a pedra fatal, que a cerra, e deixa sepultados vivos todos aquelles miseraveis!>>

Similhantes monstruosidades parecerão fabulas, quando raiar a luz da instrucção para os povos da África. Urge apressar essa hora. (p.47-8, no original)

Com uma mescla de conteúdos de inspiração religiosa, política, além das minuciosas descrições do espaço físico, os textos de Manuel Ferreira Ribeiro parecem funcionar como um mecanismo de conhecimento de um projeto que o autor assumiu para a própria vida. Isso se deve ao próprio lugar enquanto médico e pesquisador, que o colocava nessa posição entre intelectual e explorador. Porém, esse idealismo parecia desconsiderar os contextos em que Portugal estava inserido, incluindo todas as limitações de meios materiais e financeiros para a implantação de um projeto de colonização massiva, como o proposto pelo autor. O próximo capítulo apresentará uma perspectiva diferente sobre a colonização portuguesa no continente africano, amparada em conceitos parecidos, mas com direcionamentos absolutamente divergentes dos propostos por Ribeiro.

### 3 PESSIMISMO E INTRANSPONIBILIDADE: A VISÃO COLONIAL DE OLIVEIRA MARTINS

Joaquim Pedro de Oliveira Martins, escritor autodidata português, autor de textos sobre o destino histórico de Portugal, orientados a partir do conceito de raça, aliava interesses pessoais enquanto membro da Sociedade de Geografia Comercial do Porto com o de ideologias muito menos “humanitárias” a respeito da abordagem a ser utilizada em relação aos povos que habitavam as regiões que Portugal pretendia estabelecer um sistema de colonização.

Absolutamente refratário a propostas missionárias civilizatórias para as colônias no continente Africano, o autor de *O Brasil e as colônias portuguesas* (1920)<sup>10</sup>, *História da civilização ibérica*(1880), *As raças humanas e a civilização primitiva* (1905) e *História de Portugal* (1908), dentre outros, estava engajado em propor um modelo de colonização bastante pragmático no contexto geopolítico de Portugal oitocentista. Por considerar a impossibilidade de que as regiões subtropicais pudessem servir como lugar para a fixação de europeus, ele desenvolve um esquema de exploração que tinha como objetivo reduzir a presença portuguesa em suas colônias, limitando-a ao gerenciamento da exploração intensa da mão de obra local.

Orientado por referências que desenvolveram os pressupostos científicos da hierarquização das raças no século XIX, sem compromisso algum com teses de que a colonização deveria levar o progresso para as raças consideradas inferiores, ele concentra sua teoria em como melhor explorar o território e evitar baixas desnecessárias de europeus. Contrário a projetos de povoamento de regiões que considera inóspitas e intransponíveis, em certos momentos, usa sua influência para convencer pessoas a não estabelecerem esse tipo de colônia no continente africano.

Toda a sua atuação na construção de uma teoria colonial também faz uso de conceitos como aclimação e salubridade, mas utilizado de modo bastante diferente. Vejamos como esses pressupostos foram mobilizados pelo autor.

---

<sup>10</sup> A edição de *O Brasil e as colônias portuguesas* que eu tive acesso foi publicada em 1920, mas o livro foi lançado pela primeira vez em 1880.

### 3.1 Oliveira Martins e as Colônias Portuguesas

O livro “Brazil e as colônias portuguesas” do historiador e político português Joaquim Pedro de Oliveira Martins, foi publicado pela primeira vez em 1880, e teve várias reedições (FRANSCHETTI, 2002, p.243), sendo a obra analisada a quinta delas, publicada em 1920<sup>11</sup>. O texto tem como principal mote a análise da história da colonização portuguesa ao longo do tempo. Nele, o autor aponta o que considera como sendo os principais erros e acertos desse processo, tomando a colonização do Brasil como parâmetro comparativo, porque, dentre outras coisas, a maior parte do território brasileiro se encontra em uma região tropical e subtropical à semelhança das colônias africanas. Apesar de já ser independente na época, era referência de um modelo de colonização de sucesso. Também trata das outras colônias portuguesas no oriente e no continente africano.

O livro tem como propósito compreender o papel de Portugal em um contexto de reconfiguração geopolítica do mundo, e orientar sobre quais lugares se deveria investir esforço e recursos, de modo a gerar lucro e crescimento para a metrópole. Com uma perspectiva muito pessimista sobre o processo de colonização dos territórios africanos, Oliveira Martins militava por uma abordagem menos custosa, já que a África era vista por ele como um espaço quase intransponível por conta da dificuldade de aclimatação dos colonos (DIOGO, AMARAL, 2012, p.132). Para ele, o destino das nações e das colônias estava diretamente ligado ao entendimento e da gestão da variedade das raças humanas, tendo as superiores o papel de conduzir as outras para o progresso – ou o direito natural de subjugar-las.

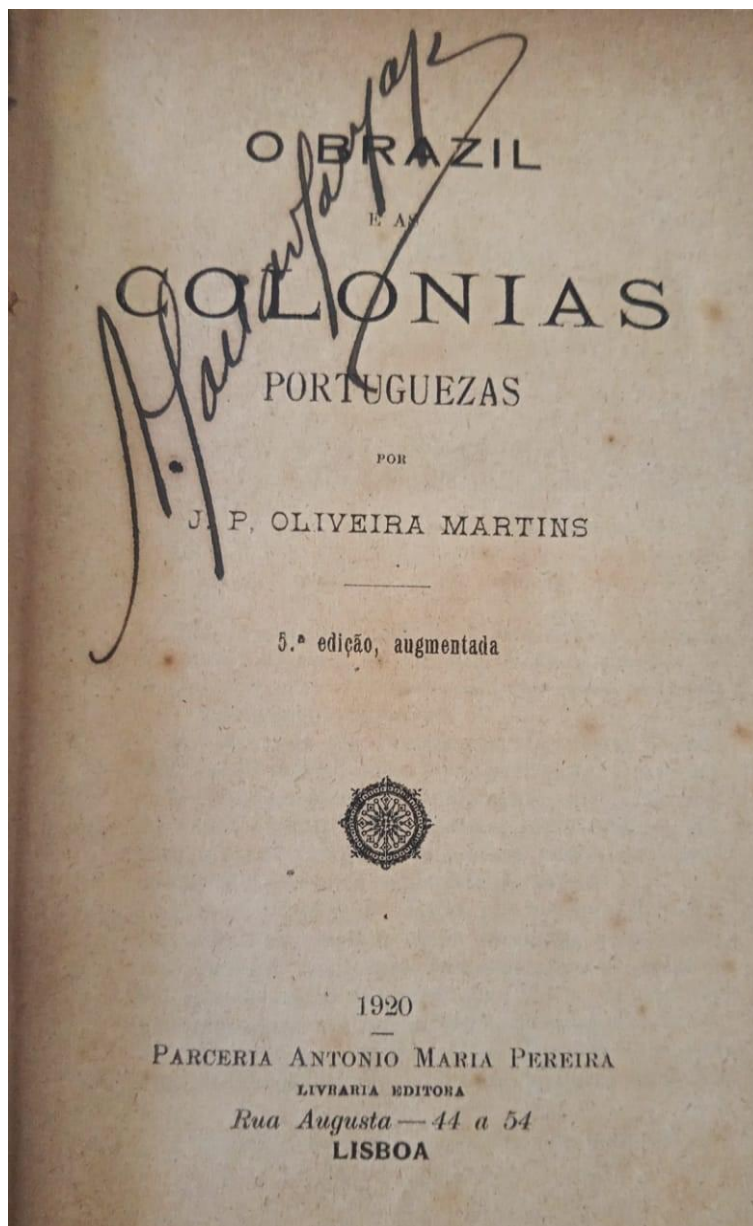
Dividido em 5 tópicos menores, “o Brazil e as colônias” aborda o processo histórico da “Formação das colônias na África e America” no primeiro; as atividades que tornaram a exploração da antiga colônia do Brasil a serem lucrativas em “Negros assucar e ouro”, o segundo; no terceiro, “o Império do Brazil”, analisa o processo de independência e as relações com Portugal; no quarto trata do processo de colonização do continente africano, em “A Africa portugueza”; e, por fim, no quinto livro, de como se deveria explorar essas colônias em “A exploração do continente africano”. São os dois últimos livros onde se concentram seus argumentos sobre a colonização africana: os principais problemas e direcionamentos dados por Ribeiro sobre essa questão; assim como o aprofundamento da relação entre raça e clima, que, talvez não seja o principal tema tratado no texto, mas que tem uma importância

---

<sup>11</sup> Na edição de 1920 existem acréscimos ao livro que foram feitos após a morte de Oliveira Martins. Quais são e quais os objetivos dessas adições serão investigados em uma pesquisa futura.

significativa para o desenvolvimento de raciocínios que orientaram a construção de políticas coloniais.

Figura 4 - O Brasil e as colônias portuguesas – 5ª edição – Folha de rosto



Fonte: acervo pessoal

Apesar de concentrar minha análise nos últimos dois tópicos, saliento que todo o texto é pautado pelas teses do racismo científico que pressupõe a superioridade dos colonizadores europeus e portugueses: as populações nativas das Américas e da África são sempre retratadas enquanto inferiores, vistos ora como instrumentos, ora como obstáculos para a execução de um projeto que pretendia recolocar Portugal para o suposto lugar de glória

que teria ocupado séculos antes: potência mundial, pioneiro nas grandes navegações transoceânicas, onde liderava o comércio de especiarias e pessoas, e, também, iniciava a exploração colonial em um vasto império que ia do Brasil ao extremo Oriente. Entretanto, quando Oliveira Martins escreve, a conjuntura era outra. Portugal já não detinha nenhuma hegemonia geopolítica, sua quase inexistente industrialização tornava-o insignificante frente às potências europeias, em particular, a Inglaterra, França e Alemanha. Além disso, Portugal obtinha poucos recursos e pequena mão de obra para investir nas colônias, já que a maioria dos portugueses preferia imigrar para o Brasil ou outros lugares. O que se buscava era construir “outros brasis” em territórios onde se pudesse explorar e produzir recursos para a metrópole, principalmente no continente africano.

Fica evidente uma leitura teleológica do processo colonial: como se toda colonização seguisse sucessivas etapas em direção a um progresso linear que seria alcançado. Nesse caso, o Brasil – sobretudo as regiões subtropicais – seria esse exemplo de um projeto de colônia bem-sucedida que se tornou um império, e que, mesmo independente, ainda rendia lucros para Portugal.

### **3.2 Colonização: categorias e hierarquias raciais**

A colonização do continente africano começou a se desenhar a partir de uma conjunção de fatores: finda a escravatura, o processo de revolução industrial europeu e a consequente produção de manufaturas excedentes aconteceram no mesmo período das viagens de exploradores europeus pela África em meados do século XIX. A partir disso, houve também a redescoberta do ‘outro’ africano (DIOGO, AMARAL, 2012, p. 8-9), e que eles poderiam ser colonizados e, entre outras coisas, se tornar mercado consumidor dos produtos têxteis fabricados nos países industrializados (Oliveira Martins, 1920, p.259). A esse movimento, também se adicionava o desenvolvimento das ciências, que eram, ao mesmo tempo, razão de ser e condição de possibilidade para o colonialismo. Essa curiosidade científica era atribuída à índole da raça dos indo-europeus, sendo esse impulso exploratório e desbravador uma característica intrínseca a eles (Oliveira Martins, 1920, p.260-1). Esse era o entendimento do autor, quando explica os motivos que levaram a empreitada colonial promovida pelas potências europeias no continente africano.

Nesse contexto, a África era vista como um desafio a ser superado pelos europeus; talvez a última fronteira da civilização ocidental, algo que a raça supostamente superior devia desbravar e transformar, quase como uma missão inevitável, ou um destino para esse grupo

(GAHYVA, 2011, p.510-13). A citação abaixo sintetiza o desafio que o continente africano representava, como um território caracterizado pelo seu imenso tamanho, que simbolizava a natureza intransponível diante da pequenez dos seres humanos:

Estes obstaculos que mantiveram segregada do mundo quase toda a Africa, erguem-se ainda hoje como sérios embarços á conquista do continente mysterioso, apesar dos meios incomparavelmente mais energicos de que dispoem agora os povos europeus. Encastellada nas suas elevadas planuras, defendida pelas cataractas dos rios que a penetram – o Nilo e o Zambeze, o Cunene, o Zaire, o Ogové e o Niger – e pelas febres das suas costas paludosas, a Africa, envolvida nas suas florestas gigantescas, desafia a cobiça e a curiosidade do europeu. O sol de fogo n'um céu sem nuvens derrama uma inundaçãõ de luz ardente; de noute as estrellas brilham com um excessivo fulgor no azul frio do ar; e quando as nuvens de formam, a chuva despenha-se em diluvios, alagando todas as planicies, inundando os valles e fazendo transbordar os rios. O solo virgem, de uma extraordinária força creadora, coalha os valles de detrictos vegetaes que a humidade apodrece, envenenando as camadas inferiores da atmosphaera (Oliveira Martins, 1920, p.267-8) (p.244 da 1ª ed)

Em referência à origem da humanidade segundo a cosmogonia cristã, o autor descreveu a imensidão do continente em relação aos interesses dos homens. É como se o território que permitiu a gênese da humanidade estivesse se mantido intacto no que diz respeito ao desenvolvimento da espécie, e esse fosse o lar dos tipos humanos menos desenvolvidos, já que a natureza parecia impedir essa evolução. Era o lugar onde o mundo natural predominava e se fazia notar de maneira exuberante e avassaladora, e também o contraponto perfeito à Europa, que se definia a partir de uma noção de razão, que a levava à civilização, cuja definição estava pautada nos próprios parâmetros da história europeia, mas tidos como universais.

Sob um clima genesiaco, a natureza tem esplendores e grandeza que contrastam com a mesquinhez do homem; e aqui, da mesma forma que na américa, a natureza pródiga não permittiu a formação de uma especie superior, ou o desenvolvimento progressivo das primitivas especies humanas. A vida surge por toda a parte, os animaes são legiões nos bosques do baobab monstruoso, das palmeiras gigantescas, das mimosas deslumbrantes; os rios são viveiros de monstros; e o mar das costas corre em ondas de cardumes de peixes. Os animaes das selvas têm as proporções das arvores: são o elefante, o rhinoceronte e o leão – baobabs do reino animal: e as hyenas, o chacal, as antilopes incontaveis e as nuvens de insectos e os bandos dos reptis, como as outras essencias mais humildes da floresta viva. O hippopotamo e o crocodilo infestam os rios, e nos prados correm ou voam os rebanhos das avestruzes. Ao norte, no delta do Biger, vive o gorilla que ainda não é um homem; ao sul, nos socalcos maritimos occidentaes, o

boschimano que de homem apenas merecerá o título. (Oliveira Martins, 1920, p.268)

Em seguida, Oliveira Martins questionava quais os propósitos da colonização do continente, e quais riquezas e benefícios para o desenvolvimento das ciências poderiam ser encontrados a partir da atuação europeia no continente africano. Como se as respostas sobre as origens da humanidade estivessem materializadas nos povos que lá viviam, e eles fossem uma espécie de passado da humanidade (FABIAN, 2013; COMAROFF & COMAROFF, 1992). Essa concepção em relação ao outro era também uma forma de hierarquizar e dominar esses povos, além de ser uma interpretação bem peculiar sobre os usos dos conceitos de história e o progresso. Os europeus se proclamavam o topo da hierarquia, enquanto os africanos eram a base, ou representavam o passado da humanidade, tendo permanecido estagnados. Fica explícito também de que a história era vista como algo pertencente ao universo onde a natureza impedia o desenvolvimento humano, e que ele só chegaria ao continente africano a partir do contato entre os povos locais e os europeus.

Que segredos, que thesouros, se escondem no seio d'esse continente apenas trilhado? Encontrará ahi o sabio provas definitivas da origem do homem? Encontrarão ahi os europeus novas minas? Engastadas nas rochas? Novos leitos do carvão precioso, encobertos sob a camada dos terrenos exteriores? Teria sido a sublevação do Sahará, outr'ora um mar, que separou do mundo a Africa e suas raças indigenas, tão pouco humanas? Virá a Africa dar ao homem a chave do enigma da sua aparição no mundo; e a marcar a éra da conclusão d'esse saque da terra, principio fundamentao da historia? (Oliveira Martins, 1920, p. 267-9)

Esse trecho mescla interesses de ordem científica e de ordem econômica. Sendo a exploração da terra um princípio da história, como diz ele, a manipulação desse espaço seria o que faria a roda da história girar no sentido do progresso para o continente africano e as pessoas que lá viviam. Isso dialoga diretamente com o ideal civilizatório pregado por David Livingstone, que é citado algumas vezes por Oliveira Martins.

A visão de um continente onde as dimensões são exageradas, tanto na flora quanto na fauna, com clima e doenças muito mais intensas do que o mundo europeu, vai ser, ao mesmo tempo, um obstáculo e um desafio, como uma última barreira para a raça humana – representada por eles – superar. Segundo Oliveira Martins, as condições ambientais não permitiram que a humanidade se desenvolvesse em sua plenitude naquele continente, por isso os que habitavam a Europa puderam se tornar plenos, criar a civilização e a ciência. Portanto,

agora cabia a eles retornar a esse lugar e reverter esse destino apocalíptico. Os europeus, portadores da humanidade, deveriam levar a história, redentora da natureza, aos seus parentes inferiores, que ainda eram guiados pela última.

Nesse sentido, a pele negra dos povos africanos seria como uma metáfora para as trevas onde esse universo estaria mergulhado, e acabaria por se tornar um sinônimo deles. Com isso, a relação entre os habitantes do continente africano e o ambiente se construía como algo indissociável. A condição de existência dos primeiros estava diretamente ligada ao que o território representava:

A' grandeza monotona e uniforme, á palpação vital febril, ao singular do céu, ao desconhecido da terra, ao inhospito das costas, á fereza dos brutos, reunia a *Africa portentosa* um aspecto estranho: a gente preta. Esse tom de pelle indigena augmentou o terror; e o facto, singular em si, tornou-se n'um simbolo. As trevas que envolviam a Africa davam a côr a seus habitantes (Oliveira Martins, 1920, p.269)

Apesar do entendimento de que o continente africano era majoritariamente habitado por populações negras, Oliveira Martins reconhecia as diversas gradações de tons de pele e fenótipos que poderiam ser encontradas ao longo do continente, como visto na figura 5. Ele analisa os variados tipos humanos a partir da observação dos fluxos migratórios e da relação de mestiçagem entre os povos que habitavam o território. O não desenvolvimento do continente era justificado pelo baixo contato entre negros e brancos, sem o predomínio dos segundos na região. Essa classificação a partir das variações de tonalidades de pele e níveis de desenvolvimento era uma forma de estabelecer hierarquias entre elas e manter a dominação colonial sobre todas (BETTS, 2010).

Apesar de Oliveira Martins afirmar que a incidência do sol contribuía para a criação de indivíduos com tonalidade de pele mais escura, julgava que o fator fundamental para a diferenciação era de ordem histórica: os fluxos migratórios e miscigenações ocorridas ao longo do tempo que ajudavam a explicar a diversidade dos indivíduos e povos e seus variados fenótipos e graus de desenvolvimento. Esses critérios de classificação parecem contraditórios e antagônicos, já que um segue uma percepção historicizante do processo de formação dos povos, e outro se ampara no determinismo biológico. Adiante fica mais claro sua percepção do papel da história na formação das raças, segundo o qual as durações temporais são infinitamente maiores para que haja algum efeito na transformação dos tipos humanos:



Entretanto a côr é apenas uma base convencional e nada fixa de classificação; entretanto a Africa, habitada por brancos na faixa mediterranea, incluye gentes de todas as côres; e desde o americano acobreado, desde o mongolico amarello, até o negro retinto, todas as cambiantes possiveis, têm os seus representantes. Os fullos da Senegambia tiram para o vermelho, e nos habitantes da cabeceira do Nilo são communs os acobreados ou amarells. Se o negro é preto na costa da Guiné, os obongos do Gabão são de um amarello sujo. Entre os cafres há tribus quase vermelhas. Dos Makololos muitos são castanho-claros, e da mesma côr abundam nas tribus do Alto Congo ou Lualaba. Por outro lado os hottentores, e mais particularmente os boschimanos, têm a cor do couro curtido e velho. A latitude, ou por outra a temperatura não serve pois para explicar as variações quantitativas do pigmento na pelle, origem das variações da côr. Não só há homens pretos em latitudes afastadas; e não só na Africa isso succede, porque, se ahí os mais negros estão entre 12 e 15°N., na California, a 42, havia-os tão retintos como os da Guiné. (Oliveira Martins, 1920, p.269-70)

Figura 5 – Schema ethno-geográfico da África centro-austral- raça e localização

I			
SCHEMA ETHNO-GEOGRAPHICO DA AFRICA CENTRO-AUSTRAL			
A. — A Nigricia			
1.º grupo; do Senegal ao Equador, ou Senegambia e Guiné.			
RAÇAS	TYPOS	NAÇÕES OU TRIBUS	HABITAT
NEGRE BERBÈRE	a) Mestiços	1 Fulos, Mandingas, etc. 2 Susos, Falupes, etc.	Senegambia alpestra. Rio grande a Serra Leoa. Costa da Nízia: Senegal ao Gambia. Guiné portugueza.
	b) Guinés	3 Ashantis, Fantis, Aceras, etc. 4 Jolofos, Casangas, etc. 5 Papeis, Bijagoz, etc. 6 Dahomós, Biafres, Mahis, Ibos, Calabares, Bulus, etc.	
NEGRA	2.º grupo; do Equador á Hottentotia, no litoral, e á Cafraria no centro.		
	c) Congos	7 Balumbos. 8 Mussorongos, Mushicongos, N' Bumbas, etc. 9 Quissamas, Cellis, Muquandos, Muquices, etc.	Vertentes da serra Comprida até ao Congo. Dembo, entre Congo e Loge. Litoral de Angola, do Loge ao cabo Negro.
	d) Moluas e) Balundas f) Ugandas	10 Basombos, Libollos, Basingues, Nanos, Kimbandis, etc. 11 Bundas, Quiboques, Barotses, etc. (reino do Muata-Yanos)	Fronteiras orientaes de Angola para o Muata Yanvos. Plan'alto meridional; cabeceiras do Chobe e do Liba, Entre 0 e 15°; a oeste dos lagos Tanganika e Banguelo. Região dos lagos centraes superio- res.

Fonte: acervo pessoal

O autor estabeleceu uma descrição ampla dos diversos grupos raciais que habitavam o continente africano. Nos esquemas, tanto relacionava as categorias e aos lugares onde habitavam, como também fazia a segmentação por grupos linguísticos (Oliveira Martins, 1920, p.282). Essas classificações auxiliariam a gestão dos territórios e determinaram os rumos que certos povos teriam em relação às políticas coloniais. Povos como os hottentotes

eram vistos como uma espécie de elo perdido entre seres humanos e o mundo animal, considerados bastante inferiores em relação aos próprios negros com outras origens e fenótipos. Por isso, na concepção de história de Oliveira Martins, eles acabariam por desaparecer naturalmente, dando lugar a uma predominância dos tipos negros no continente africano, mas que, apesar disso, também eram hierarquicamente inferiores aos europeus:

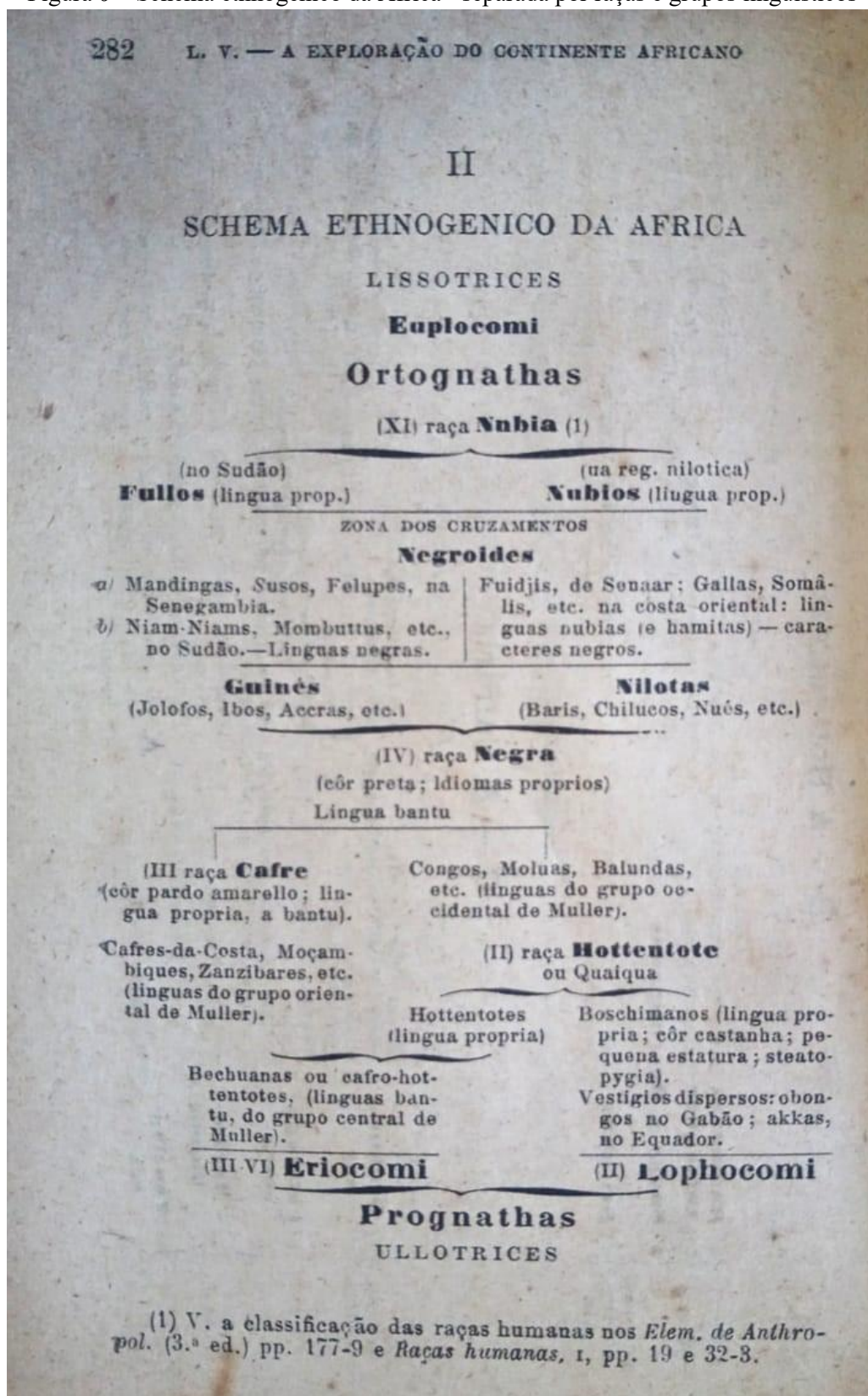
Na luta das raças, ou indígenas ou nacionalizadas por antiquíssimas emigração, succederia ao hottentote o que muitos querem que na Europa tivesse sucedido a uma primitiva raça amarella? Assim devia ser, e assim é por toda a parte, um typo superior repelle e acaba por exterminar o inferior, porque a vida natural é uma luta constantemente devoradora. A extinção do hottentote, porém, não traduz senão a vitória do cafre e do negro – typos que apenas de longe se avisinham do typo superior do homem, (Oliveira Martins, 1920, p.279)

Se os “hotentotes” e “bosquímanos” não foram exterminados pelos seus vizinhos “cafres” e “negros”, não escaparam da intenção de o fazer por parte dos colonizadores alemães, no século XX, inspirados pelas mesmas teses defendidas por Oliveira Martins e que deram sustentação teórica e ideológica ao nazismo, conforme aponta Gordon (1988, p. 27-54).

Acode, porém uma pergunta: de que modo e porque processo há de commetter-se essa obra imprevista e nova nos annaes da historia? Ou a Africa Tropical se presta á emmigração dos europeus, e n’este caso as leis inevitaveis que condemnam por toda a parte as raças inferiores se repetirão; ou a Africa tropical repelle as raças europêas, e não se concebe de que modo, nem com que mestres se daria a educação aos negros. Occupando militarmente o continente, impondo um domínio protector? E que orçamentos bastariam, que milhões de homens seriam necessarios para preencher as baixas dos exercitos? E a Europa industrial e utilitaria deixar-se-hia arrastar por tão ruinosa chimera? Toda a historia prova, porém, que só pela força se educam os povos barbaros. (Oliveira Martins, 1920, p. 283)

Esse trecho também sinaliza um certo paradoxo em relação à suposta superioridade europeia e a viabilidade da colonização do continente africano: não considerava possível que houvesse uma migração massiva para o continente africano com o propósito de reverter o destino dos habitantes de lá, e, caso houvesse condições para isso, qual seria o propósito dessa empreitada, que era vista por ele como um ato humanitário.

Figura 6 – Schema ethnogenico da África - separada por raças e grupos linguísticos



Fonte: acervo pessoal

De qualquer forma, a ciência da colonização de Oliveira Martins encontrava limites de logística, de disposição das pessoas para emigração, recursos e interesses políticos e econômicos. Ao longo do livro ele vai deixar clara a inexistência de qualquer propósito humanitário e civilizacional por parte dos portugueses em suas colônias, assumindo que os interesses coloniais são o de explorar o máximo de recursos e de mão de obra nativa nesses territórios.

Embora Oliveira Martins fosse cético quanto à possibilidade de ocupar a África, por outro lado dá argumentos à forma como esta ocupação ocorreu: pela força. Mas, contrariamente ao que ele previa, a ocupação colonial não visou e não promoveu a extinção das “raças inferiores”, mas sim atuou no sentido de enquadrá-las para que se tornassem úteis como força de trabalho, barata e compelida, para a consolidação da ocupação e viabilização do projeto colonial.

Segundo as teorias do racismo científico então em voga, o nível de desenvolvimento intelectual dos povos africanos tinha limites. Para Oliveira Martins, supor que eles pudessem ultrapassar essas limitações impostas pela raça, era um equívoco ou uma demagogia. Assim, segundo ele: “*as creanças de côr jamais vão além de um limite de desenvolvimento intellectual, que é o limite constitucional da raça*” (Oliveira Martins, 1920, p.284), e mesmo quem atingisse o topo, seria menor do nível inferior dos europeus e somente poderia ser comparado às crianças, o que é dito explicitamente:

Sempre o preto produziu em todos esta impressão: é uma creança adulta. A precocidade, a mobilidade, a agudeza propria das creanças não lhe faltam; mas essas qualidades infantis não se formam em faculdades intellectuas superiores. Resta educal-os, dizem, desenvolver e germinar as sementes. (Oliveira Martins, 1920, p.284)

Devido a essas características, qualquer tese que apregoava o desenvolvimento para o continente africano deveria ser pensada dentro de uma lógica de longo prazo. Só através de séculos de cruzamentos entre espécimes superiores, seria possível avançar em relação ao progresso das raças negras. A Europa, nesse contexto, teria a paciente missão de promover e gerenciar esse experimento racial, transformando a África em um imenso laboratório a céu aberto, entretanto a miscigenação proposta não ocorreria com os europeus pois a “*e a civilização das raças negras só pode caminhar pelo cruzamento com os negroides islamitas do Oriente*” (Oliveira Martins, p. 287).

Figura 7 – Capacidade craniana dos tipos humanos

(1) a) Capacidade craniana; centim. cub.

OBSERVAÇÕES DE		BROCA	MORTON
Europeus	Parisienses.....	1:558	1:534
	Bascos hespanhoes....	1:574	
	Corsos.....	1:552	
Negros africanos (occidentaes).....		1:430	1:364
Americanos .....		—	1:239

b) Relação do craneo para a face; Cuvier:

Branços.....	1 : 1
Negros.....	1,25 : 4

c) Angulos faciaes de Cloquet; observações de Broca:

Bretões.....	72°
Hottentotes....	56
Gorillas.....	31

d) O orificio occipital acha-se no europeu a egual distancia da parte anterior e posterior do craneo; no negro é mais posterior; no anthropoide muito; até que no cavallo e no hippopotamo deixa de fazer parte da base do craneo. (Broca). — Os ossos proprios do nariz ficam separados da linha média, até uma avançada idade, no europeu; até aos 20 ou 25 annos no hottentote e no negro; e até aos dois apenas nos anthropoides. V. *Elem. de Anthropol.* (3.<sup>a</sup> ed.) l. II, 3.

Fonte: acervo pessoal

Enquanto este longo processo se desenrolaria, o que fariam os europeus, pergunta-se nosso autor? E responde:

Lerão a Biblia e venderão algodões aos cincoenta milhões de negros, satisfazendo assim a um tempo as exigencias poeticas e as necessidades mais praticas da industria. Enquanto a acção dos cruzamentos das raças acclimataveis fôr caminhando, de um modo tão lento que só é apreciavel no decurso de seculos, a exploração commercial do continente caminhará, com a rapidez, porém, que a força e os recursos da civilização europêa proporcionam. As feitorias espalhar-se-hão por toda parte onde puder chegar uma lancha, uma estrada, um caminho de ferro... e as espingardas e os

canhões: porque o commercio interno da Africa será feito á sombra das armas, como foram sempre e em toda a parte as transações com os povos selvagens. A Europa fabril adquirirá um mercado vastissimo para certos dos seus productos; e a Africa pagar-lhe-há barateando pela abundancia os preços do generos ultramarinos. (...) o Occidente não lhes dara, como especies por elles assimilaveis, mais do que pannos para se vestirem, aguardente para se embriagarem, polvora para se exterminarem. (Oliveira Martins, 1920, p.286-7)

A supervisão europeia desse processo passava por promover, de um jeito ou de outro, a extinção dos povos africanos, seja pelo incentivo aos conflitos internos que resultassem na destruição de grupos rivais, ou com a venda de drogas e outros itens prejudiciais à saúde, e também pelo lento processo de limpeza racial perpetrado e acompanhado pelas metrópoles coloniais. O autor não defendia um extermínio através de conflitos armados entre europeus e as populações locais, mas a partir de uma progressiva mutação das raças feita por cruzamentos controlados, ou pelo estímulo a guerras internas que contribuiriam para a redução no número de pessoas e progressivo desaparecimento.

No que se refere a Angola e Moçambique<sup>12</sup>, o que se recomendava era uma espécie de feudalização dos territórios, de modo a reduzir o fluxo de colonos em uma ocupação europeia, além dos custos dessa operação. Julgava que qualquer iniciativa missionária era pura demagogia defendida por pessoas que não entendiam em que contexto Portugal se inseria em relação a colonização do continente africano e a geopolítica ocidental. Diante do panorama apresentado, o único caminho que Oliveira Martins via como possível era o de promover uma colonização progressiva e de baixo custo, adequada às possibilidades de investimento da metrópole:

Concluindo, portanto, seja-nos licito perguntar: e nós? E a nossa Angola? E Moçambique? *Iremos vivendo*, que é a fórmula consagrada com que se define ingenuamente a apathia nacional. Iremos declamando, que é o alimento mais apazível ao paladar portuguez. Todavia, nós, desde que não somos um povo fabril, ou devíamos empenhar-nos seriamente em fazer de Angola uma boa *fazenda* á hollandeza, sem escrupulos, preconceitos, nem chimeras, se depois de maduro estudo julgássemos que valia a pena o sacrificio; ou devíamos com franqueza applicar também a Angola o único systema sensato a seguir com todo o resto: enfeodal-o a quem podesse fazer o que nós decididamente não podemos; repetir o que se praticou com a India e esteve a ponto de se fazer com Lourenço Marques. (Oliveira Martins, 1920, 287-8)

---

<sup>12</sup> Em Moçambique, de fato ocorreu com a concessão de vastas áreas sob domínio de Cias majestáticas como a Cia de Moçambique, Cia da Zambesia e Cia do Niassa

### 3.3 Tipos de colônia e projetos de colonização

Para Oliveira Martins, as colônias do Oriente demandavam um esforço muito grande, e que não compensariam com o retorno esperado. Era, portanto, melhor que os esforços portugueses se concentrassem no continente africano, que, mesmo com todos os problemas, ainda poderia ser explorado se os devidos esforços para tal fossem tomados. Segundo ele, o domínio das províncias na denominada África portuguesa estava atrelado diretamente ao destino de Portugal:

A Africa chama-nos, e reclama de nós uma atenção mais demorada. A vastidão dos domínios portugueses, a sua localização especial no continente (bocas do Zambeze e do Congo) dão às colônias portuguesas da Africa continental, com as suas ilhas, uma importancia superior. Não se pôde encarar o problema particular nosso, sem investigar o futuro geral de exploração do continente africano. Inseparavelmente ligado a elle, o porvir do nosso dominio não depende só de nós. (Oliveira Martins, 1920, p.185)

As colônias portuguesas tinham, geograficamente, uma localização estratégica para a acessibilidade para o interior do continente africano. As Ilhas de São Tomé e Príncipe serviam como um entreposto na África ocidental, e a Angola integra a bacia do Congo. No que se refere à África Austral, o autor lamentava o fato da região do Cabo da Boa Esperança não ter sido ocupada pelos portugueses no período das grandes navegações, assim teria sido possível uma colonização de povoamento em um território da região subtropical e com climas similares aos da Europa (Oliveira Martins, 1920, p.185). Dessa forma, só restava colonizar regiões localizadas em áreas consideradas insalubres, onde seria impossível promover uma ocupação maciça de portugueses:

O erro evidente – e uma das maiores provas da falta de systema da occupação do Oriente no XVI seculo – o erro evidente de não nos termos estabelecido no Cabo, separou as nossas duas Africas pelas extensões invias dos sertões. As tentativas de colonisação, outr’ora dirigidas para Moçambique, teriam vingado no extremo-sul; e esse nucleo de população portugueza ter-se-hia estendido para o interior até Angola e Moçambique, isto é, a latitudes onde já não é licito às raças septentrionaes acclimatarem-se. A colonisação, centralisada n’um ponto salubre e temperado, alargaria os braços escolhendo as regiões fertes e benignas do interior. Seria um segundo Brasil; e assim foi o da America, a partir do nucleo de S. Paulo. Com o abandono do extremo sul, as duas Africas portuguezas ficaram isoladas: uma, solidaria com a sorte do imperio oriental, e ambas condemnadas á sorte exclusiva de viveiro de escravos, porque o acesso do interior só podia obter-se a partir de nucleos formados no litoral, e as duas costas são mortíferas, inhospitas. O abandono do Cabo da Boa

esperança repeliu para sempre os portugueses do interior da África, prejudicando a obra de colonização européia no continente. (Oliveira Martins, 1920, p. 185-6)

O comércio de pessoas escravizadas e vendidas como mão de obra nas Américas fez com que a ocupação europeia no continente africano ficasse restrita a zonas litorâneas, em entrepostos ao longo da costa. No caso português, esses lugares eram vistos como inóspitos por Oliveira Martins. Ter ficado de costas para o interior do continente prejudicaria os planos de uma posterior ocupação efetiva do território em zonas que supostamente teriam climas mais acessíveis aos europeus. Somava-se a isso a pequena quantidade de pessoas dispostas a emigrar para as colônias, além dos conflitos com os povos locais. Assim, as regiões das províncias portuguesas mal eram consideradas enquanto colônias no sentido estrito do termo, já que toda a sustentação desse projeto era frágil quer em braços, quer em recursos. Angola, vista como a principal entre elas, e onde se deveria direcionar a maior atenção, também padecia dos mesmos problemas:

Nem a Guiné portuguesa, nem Angola, nem S. Thomé, dizia recentemente um ex-governador de Angola, podem ser consideradas como colônias, no sentido específico do termo. Angola, que a todas sobreleva, e que é o tipo de joia dos nossos domínios africanos, poderá capitular-se de estação político-militar... porém colônia não é, porque lhe faltam colonos. Tudo ali é precário e instável. Vae-se á África, não se vae para África. (Oliveira Martins, 1920, p.191)

Sem um projeto claro para promover a colonização e ocupação do continente, só restava enviar funcionários e degredados (PANTOJA, 1998 p.185-92) para executar esse projeto. Oliveira Martins não desconsiderava a possibilidade de existir colonização com uma quantidade restrita de colonos, baseada na exploração do trabalho local e com um regime parecido com o feudal. O que fica evidente para o autor, no entanto, era a ausência de qualquer projeto por parte do poder público. Sem uma proposta articulada para os territórios, o papel dos colonos ficaria restrito apenas ao comércio de poucos itens exploráveis e o território poderia ser considerado apenas como uma feitoria (Oliveira Martins, 1920, p.192).

As colônias deveriam render lucro para a metrópole mas, para isso, era necessário garantir a produção de bens comercializáveis na Europa, fosse pelo cultivo de produtos desejados, fosse pela exploração de recursos minerais, fosse pelo comércio de outros produtos nativos nos territórios, garantindo que essa produção se revertesse em dividendos para Portugal. Nesse sentido, a missão civilizatória, para Oliveira Martins, precisava também



incluir vantagens equitativas para a metrópole, já que não bastava ao Estado apenas ficar reduzido ao papel de coletor de impostos sobre produtos manufaturados, vendidos por países mais industrializados (Oliveira Martins, 1920, p.196)

Mais do que promover uma missão humanitária ou proteger as zonas de comércio na África após a abolição da escravatura e do tráfico de escravizados, era preciso possibilitar vantagens concretas para Portugal. O projeto colonial não poderia estar resumido à “*platonica honra de civilisar a Africa*” (p.196). Toda essa situação colocava Portugal em um impasse sobre os destinos da colonização no continente africano e sua responsabilidade sobre isso:

E' licito perguntar, pois, se vale a pena fazer sacrificios; se não será malbaratar os escassos recursos da metropole, o applical-os em assegurar e fomentar o commercio das nações manufactureiras com as tribus negras, Mas esta pergunta, cuja resposta foi facil de dar para as colonias do Oriente, exige estudo mais demorado ao tratar-se de Africa. Além não há futuro possível, aqui há um presente duvidoso – o futuro é um problema. Da solução d'elle depende a resposta, e o seu estudo é a materia em que vamos entrar. Da solução d'elle, dizemos, depende a decisão de tomarmos com seriedade, ou de não tomarmos sobre nós, a empresa colonial. (Oliveira Martins, 1920, 197-8)

Como método para a gestão do território colonial, tendo como exemplos contextos de outras colônias europeias onde esses projetos aparentavam ter êxito, Oliveira Martins vai propor alguns modelos de colônias. Cada uma dessas categorias seria uma espécie de avanço em relação à anterior, sendo necessário evoluir de um tipo de colônia para a outra a partir do desenvolvimento e ampliação das mesmas. As primeiras eram as feitorias, que seriam colônias comerciais, geralmente pequenos pontos na costa, ou mesmo no interior, ocupados militarmente, onde se buscava entre a população nativa produtos para serem trocados por manufaturas produzidas nas metrópoles, transportados através do comércio marítimo. O segundo tipo era o das fazendas, voltadas para a produção de insumos agrícolas destinadas à exportação, tais como: café, cana, cravo, pimenta, dentre outros – ou para a exploração de recursos minerais. Nos dois primeiros modelos a migração massiva de colonos era dispensável para pôr os projetos em prática, podendo ser efetivadas a partir da exploração da mão de obra local, através de regimes de trabalho forçado ou assalariado. Por último, as colônias propriamente ditas, que se formavam a partir da fixação de uma população de colonos europeus, que produziriam no território mercadorias para serem exportação e para consumo local pois a autossuficiência seria um marcador de sucesso desse modelo de empreendimento (Oliveira Martins, 1920, 201-10).

O Brasil, usado frequentemente como símbolo de uma colonização exitosa por parte de Portugal, teria evoluído de uma colônia para um país. Nesse trecho ele cita alguns exemplos de categorias menores de colônias que adquiriram um status superior ao longo do tempo:

Assim, como não é raro vêr uma *feitoria* transformar-se em *fazenda*, tampouco o é vêr uma *fazenda* transformar-se em colônia. Foi o que aconteceu no Brazil (do norte) e no Rio-da-prata, duas nações hoje, que porém continuam a ser colonizadas pela emigração de portugueses, italianos e hespanhoes. Assim aconteceu na California e na Australia, que foram *fazendas* mineiras, e são hoje colonias propriamente ditas. Assim em curta escala está succedendo para nós em Cabo-Verde, que foi *fazenda* de assucar, que ainda em parte o é, sendo já ao mesmo tempo *habitat* de uma população fixa, como a das outras ilhas portuguezas do Atlantico europeu. (Oliveira Martins, 1920, p.208)

Oliveira Martins via na ingerência europeia sobre o continente africano uma forma de conseguir lucro para a metrópole e reposicionar o país em um patamar de destaque no mundo. Para isso, qualquer projeto de colonização precisaria promover uma balança comercial favorável para a metrópole. O lucro era o objetivo maior desse projeto, o que faz com que a tese de que o colonialismo seria uma missão para promover a civilização europeia para o resto do mundo, fosse posta em questão. Para ele, os investimento em capital, recursos e mão de obra teriam apenas o propósito de multiplicar o lucro. A atuação estrangeira sobre os territórios coloniais deveria fazer com que esses espaços pudessem se tornar produtivos e passíveis de se extrair recursos deles através da exploração de mão de obra local e barata:

O que é absolutamente indispensavel para todas as *fazendas*, metropolitanas ou ultramarinas, é o capital. E' mister dissecar os pantanos, navegar os rios, abrir as estradas, construir os armazens e obter os braços, ferramenta humana do trabalho. Outr'ora a escravidão supria isso, e o capital consolidava-se no preço dos negros. Hoje consolida-se nos adiantamentos e salarios dos immigrants, negros ou chinezes contractados para os territórios despovoados. Nas regiões habitadas por povos indigenas, susceptiveis da submissão rudimentar da civilisação, o capital intervem sob uma fórmula, só aparentemente diversa. A força e não o contracto é uma expressão activa; e as guarnições com que, na India, os inglezes, em Java os hollandezes, mantêm submissos os regulos indigenas que fazem trabalhar mais ou menos servilmente as populações, correspondem economicamente ao preço do escravo, ou ao salario do colono contractado. (Oliveira Martins, 1920, 205)

A segmentação das categorias de colonização em fazendas, feitorias e colônias também cumpria o propósito de estabelecer quais países poderiam promover cada tipo de

projeto. À Portugal, que não era desenvolvido industrialmente, não se recomendava que adotasse o modelo de colônias de ocupação por conta dos escassos recursos e da falta de pessoas dispostas a tal. Outro fator para a não adoção desse modelo era o temor em relação às regiões denominadas de insalubres. A ação do clima e dos ares nas zonas tropicais fazia com que o projeto de colonização, com ocupação por colonos, fosse considerada arriscada aos corpos acostumados habitar lugares mais frios. Essa seria uma condição natural segundo o entendimento de que havia limites adaptativos em cada tipo racial, e não parecia possível transpor essa barreira:

As *colônias* propriamente ditas não demandam nem capital, nem manufacturas: provem apenas de um facto: a exuberancia de população na metropole, a immigração consequente, e adaptação do clima ultramarino ao temperamento da raça imigrante. Podem até prescindir do dominio nacional político, como vemos nas colonias allemans do Brazil e dos Estados-Unidos, nas francezas do Canadá, nas hollandezas do Cabo, hoje sob o imperio britannico.

São a consequencia de um facto natural, e não uma criação economico-social como as *feitorias* e *fazendas*. Dependem por isso de condições fataes que não é dado ao homem crear ou destruir, e procedem espontaneamente lançando as raizes de nações vindouras. O clima é a principal condição da sua existencia: assim, todas ou quase todas apparecem ao sul do tropico, da mesma forma que as *fazendas* occupam a região tropical, e ao passo que as *feitorias* se espalham em todas as latitudes, como relativamente independentes que são do clima. (Oliveira Martins, 1920, p.206)

Mais do que atividades lucrativas propriamente ditas, as colônias de povoamento também cumpriam o papel de dispersar a raça branca. Nesse sentido, esse formato de colonização poderia ser considerado como superior, a partir da perspectiva humanitária defendida pelos teóricos do assunto. É preciso salientar que, segundo seus argumentos, as limitações do clima e do ambiente não permitiriam que qualquer lugar viesse a se tornar uma colônia de povoamento. Havia, também, outros fatores a serem levados em conta, tais como a existência de povos racialmente diversos habitando os territórios almejados. Nesse caso, o desenvolvimento de projetos desse tipo demandaria um intervalo muito maior de tempo, quando seria possível promover o desaparecimento das raças consideradas inferiores, dando lugar a tipos descendentes do indo-europeu e adaptados ao lugar:

Se os lucros do commercio nas *feitorias*, e o rendimento liquido de explorações privilegiadas (minas, culturas exoticas) nas *fazendas*, enriquecem rapidamente os negociantes ou os fazendeiros que no fim da vida regressam á metropole, enriquecendo-a ella com seus haveres: das

*colonias* onde a população se fixa, não se dá nem o regresso dos colonos, nem o das suas fortunas. Por isso, n'um ponto de vista humanitario as colonias propriamente ditas têm um valor incomparavelmente superior. Não são instrumento de riqueza apenas, são focos de dispersão da raça branca sobre todos os continente e ilhas do globo. E passos dados no sentido da sua total conquista para a civilização-typo dos indo-europeus. (Oliveira Martins, 1920, p.208-9)

A perspectiva de Oliveira Martins em relação à colonização do continente africano era bem mais pessimista do que a de outros autores. O trânsito pelos espaços do continente e o estabelecimento de colônias de povoamento parecia ser uma tarefa bem mais custosa do que faziam parecer autores como Manuel Ferreira Ribeiro, por exemplo. Enquanto esse último propunha uma série de protocolos para a adaptação dos colonos, o que era chamado de “aclimação”, tendo os médicos tropicais um lugar central nesse projeto, Oliveira Martins enxergava essas propostas como um desperdício de dinheiro e de mão de obra. Em relação a outros países com maior nível de industrialização, Portugal também se encontrava em desvantagem, não produzindo manufaturas suficientes para serem comercializadas vantajosamente no novo mercado consumidor a ser aberto pela colonização. Também tinha a consciência de que faltavam recursos de todo tipo para a efetivação desse empreendimento. Isso fundamenta sua tese de que a adoção do modelo de colonização de fazendas, como etapa inicial, seria o melhor caminho para a conjuntura de Portugal na Europa no século XIX:

Vencidos, pois, pelo facto da Africa portugueza não ser uma ilha como são Cuba ou Java, e pelo facto de não termos manufacturas para vender aos indigenas; perdido o futuro commercial, e limitadas as nossas ambições aos territórios effectivamente occupados e submettidos pelas nossas guarnições presidiarias: resta-nos saber se nós poderemos fazer das Africas o que fizemos do Brazil do Norte: uma colonias-fazenda, um centro de producção agricola. Pouco importará então que haja ou não feitorias francas, na costa ou nos valles dos rios, que os pretos comprem os algodões de Manchester, furtando-se a pagar-nos direitos; que todos vão e venham por toda a parte, negociando, trocando, vendendo, livremente. Melhor será até que assim seja, por quanto menos valer a *peça*, mais valerão o café e o assucar e o algodão dos nossos fazendeiros. A região litoral de Angola seria assim apenas subsidiaria da verdadeira região colonial – a alpestre, a interior, a agricola. E desde que os productos indigenas não fossem já os dos sertões interiores, mas sim os das *fazendas* portuguezas, os portos teriam seguro um trafego proprio, e não dependente da direcção preferidas pelas *quibucas* dos negros. Se é possível fazer-se de Angola e de Moçambique duas colonias *fazendas*, a Africa será para nós outro Brazil. (Oliveira Martins, 1920, p.217-8)

Para lograr êxito, eram necessários braços que promovessem a infraestrutura básica que tornaria possível o desenvolvimento das fazendas e redes de transporte e comércio dos bens produzidos. Na ausência de mão de obra europeia disponível, ou por achar que o sacrifício europeu para tarefas como essa não valia o esforço, Oliveira Martins propunha a exploração da força de trabalho local. Essa perspectiva descentralizava a proposta de aclimatação enquanto fator de sucesso para o empreendimento colonial, creditando ele à extração do trabalho das populações locais:

Nós sabemos que, nem a produção fabril, nem a emigração numerosa, nem o poder naval, nem um clima particularmente benigno, são necessários para o conseguir. Não o foram no Brasil, nem o são em parte alguma. O indispensável é o capital abundante para desbravar o chão, para instalar as plantações, para abrir os caminhos, e baratear o custo da protecção. O indispensável é a abundancia d'esse instrumento de trabalho chamado homem, e por isso as *fazendas* só prosperam á custa da exploração mais ou menos brutal dos braços indigenas. (Oliveira Martins, 1920, p. 218)

As populações africanas eram vistas, nesse contexto, como meros instrumentos para alcançar um fim, que seria a obtenção de lucro a partir do empreendimento colonial. Essa forma de exploração teria como consequência a promoção do desaparecimento dessas populações, assim como no Brasil, já que os povos africanos no contexto da colonização eram comparados com os índios americanos, que resistiam muito mais ao trabalho, e, na visão de Oliveira Martins, foram extintos ou incorporados à raça branca (Oliveira Martins, 1920 p.220). Por isso, era necessário promover a exploração dessa mão de obra enquanto houvesse tempo para isso. O dilema era como isso deveria ser feito no contexto de abolição da escravidão, e se os negros conseguiriam se adaptar ao regime de assalariados, ou se deveriam ser forçados a trabalhar.

A manutenção das hierarquias entre brancos e negros, nesse contexto, supria a demanda de exploração dos segundos pelos primeiros. Assumir a possibilidade de integração das populações negras à civilização e às relações de trabalho europeias seria declarar falência do sistema colonial, e era algo entendido por Oliveira Martins como mera demagogia, ou algo impossível de acontecer.

O projeto de colonização da África portuguesa não poderia ser financiado apenas pelo Estado. Era preciso também de investimento particular, e não existiam na metrópole muitos capitalistas com espírito empreendedor e dispostos a investir em projetos longínquos e duvidosos; o contingente de pessoas dispostas a emigrar era formado por camponeses, proletários rurais, da região do Açores e do Minho, em sua maioria absoluta analfabetos, que

não possuíam recursos próprios, sequer para as ferramentas agrícolas, menos ainda para pagar as passagens e sua instalação nas terras africanas. Isso não favorecia o desenvolvimento das colônias do tipo fazenda, que demandavam braços e recursos. Além disso, as pessoas que ocupavam os cargos da administração colonial também não se portavam de acordo com o que se esperava das autoridades nas posições de poder. Várias denúncias de corrupção e má gestão tornavam o projeto colonial quase caricato, e os territórios das colônias eram vistos como lugares abandonados por gestores irresponsáveis e corruptos. Esse tipo de comportamento afastava possíveis emigrantes e até a mão de obra local (Oliveira Martins, 1920 p. 224-30).

Colonizar os territórios da África portuguesa era possível, segundo Oliveira Martins, entretanto havia uma infinidade de problemas a serem superados para a boa execução desse projeto. Enquanto outros autores como Manuel Ferreira Ribeiro viam diversas possibilidades para a exploração, desde que se pudesse contornar as adversidades apresentadas pelo meio ambiente, com a aclimação dos colonos europeus, estabelecida com base científica, Oliveira Martins, apontava como um dos principais obstáculos justamente a falta de mão de obra, além de recursos financeiros para a concretização de projetos de ocupação e colonização, ou até mesmo para a promoção do que denomina *fazendas*:

Como so ha de pois, esperar a criação e o desenvolvimento de fazendas, quando, a nosso vêr, faltam os elementos essenciaes d'essa especie de estabelecimentos? Faltam os braços permanentes, os emigrantes com capital, falta dinheiro ao thesouro, falta a tradição administrativa colonial e empregados e tropa adestrados para a gerencia e guarda do que poderiam ser novos Brazis do norte. (Oliveira Martins, 1920, p.231)

A rígida perspectiva do evolucionismo biológico adotada por Oliveira Martins rechaçava completamente a tese da colonização humanitária e desconsiderava a possibilidade de que as raças humanas pudessem ser civilizadas e atingir o mesmo patamar cultural e social de que gozavam os europeus. A missão civilizacional presente nos discursos de outros autores como justificativa para o empreendimento colonial, para ele, era apenas um entrave para a efetivação desse projeto pois considerava essas ideias como uma “chimera liberal” (Oliveira Martins, 1920, p.237). Segundo ele, a situação de Portugal em relação à Europa e ao colonialismo não permitiria esse tipo de ação. Melhor seria reconhecer as limitações do país e executar um plano de colonização pautado em métodos realistas e eficazes, desde que levados a sério pelas pessoas que o colocariam em prática, como o modelo das colônias-fazenda. Nesse sentido, os ideais de liberdade e humanidade representariam mais um problema:

Por ventura, a franqueza com que estas cousas são ditas, magoará muitos ouvidos educados pelas notas ingenuas ou hypocritas da idolatria do nosso seculo. Com a liberdade, com a humanidade, jamais se fizeram colonias fazendas. (Oliveira Martins, 1920, p.234)

Vale ressaltar que o humanismo colonial era apenas uma narrativa que legitimou a ingerência das potencias europeias sobre as colônias africanas, mas que não se reverteu em uma política de inserção das populações nativas ao universo da dita civilização ocidental, e só possibilitou a exploração desses povos em detrimento do lucro resultante da colonização (ZAMPARONI, 2007, p. 45-63). Esses discursos foram criados com o principal objetivo de criar um “outro” enquanto antítese da civilização europeia: selvagem, sujo, doente, sem inteligência, dentre outros, e desta forma, submeter esses povos ao seu jugo. E nem nos termos de uma concepção de racismo científico, a “missão civilizatória” se reverteu em algo mais do que a divisão, exploração e subjugação de povos do continente africano pelos países colonizadores europeus.

Além disso, a tese de que nas regiões tropicais era impossível se desenvolver colônias de povoamento que poderiam se tornar países nos moldes europeus a partir da expansão do sangue indo-europeu, como o sul do Brasil, os Estados Unidos e o Canadá fazia com que o único modelo de colônia possível para o contexto da África Portuguesa fosse o das fazendas. E, com essas limitações, só determinados tipos raciais europeus conseguiriam se adaptar:

Antes de responder a estes quesitos que demandam um estudo especial da emigração portugueza, lembre-se o leitor que todas as colonias do terceiro typo, ou agricolas, estão a sul ou norte dos tropicos; de que as Africas portuguezas são tropicaes: de que n'esta zona inter-tropical só vingaram as colonias fazendas; e de que só por essa forma se conseguiu – onde se conseguiu – acclimatar, mais ou menos bem, as raças meridionaes europeas, jámais as do norte. (Oliveira Martins, 1920 p.236-7) (220-21 da 1ª ed)

A intransponibilidade do ambiente africano parecia se estender à impossibilidade em converter as raças tidas como inferiores, em civilizadas. Esses argumentos estão completamente interligados, pois segundo esses pressupostos, o que tornara e mantinha os africanos como selvagens e incapazes de se civilizarem, era o clima e o ambiente das regiões tropicais. O trecho abaixo sintetiza o ceticismo e o deboche com que Oliveira Martins tratava a dita “missão civilizatória” que pressupunha uma colonização missionária pautada na transmissão de valores cristãos e pela educação dos povos africanos:

A ideia de uma colonização agricola pela emigração portugueza livre é, por muitos motivos (adiante estudados) uma chimera *liberal*. Mas, acodem os

novos filantropos que repetem de ouvido as opiniões bíblicas dos judeus-ingleses com a mira nas fabricas de Manchester; mas, se a acclimatação e outras causas tornam impraticavel a colonização europêa, o futuro da Africa, de toda a Africa, é a grande, a vindoura e esplendida civilização preta! Apostolos e missionarios da idéa nova e negra, colloquemo-nos ao lado dos ingleses, chamemos o preto á escola, baptisemol-o, moldemol-o á europêa, e a Africa será grande... e Angola e Moçambique o quê? O mercado dos algodões ingleses, com que vestirão as suas vergonhas os pretos civilisados. (Oliveira Martins, 1920 p. 237-8) (p.221 da 1ª ed)

### 3.4 Emigração: fluxos e trânsitos

Ao analisar o fluxo de pessoas que emigram de Portugal para outros países, sendo o Brasil o principal destino, Oliveira Martins se opunha a proposta de que tal fluxo deveria ser direcionado para a África portuguesa, para promover o empreendimento colonial. Segundo ele, a antiga colônia nas Américas, mesmo independente, ainda era um destino bastante lucrativo para os portugueses, além disso, as particularidades da colonização africana fariam com que essa mão de obra fosse subutilizada, e terminaria por realizar tarefas que poderiam ser executadas pela exploração da mão-de-obra negra que abundava. Seria, portanto, um desperdício de dinheiro e trabalhadores europeus, além de pôr em risco a saúde desses colonos ao permitir que eles se aventurassem em territórios considerados insalubres (Oliveira Martins, 1920, p.239).

Em correspondência enviada para investidores de um projeto de colônia na região do Zaire, que almejava trazer um fluxo de emigrantes pobres do norte de Portugal para executar essa missão, Oliveira Martins, que na época fazia parte da Sociedade de Geographia Commercial do Porto tentou convencê-los – com autodeclarado êxito – a desistir desse plano.

Não posso deixar de applaudir o pensamento de explorar (permitam-me que usa d'este verbo de preferencia ao de *colonisar*) a Africa occidental, uma vez que nós não sabemos como explorar a metrópole e deixamos no abandono a navegação, muitas industria e acima de todas a pescaria. Desde que para um emprego publico há um centro de pretendentes, é evidente que falta occupação para a mocidade portugueza, filha da classe media. E sem duvida alguma é preferivel que esses moços vão ser fazendeiros em Africa, em vez de serem amanuenses, alferes ou continuos nas secretarias do Estado. Não basta porém *ir* para *Africa*, e eis ahi o motivo porque eu preferi o verbo *explorar* ao *colonisar*. Colonise-se um território deserto com a Australia ou as vastidões da América do norte, ou os sertões do Brazil; não se colonizam regiões onde a população abunda e até, segundo alguns querem, cresce. Por isso eu considero com a mais perigosa das chimeras a idéa de desviar para Africa a nossa emigração de minhotos, açorianos e madeirenses, proletarios trabalhadores ruraes que hoje vão em demanda de paizes onde os braços



faltam, e que em Africa se veriam reduzidos a trabalhar em concorrência com a raça negra no regime de uma escravidão mal disfarçada. (Oliveira Martins, 1920, p.240)

Figura 8 - Estatísticas da emigração portuguesa

<b>(1) Estatística da emigração portuguesa</b>		
	<b>1.º periodo</b>	<b>2.º periodo</b>
	<b>(1866-71)</b>	<b>(1870-4)</b>
Emigração total do continente e ilhas .....	49:131	76:965
Média annual.....	8:584	15:393
Com destino ao Brazil.....	7:028	13:380
Id. á Guiana, Estados-Unidos, etc.....	1:556	2:013
Procedente das ilhas.....	2:344	3:820
Repatriação: do Brazil.....	2:240	3:718
de outros pontos.	928	780
Desfalque liquido da população	4:456	10:895
<b>Por seu lado as estatísticas brasileiras accusam :</b>		
	<b>(1855-63)</b>	<b>(1864-73)</b>
	<b>(em todo o imp.)</b>	<b>(no Rio de Janeiro)</b>
Immigração total de portugueses.....	71:499	66:258
Regresso total.....	35:034	32:132
Saldo.....	36:465	34:126
Média annual dos dois periodos.	3:922	

Fonte: acervo pessoal

Nota-se que o uso do termo “explorar” em detrimento de “colonizar” obedece a lógica argumentativa do autor, que vê nas colônias um modelo bastante específico de empreendimento, e resultado de uma ingerência e de um conhecimento muito maior do território do que a simples exploração de recursos:

Também parece ser uma defesa da manutenção entre as hierarquias de raça, evitando que os emigrantes acabem por executar tarefas que podiam ser realizadas pelos negros nativos, que representavam a imensa maioria entre a população das colônias. A defesa da colonização na África precisava ser feita, segundo ele, por homens com robustez e inteligência para contratar e administrar o trabalho dos negros nas fazendas, que constituíam a mão de obra abundante e adaptada ao ambiente. Além disso, todos os outros modelos de colonização propostos por ele não se enquadravam na realidade das colônias portuguesas,

havendo pouco ou nenhuma possibilidade de promover de imediato feitorias ou colônias de povoamento.

E' por isso que eu não sacrificaria a decima parte de um ceitel pela posse do Zaire, zona inhospita, onde apenas poder existir feitorias commercias n'um regime de liberdade internacional. A terra com a gente que a habita é porém nossa no centro e sul de Angola, e terra e gente devemos aproveitá-las ambas ganhando para nós o enorme rendimento liquido que produzem as culturas tropicaes, feitas pelo braço robusto e barato do negro. (Oliveira Martins, 1920, p.241)

A todo esse panorama demonstrado se somava a ausência de um projeto para a boa execução do empreendimento colonial. Oliveira Martins advogava que não era necessário apenas ter gente disposta a emigrar para os territórios da África portuguesa, mas de existir um método eficaz, de modo a garantir a estabilidade e segurança das pessoas para cumprir essa missão. Era preciso métodos bem definidos, e um sistema de normalização, administração e vigilância dos sujeitos, para coibir casos de corrupção, negligência e má gestão. A imagem do colonizador normalizado, correto, disposto a empreender e enriquecer a si e a metrópole através da exploração do território e dos nativos africanos, quando posta à prova, não só se destruía, mas também quebrava o jogo de espelhos que dependia da construção de uma imagem dos africanos enquanto seu oposto selvagem e incivilizável.

E, caso se desconsiderasse tudo o que ele diagnosticou a partir da análise da conjuntura da posição de Portugal em relação aos outros países europeus e ao colonialismo no continente africano; sobre a falta de mão de obra e investimento; sobre a desorganização e corrupção da administração colonial, restava o clima: um obstáculo chave para o não envio de colonos de forma massiva para a África portuguesa:

Não vae, porém, essa capacidade até ao ponto de fazer de um clima mortifero um bom destino da emigração colonisadora. Pouco importa que em certos pontos elevados, varridos de ar, no interior, no Bihé ou em Huila, o clima seja relativamente bom. Jámais os colonos poderiam cindir do litoral, da estrada maritima para o trafego commercial, consequencia do agricola. E' mais do que um erro, é um crime, allegar, contra todos os dados da experiencia, a belleza do clima africano e induzir a emigração, que é ignorante, a caminhar para um cemiterio. Seria necessario que a Africa tropical passase por uma revolução geologica; que a facha de costas inhospitas se levantasse, as suas lagoas mortiferas se seccassem ao norte, e ao sul a vegetação baixasse a temperar os aeaes seccos do litoral – para que os colonos europeus pudessem fixar-se e propagar. (Oliveira Martins, 1920, p.247-9)

Em Portugal, as obras de infraestrutura eram executadas por trabalhadores do interior e imigrantes de outros países (Oliveira Martins, 1920, p.250) e as atividades essenciais, que eram por ele vistas como mais importantes para o país, como o comércio marítimo, a pesca e a agricultura na própria metrópole, eram subaproveitadas. O trabalho em obras públicas era espaçado, gerando instabilidade para os que não conseguiam estar sempre trabalhando, e o cultivo das propriedades rurais não conseguia absorver tanta mão de obra. Por causa disso, havia um déficit anual na população por conta das emigrações, principalmente para o Brasil, que era o principal destino desse excedente de trabalhadores, pois era imaginado como um lugar para obtenção e acúmulo de fortunas (Oliveira Martins, 1920, p.252), embora a imaginação não correspondia à realidade e a dos emigrantes acabavam por se amontoar em cortiços, e padecer dos efeitos da pobreza e das doenças geradas por um ambiente que também era considerado hostil para os corpos europeus. Muitos não conseguiam enriquecer e tinham que aceitar executar trabalhos em condições muito semelhantes à dos negros livres e escravizados. E essa convivência com indivíduos inferiores era considerada problemática. O romance *O Cortiço*, de Aloisio de Azevedo, lançado em 1890, ilustra um pouco das condições em que as pessoas viviam nesses espaços.

O Brasil, ora utilizado como referencial de sucesso, também trazia percalços para o desenvolvimento de Portugal. A demanda por imigrantes se confrontava com o problema dos vícios morais adquiridos por lá a partir do convívio nos cortiços com os escravizados e os povos locais. O valor do dinheiro levado para Portugal a partir de atividades na antiga colônia teria um custo muito alto: o de desvirtuar a nação com práticas aprendidas pelo contato com povos considerados como portadores naturais de vícios, crimes e doenças. Nesse caso, o melhor lugar para se desenvolver atividades lucrativas e direcionar essa força de trabalho ainda seria a própria metrópole (Oliveira Martins, 1920, p.253-5).

O que propunha, então, Oliveira Martins em relação ao destino de Portugal no final do século XIX? E que implicações essas decisões tinham sobre as colônias no continente africano? O autor defendia que se dedicasse recursos e mão de obra para o desenvolvimento da infraestrutura da metrópole, que estava muito atrás de outros países europeus no que se referia à industrialização. Se não fosse possível que isso acontecesse, o melhor caminho para o excedente populacional ainda era o da antiga colônia, que não devia ter a sua atenção trocada por aventuras desorganizadas na África (Oliveira Martins, 1920, p.256-7). Em relação às colônias no continente africano, o autor vai dedicar um capítulo inteiro – “A exploração do

continente africano” – para advogar por uma colonização que se concentrasse na exploração da abundante força de trabalho nativo, estabelecendo as condições de possibilidade para isso. Também era necessário levar em conta as questões referentes ao clima e às raças que habitavam os territórios, em vez da massiva emigração europeia para o território considerado como hostil:

Mas o futuro da África – acodem agora os apóstolos negrophilos - não está no branco, está no preto. Nós que imperamos nas duas costas, podemos avassallar meio continente, missionar, educar, precedendo os ingleses da obra gloriosa da civilização indígena. (Oliveira Martins, 1920, p.257)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira coisa que deve ser levada em consideração sobre as teorias do racismo científico é que por mais discordâncias que apresentem entre si, elas nunca se anulavam. O *A Província de São Thomé e Príncipe...*, principal livro de Manuel Ferreira Ribeiro, analisado aqui, está citado entre as referências bibliográficas de “O Brasil e as colônias portuguesas” de Oliveira Martins. Os discursos construídos pelos dois autores não eram, nem nunca pretenderam ser, necessariamente, uma oposição de conceito. As divergências estavam relacionadas, principalmente, aos vícios de formação e dos lugares de onde eles construíram suas respectivas produções intelectuais.

Apesar dos dois terem advogado por uma atuação do império português no continente africano, mobilizando termos semelhantes, mas entendidos de forma diferente, também vinham de lugares distintos a partir dos quais foram pensados os projetos de colonização. Um era um médico prolixo, mas não notório o suficiente para compor o panteão dos grandes nomes da teoria colonial portuguesa; e o outro era historiador e membro da Sociedade de Geografia Comercial do Porto e a de Lisboa. Enquanto Ribeiro via a glória da colonização materializada a partir da sua própria atuação enquanto médico e na garantia de que os colonos iriam manter a saúde preservada nos ambientes por onde transitou, Oliveira Martins era um investidor que desejava ampliar os seus próprios lucros e da sua classe ao reduzir os custos da missão. Um reivindicava que eram necessários mais esforços, investimento em ciência e estímulos para que as pessoas pudessem emigrar para colonizar o continente, enquanto o último propunha uma abordagem mais discreta e menos dispendiosa para a metrópole, calculando todos os custos, humanos e financeiros, para promover esses projetos.

Os métodos, teorias e propostas com o embasamento científico típico do século XIX foram “argumentos” que sustentaram as potências do mundo ocidental à considerar possível repartir territórios entre si, ou seja, ocupar militarmente, explorar a população, determinar quais indivíduos ou grupos são passíveis de serem mortos ou não (FOUCAULT, 2010; MBEMBE, 2018). Enquanto ferramentas de legitimação de um projeto, o conteúdo das obras de ambos pode ser comparado ao de afluentes de um rio que convergiram e ampliaram a vazão do fluxo de violência, exploração e morte que veio a ser o colonialismo.

Mesmo que os conceitos de aclimatação e salubridade fossem entendidos de maneira diversa, ainda estavam assentados em ideias de raça e em ambos os autores, essas questões determinavam a leitura sobre em relação com o ‘outro’. A visão deles sobre o continente

africano e os seus povos de maneira alguma caminhou para um sentido de reconhecimento das dinâmicas históricas, políticas e sociais daquelas pessoas.

Produziram e retroalimentaram caricaturas nefastas sobre a suposta selvageria e barbárie das populações locais. Isso se estabeleceu pela negação de sua humanidade, reduzidos a meros objetos para estudos científicos; coadjuvantes que apareciam em menções muito específicas, com descrições mais próximas daquelas que se fazia a respeito das florestas, montanhas, rios e animais do que a de seres humanos ou em interpretações completamente mergulhadas no mais deletério racismo científico do século XIX, que incluíam descrições craniométricas dos povos, comparação deles com espécies animais, criação de categorias de sub-humanos e toda sorte de construções desumanizantes e violentas.

Nas quase 800 páginas de texto de Manuel Ferreira Ribeiro quase não se fala dos povos africanos e quando o faz surgem apenas como uma espécie diferente daquela dos europeus e como oposição à civilização que esses últimos representavam. Oliveira Martins trata muito mais das populações africanas, orientado pelo racismo científico de autores como Darwin, Paul Broca, Cuvier, Spencer e outros, que desenvolveram diversos métodos, classificações e hierarquias que inferiorizavam, dentre outras, as populações africanas.

Talvez a questão onde a compreensão dos dois autores a respeito do mesmo conceito seja mais divergente tenha sido sobre a possibilidade de aclimação dos corpos europeus às regiões tropicais africanas. Isso determinaria o entendimento de ambos sobre o formato e estrutura do projeto colonial. Nessa divergência se sustentam os diferentes planos de colonização propostos por eles.

De um lado, Manuel Ferreira Ribeiro era otimista de que a ciência poderia contornar as dificuldades impostas pelo ambiente nos territórios da “África portuguesa”, por entender o processo de migração e adaptação de colonos para os territórios a serem explorados como uma possibilidade real, por outro Oliveira Martins afirmava que as limitações impostas pelo ambiente eram intransponíveis, ou só poderiam ser efetivadas segundo uma lógica de longuíssima duração e, portanto, em curto prazo, a emigração de portugueses e europeus para o empreendimento colonial na África se converteria em uma marcha para a morte.

Para Ribeiro, o papel da medicina tropical e dos cientistas era fundamental para a execução do projeto colonial; seriam uma espécie de guardiões da saúde dos colonos. Oliveira Martins só via no continente africano uma barreira quase insuperável, desconsiderando qualquer avanço médico no sentido de reduzir o risco de viver no ambiente delimitado pelos trópicos.

Outra divergência estava na possibilidade de se civilizar os povos que viviam no continente africano. Para Oliveira Martins a civilização das raças negras era vista como uma “chimera”. Para ele, o clima e as raças impunham limitações intransponíveis que se retroalimentavam, o que resultaria em um provável desaparecimento dos grupos raciais africanos em um longo prazo. Manuel Ferreira Ribeiro, por sua vez, parecia ser orientado por uma lógica missionária, segundo a qual era papel dos povos civilizados levar o progresso para as raças consideradas inferiores, como se fosse preciso salvar os africanos deles mesmos. A superioridade da civilização europeia se construiria por essa difusão de um modo de vida, no momento em que a natureza selvagem era contornada, e os povos extra europeus fossem adaptados e se tornariam integrantes do mundo civilizado. Oliveira Martins via qualquer ideia de missionarismo como pura demagogia, tendo sido bastante cético e objetivo sobre o abandono de qualquer intuito civilizatório para as colônias.

Para Manuel Ferreira Ribeiro, a escravidão era uma questão inerente à raça negra, e que cabia aos europeus resolver esse problema – e essa foi uma questão apresentada pelo autor como justificativa para a missão civilizatória europeia. Oliveira Martins tinha uma perspectiva utilitária sobre o assunto. O entendimento da “incivilização” dos povos africanos o fazia ser cético sobre as teses civilizatórias apresentadas para justificar o fardo do homem branco. Em alguns momentos ele quase lamentava pelo fim escravatura, sustentando que seu sucedâneo, o trabalho forçado, seria a única via para a concretização o projeto colonial. Na gestão das populações negras enquanto força de trabalho e mercado consumidor residia possível o sucesso do colonialismo.

Enquanto Ribeiro acreditava que Portugal tinha direitos sobre territórios muito maiores do continente africano por razões históricas, inclusive tendo reivindicado o domínio de regiões que já estavam sendo controladas pela França, por exemplo, Oliveira Martins tinha consciência de que não havia nem recursos, nem mão de obra suficiente, para a promoção de uma migração massiva de portugueses. Nesse sentido, advogava pela otimização da exploração em um território, destacando a região de Angola como espaço de interesse principal, e assim promover algum projeto colonial no contexto possível para Portugal que vivia na baixa industrialização, pouca força de trabalho interessada, pressão internacional, etc.

À medida que o colonialismo português no continente africano avançava, diante de uma conjuntura onde faltavam recursos e mão de obra para o projeto de ocupação colonial, é possível dizer que o formato de colonização adotado por Portugal tendeu a seguir as orientações propostas por Oliveira Martins. Isso se deve a diversas questões conjunturais

supracitadas, além da maior influência do autor no debate público que envolvia a intelectualidade científica e política do fim do século XIX. O que aconteceu nas colônias portuguesas de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau foi uma ocupação com um número reduzido de militares, funcionários e colonos, que exploravam esses territórios a partir da criação de sistemas de trabalho forçado, além da exploração de recursos naturais. Isso também aconteceu com o auxílio de instituições privadas que contratavam trabalhadores por preços muito baixos e formavam uma espécie de parceria público-privada com o império português.

No entanto, também existiram iniciativas de ocupação desses territórios que foram pautadas nos projetos de ocupação de colonos propostas por Manuel Ferreira Ribeiro. Angola foi um bom exemplo de um lugar onde se constituiu diversas colônias de povoamento, construídas a partir de orientações que buscavam diminuir o impacto dos ares, das temperaturas e dos vícios morais presentes nas populações locais. Isso também aconteceu em Moçambique, por exemplo. Para além desses exemplos, também podemos supor que o trabalho intelectual desse autor possa ter influenciado a divisão espacial dos territórios onde viviam a população branca e os nativos, assim como os abismos na distribuição de recursos para cuidados dos nativos e dos colonos. Além de políticas de saúde que buscavam separar as pessoas, de modo a diminuir os riscos aos colonos, deixando que as populações locais ficassem desassistidas pelos serviços médicos ocidentais.

A ideia de que as raças possuíam características e níveis de desenvolvimento diferentes, se articulava com o entendimento de que as zonas climáticas tinham um papel fundamental para essas diferenças. Políticas de separação espacial das pessoas baseadas nessa compreensão tiveram lugar em diversas partes do continente africano. Essa gestão e ordenamento da diferença racial, que tem o exemplo mais notável o das políticas de *apartheid* promovida pelo império britânico na África do Sul, também estavam amparadas nas noções de aclimação e salubridade mobilizadas pelos dois autores portugueses.

Por fim, é preciso dizer que o volume de publicações, a dedicação de tempo e atenção à questão da aclimação, o reconhecimento da impossibilidade de uma emigração massiva e do estabelecimento de colônias de povoamento sinaliza o paradoxo que o projeto colonial pautado na hierarquização das raças representou. Um direcionamento possível para a continuidade desse trabalho é o de tentar estabelecer uma relação de genealogia entre os textos aqui investigados e produções que buscaram amenizar a violência colonial produzida pelos portugueses em territórios africanos – ou como os discursos aqui analisados foram



aproveitados por teorias, como a do luso tropicalismo, para a naturalização da sanha portuguesa em interferir politicamente em territórios que não lhe diziam respeito. Também pode ser possível demonstrar que existe uma correlação entre os conteúdos aqui apresentados e outros textos e políticas e seguem sem o reconhecimento do seu caráter deletério para a história da humanidade.

Esses são alguns caminhos possíveis para a ampliação dessa pesquisa, mas por hora, nos contentamos em demonstrar o quanto esse conteúdo analisado carecia de robustez teórica, em seus próprios termos. Pelo contrário, continuam sendo uma confissão de ineficácia e de fragilidade. Portanto, daqui até a eternidade, a simples existência desse material vai ser a materialização da ineficácia dessas ideias.

## FONTES

### Fontes primárias

Arquivo Histórico de Angola. **Caixa 2930: Título de Vassalagem**, 1908;

\_\_\_\_\_. **Caixa 4786: Icolo e Bengo**. Códigos de 1871, 1901 e 1914;

\_\_\_\_\_. **Caixa 4786: Código de posturas da Comissão Municipal de Icolo e Bengo**, 1901;

\_\_\_\_\_. **Caixa 4786: Projecto do código de posturas do município de Concelho da Barra do Bengo**, 1871;

\_\_\_\_\_. **Caixa 4786 - Código de posturas da circunscrição civil de Loanda (Icolo e Bengo)**, 1914;

\_\_\_\_\_. **Registros de Licenças, divertimentos públicos, carnaval e editais. Entre os anos de 1874 e 1913**;

\_\_\_\_\_. **Caixa 5056 – Icolo e Bengo, autos de investigação**.

### Livros e relatórios médicos:

CAMACHO, Brito. **A preguiça indígena**. In: ENNES, Antonio. *et al.* Antologia Colonial Portuguesa I – Política e Administração. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1946.

CAPELO, H; IVENS, R. **De Benguela às Terras de Yacca** (1881). Mem Martins: Europa-América, 1996.

\_\_\_\_\_. **De Angola à Contra-Costa**. 2 Vol. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. **Ethnographia e historia tradicional os povos da Lunda**. 4 Vol. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

CONRAD, Joseph. **No Coração das Trevas**. (Trad. José Roberto O'Shea). São Paulo: Hedra, 2008.

GOMES, Henrique de Barros. **Archivos Medico-Coloniaes**. Lisboa: Typographia das Colônias Portuguesas, 1890.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. **Historia da Civilização Iberica**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880

\_\_\_\_\_. **As Raças Humanas e a Civilização Primitiva**. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira – Livraria editora, 1905.

\_\_\_\_\_. **História de Portugal**. Lisboa: Parceria Antonio Maria pereira - Livraria Editora, 1908.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e as colonias portuguezas**. 5ª ed Aumentada. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1920.

RIBEIRO, Manuel Ferreira. **A Província de S. Thomé e Príncipe e suas dependências, ou a salubridade e insalubridade relativa nas Províncias do Brazil, das Colonias de Portugal e de outras nações da Europa.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.

\_\_\_\_\_. **A colonização Luzo-Africana: Zona Occidental** - Dissertação. Lallemand Frères: Imprensa. Lisboa: 1884.

\_\_\_\_\_. **Regras e Preceitos de Hygiene colonial ou Conselhos praticos aos colonos e emigrantes que se destinam ás nossas colonias no ultramar.** Lisboa, Typographia de Christovão A. Rodrigues, 1890.

\_\_\_\_\_. **Princípios Elementares de Hygiene colonial, ou máximas, sentenças, dictados e indicações práticas sobre p que mais convém fazer para se conservar a saúde e para melhor resistir em qualquer das colônias portuguesas.** Lisboa: Minerva Avenida, 1890.

\_\_\_\_\_. **Algumas regras de Hygiene individual nas colônias portuguesas.** Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1907.

## REFERÊNCIAS

ACHIENG, Roseline M. **Autochthones Making their Realitier Strange in Order to Better Undertand Them**. *In: Readings in Methodology: African Perspectives*. CODESRIA, Dakar, 2011.

ALMEIDA, Maria Antonia Pires de. **As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918**. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.687-708.

AMARAL, Isabel Maria. **A Medicina Tropical e o Império Português em África: Diálogo entre Política, Ciência e Misticismo**. *In: DIOGO, M. P; AMARAL, I. M. A outra face do Império: Ciência, tecnologia e medicina (sécs. XIX-XX)*. Edições Colibri: Lisboa, 2012.

\_\_\_\_\_. **A doença do sono em África no século XX: quo vadis ambiente?** *In: AMARAL, I. M; BECHIMOL, J. Medicina e ambiente: articulação e desafios no passado, presente e futuro*. Fino traço: Belo Horizonte, 2019.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu Pai: A África na Filosofia da Cultura**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AREIAS, Maria das Dores. **Viagens e Expedições Científicas dos Portugueses ao Continente Africano Durante o Século XIX**. Contributos para o Conhecimento da Geologia Africana. *In: DIOGO, M. P; AMARAL, I. M. A outra face do Império: Ciência, tecnologia e medicina (sécs. XIX-XX)*. Edições Colibri, Lisboa, 2012.

ARNOLD, D.avid **Imperial Medicine and Indigenous Societies**. Manchester: Manchester University Press, 1994.

BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda. **A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios**. Lisboa: Imprensa de Ciências sociais, 2011.

BETTS, Raymond F. **A dominação europeia: métodos e instituições**. *In: BOAHEN, Albert Adu (org). História Geral da África VII: África sob dominação colonial*. 2ª. Brasília: UNESCO, 2010. P. 356-376.

BOAHEN, Albert Adu. **A África diante do desafio colonial**. *In: BOAHEN, A. A. História geral da África VII: África sobre dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-20.

BRUNSCHWING, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Ed da UNESP, 1991.

CANDIDO, Mariana Pinho. **Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola**. *In: SERRÃO, J. V. et al. Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2015. p. 223-234.

CASTELO, Claudia. **O branco do mato de Lisboa: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas**. *In: CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião;*

SILVA, Tereza Cruz e. Os Outros da Colonização: Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012. p.27-50.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Tardo-colonialismo e produção de alteridades** In: CASTELO, C. *et al.* Os Outros da Colonização: Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012. P.19-26.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Cia. da Letras, 1996.

CHATERJEE, Parta. **Colonialismo modernidade e política.** Salvador: EDUFBA/CEAO, 2004.

COELHO, Marcos Vinicius Santos Dias. **O humano, o selvagem e o civilizado: discurso sobre a natureza em Moçambique colonial, 1876-1918.** 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, 2009.

COMAROFF, John & Jean **Medicine, Colonialism and the Black Body.** In: **Ethnography and the Historical Imagination.** Boulder: West View Press, 1992, p. 215-233.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **O ‘combate’ às doenças tropicais na imprensa colonial alemã.** In: **Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, 2013. P.69-91

COSTA, Rui Manuel; VIEIRA, Ismael Cerqueira. **O lugar da medicina tropical nas dissertações da escola médica portuense, 1875-1923.** **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos,** Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014. p.629-639.

CROSBY, A.W. **Ecological Imperialism: The Biological expansion of Europe 900-1900.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. **O Estatuto do Indigenato – Angola – A legalização da discriminação na colonização portuguesa.** Luanda: Chá de Caxinde, 2005.

DAVIS, Mike. **Late Victorian holocausts: El Niño famines and the making of the third world.** London [Inglaterra]; New York: Verso, 2001.

DIARRA, S. **Geografia histórica: Aspectos físicos.** In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África.** ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 345- 366.

DIAS, Jill R. **Uma questão de identidade: Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930.** **Revista Internacional de Estudos Africanos,** Lisboa, n. 1, 1984.

DIOGO, Maria Paula; AMARAL, Isabel Maria. **A outra face do Império: Ciência, tecnologia e medicina (sécs. XIX-XX).** Edições Colibri, Lisboa, 2012.

DIREITO, Barbara. **African access to land in early 20th century Portuguese colonial thought.** In: SERRÃO, J. V *et al.* Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2015.p. 255-266.

DÖPCKE, Wolfgang. **A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra.** **Revista Brasileira de Política Internacional.** 1999. p.77-109

FABIAN, Johanness. **O Tempo e o outro: Como a antropologia estabelece seu objeto.** Petrópolis, Vozes, 2013.

FAGE, J. D. **A evolução da historiografia da África.** In. KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África.** ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-22.

FARRÉ, Albert. **Regime de terras e cultivo de algodão em dois contextos coloniais: Uganda e Moçambique.** In: SERRÃO, J. V. *et al.* **Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires.** Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2015. p. 245-254.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 25ª Ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France, (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987

\_\_\_\_\_. **História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Nascimento da Clínica.** Rio de Janeiro: Forense, 1977.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.** São Paulo, SP: Hucitec, 1996

FREUDENTHAL, Aida. **Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola, 1850-1880.** Luanda: Chá de Caxinde, 2005.

FRY, Peter. O espírito santo contra o feitiço e os espíritos revoltados: “civilização” e “tradição” em Moçambique. *Mana* 6(2), 65-95, 2000.

GAHYVA, Helga da Cunha **A Epopeia da Decadência: Um estudo sobre o Essai sur l'inegalité des races humaines (1853-1855), de Arthur de Gobineau.** *Mana* 17 (3): 501-518, 2012.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues. **O sul de Moçambique e a história da antropologia: os usos e costumes dos bantos, de Henri Junod.** 2006. 175p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

GORDON, Robert. **The rise of the Bushman penis: germans, genitalia and genocide.** *African Studies*, 57, 1, (1998), p. 27-54.

GRANJO, Paulo. **Saúde e doença em Moçambique.** *Saúde e sociedade.* [online]. 2009, vol.18, n.4, p. 567-581.

HAMPATÉ BA, H. **A tradição viva.** In. KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África.** ed. Brasília: UNESCO, 2010. P. 167-212.

HAVIK, Philip J. **Veneráveis representantes da vegetação tropical: médicos, curandeiros e fitoterapias na Guiné-Portuguesa (sécs. XIX-XX).** Atas do Workshop Plantas Medicinais e Fitoterapêuticas nos Trópicos. IICT /CCCM, 29, 30 e 31 de Outubro de 2008 (Lisboa).

HENRIQUES, Isabel Castro. **Colonialismo e História.** Lisboa: CEsa, 2015. P.1-31

\_\_\_\_\_. **Os pilares da diferença: relação Portugal-África, Séculos XV-XX.** Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

\_\_\_\_\_. **O pássaro de mel – estudos de História africana.** Lisboa: Colibri, 2003. p. 157-74.

\_\_\_\_\_. **Percursos da Modernidade em Angola.** Lisboa: IICT, 1997.

HONWANA, Alcinda Manuel. **Espíritos vivos, tradições modernas.** Maputo: Promédia, 2002.

JAPIASSU, Hilton. **A questão da interdisciplinaridade.** In: **Seminário Internacional sobre reestruturação curricular 1.** Anais eletrônicos Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 1994.

KI-ZERBO, Joseph. **Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra.** In: KI-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África.** ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 387-400.

LARA, Silvia H. **Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico.** Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, 2008.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do atlântico revolucionário.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

LOBO, Rita. **O combate à malária em Portugal no século XX.** In: DIOGO, M.P. AMARAL, I. M. **A outra face do Império: Ciência, tecnologia e medicina (sécs. XIX-XX).** Edições Colibri: Lisboa, 2012.

LUBISCO, Nídia M. L; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses.** 6. ed., Salvador, BA: EDUFBA, 2019

MACEDO, José Rivair. **Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval.** **SIGNUM: Revista da ABREM,** São Paulo, v. 3, p. 101-132, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: N-1 edições, 2018.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão negra.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e civilizações.** Tomo I. Tradução: Alfredo Margarido. Salvador: EDUFBA. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

\_\_\_\_\_. **África Negra: História e Civilizações.** Tomo II. Tradução: Manuel Resende. Salvador: EDUFBA. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MENESES, Maria Paula G. **O indígena africano e o colono europeu: a construção da diferença por processos legais.** **Cadernos do CES: identidades, cidadanias e estado: estratégias políticas e governamentalidade.** Coimbra, n. 7, 2009.

MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo: imperialismo, a roedura geopolítica (1885-1908).** 2011. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOUTINHO, Mario C. **O indígena no pensamento colonial português**. Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, 2001.

NGUBANE, Harriet. **Clinical Practice and Organization of Indigenous Healers in South African**. In: FEIERMAN, S; JANZEN, J. M. **The Social basis of health and healing in Africa**. Berkeley, Univ. California Press, 1992, p. 366-375.

OBENGA, T. **Fontes e técnicas específicas da história da África – Panorama geral**. In. KI-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 59-76.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Os Africanos entre representações**. In: OLIVA, A. R. **Lições sobre África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história de África no Mundo Atlântico (1990-2005)**. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2007.

OPOKU, Kofi Asare. *A religião na África durante a época colonial*. In. BOAHEN, A. A. **História geral da África VII: África sobre dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. P. 591-624.

PANTOJA, Selma. **A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898)**.

PEREIRA, Ana Leonor. **Raça e História: Imagens nas décadas finais de oitocentos**. Coimbra: **Revista História das ideias**, 1992.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **As Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

RANGER, Terence; SLACK, Paul. **Epidemics and Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ROQUE, Ana Cristina. **Doença e cura em Moçambique nos relatórios dos serviços de saúde dos finais do século XIX**. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.515-537.

SAMPAIO, Gabriela Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas: UNICAMP,

SANSONE, Livio. **Raça**. In: SANSONE, L; Furtado, C. A. **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. p.393-412.

SAWASANA, Davemonie. **Labour exploitation and the question of land rights in colonial Malawi (Nyasaland)**. In: SERRÃO, J. V. *et al.* **Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires**. Lisboa: CEHC, ISCTE-IUL, 2015. p. 235-244.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERRÃO, Joel. **Conspecto histórico da emigração portuguesa**. **Análise Social**, Vol.VIII, 1970 (nº32), p. 597-617.



SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. **Imagens da África: (da Antiguidade ao Século XIX)**. São Paulo, SP: Penguin, 2012.

SOBRAL, José Manuel. **O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)**. *Análise social*, 2004

TEIXEIRA, Nuno Severiano. **Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês**. *Análise Social XXIII*, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial**. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARANDA, Jorge. **Cuidados biomédicos de saúde em Angola e na Companhia de Diamantes de Angola, c. 1910-1970**. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.587-608.

WAITE, Gloria. **Public Health in Precolonial East-Central Africa**. In: FEIERMAN, S; JANZEN, J. M. **The Social basis of health and healing in Africa**. Berkeley, Univ. California Press, 1992.

WHITE, Luise. **Blood and Words: Writing History with (and about) Vampire Stories**. In: **Speaking with vampires: rumor and history in colonial Africa**. Berkeley: Univ. California Press, 2000 p. 03-55.

WOSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. *Estudos Históricos*, n.8, vol.4, Rio de Janeiro, p. 198-215, 1991.

ZAMPARONI, Valdemir. **Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas**. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*, Porto, 2005, v. 07, p. 299-325.

\_\_\_\_\_. **De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. Salvador, BA: EDUFBA; Centro de Estudos Afro-Orientais, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro**. *Cienc. Cult.* São Paulo, v. 59, n. 2, p. 46-49, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Entre ‘narros’ & ‘malungos’: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890- c.1940**. 1998. 580 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.1998

\_\_\_\_\_. **Sobre doenças, terras e gentes de Angola: um olhar setecentista**. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH*, São Paulo, julho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lepra: doença, isolamento e segregação no contexto colonial em Moçambique**. *Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. 2017. P.13-39